

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FRANCIELLE DE SOUZA

AS MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO NA VILA DE NOSSA SENHORA DA
LUZ DOS PINHAIS DE CURITIBA (1776-1797)

CURITIBA

2019

FRANCIELLE DE SOUZA

AS MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO NA VILA DE NOSSA SENHORA DA
LUZ DOS PINHAIS DE CURITIBA (1776-17

Dissertação apresentada ao Curso de Pós- Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Odilon Nadalin.

Co-orientadora: Prof^a Dr.^a Martha Daisson Hameister.

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Souza, Francielle de

As mulheres chefes de domicílio na Vila de Nossa Senhora da Luz dos
Pinhais de Curitiba (1776 -1797). / Francielle de Souza. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Sérgio Odilon Nadalin

Coorientadora : Pro^{fa}. Dr^a. Martha Daisson Hameister

1. Mulheres – Chefes de família. 2. Mulheres – Curitiba (PR) – História –
Sec. XVI. 3. Família – Curitiba (PR) - História. 4. Gênero – Mulheres –
História. I. Nadalin, Sérgio Odilon -. II. Hameister, Martha Daisson. III. Título.

CDD – 305.4098162



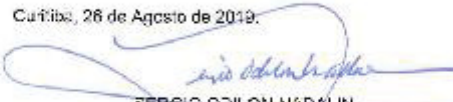
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
4000101500SP0


TERMO DE APROVAÇÃO

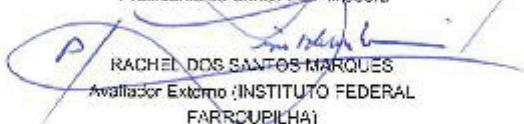
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **FRANCIELLE DE SOUZA**, intitulada: **AS MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO NA VILA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS DE CURITIBA (1776-1797)**, sob orientação do Prof. Dr. SERGIO ODILON NADALIN, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo Colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 26 de Agosto de 2019.


SERGIO ODILON NADALIN
Presidente da Banca Examinadora


ANDRE LUIZ MOSCALESKI CAVAZZANI
Avaliador Interno (CENTRO UNIVERSITÁRIO
INTERNACIONAL)


P/ RACHEL DOS SANTOS MARQUES
Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL
FARRAQUILHA)



AGRADECIMENTOS:

Primeiramente, gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) por conceder o apoio financeiro mais que necessário para a produção desta pesquisa de Mestrado, e à secretária do PPGHIS, Maria Cristina Parzowski, por sempre me auxiliar nas burocracias do curso.

Durante todo o tempo da pesquisa fui agraciada com o apoio de diversos colegas graduandos, mestrandos e doutorandos do curso de História da UFPR, e à todos eles agradeço profundamente: cada incentivo no pátio da Reitoria, cada leitura e observações feitas sobre meus textos, cada oportunidade de debater e ser ouvida, me ajudaram profundamente e me incentivaram na continuidade desse projeto. Um agradecimento especial a Vanessa Massuchetto, por todas as conversas e bibliografias que trocamos, tomando aquele cafezinho; a Pamela Beltramin Fabris, por compartilhar suas experiências acadêmicas comigo (ao lado de uma cervejinha) e por sempre acreditar que eu conseguiria finalizar essa pesquisa com sucesso; e a Marca Luzia Krinski, por me inspirar com sua história e sua trajetória acadêmica.

Agradeço também à professora Andrea Doré pelos comentários sempre pertinentes durante as aulas; ao professor Sergio Odilon Nadalin por ter aceitado me orientar e me instigar a ser melhor do que eu era; à Rachel dos Santos Marques e ao André Luiz M. Cavazzani, por terem me aconselhado e aceitado participarem da Qualificação e da Defesa dessa dissertação; e à professora Martha Daisson Hameister, por plantar a sementinha da curiosidade e da contestação dentro de mim há nove anos atrás e por me orientar desde então. Obrigada por me ensinar a ser historiadora!

Por último, mas não menos importante, agradeço à minha família, mamãe e papai, por sempre me apoiarem a entrar e continuar na universidade pública e confiarem nas minhas decisões (e pagarem minhas contas!); ao meu benzinho Felipe, obrigada pelas conversas filosóficas de sábado e por tudo o resto; à minha irmã Gislaine, por esses vinte e dois anos; e a todos os meus amigos guerreiros que ficaram do meu lado mesmo nos momentos mais difíceis e que eu estive mais afastada (você sabem quem são!).

RESUMO:

Os estudos sobre a figura feminina no passado têm ganhado espaço nos debates das Ciências Humanas durante os últimos tempos, mas ainda há muito o que ser dito, e contestado, sobre a mulher que vivia na colônia de Portugal na América. Sendo assim, o presente trabalho aborda o tema da chefia de domicílios exercida por mulheres, tendo como objetivo produzir conhecimento sobre a vivência feminina na segunda metade do século XVIII, assim como sobre o termo “chefe”, nesse contexto da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, a partir de documentos seriais (Listas Nominativas de Habitantes) e das orientações da Micro-história italiana, da História Social e da História das Mulheres. Faz-se assim, uma reflexão sobre os papéis femininos no costume do Antigo Regime implantado na colônia, buscando expandir as possibilidades de interpretação histórica do período. No primeiro capítulo, “A mulher no espaço e na historiografia: contexto histórico e produção historiográfica sobre o feminino”, há o aprofundamento do debate sobre o contexto da Vila de Curitiba, e sobre o desenvolvimento da presença feminina na historiografia – primeiro com a História da Família e, posteriormente, com a História das Mulheres. No segundo capítulo, “As mulheres do Setecentos segundo as *Ordenações Filipinas* e as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* – uma análise crítica”, é feita uma investigação sobre as interpretações que a Igreja católica e o Direito do século XVIII possuíam sobre as mulheres, analisando as duas fontes documentais de época citadas, para possibilitar a reflexão acerca da legitimidade da chefia feminina; e a natureza do termo “chefia”, a partir do conceito *persona* trabalhado por Bartolomé Clavero. Por fim, em “*O domicílio e as chefes: Vila de Curitiba, 1776 a 1797*” estão expostos os dados coletados e organizados sobre todo o período, dividindo as chefes por sua condição civil, cor, propriedades, etc, além de ressaltar a formação habitacional na qual se encontrava no momento da feitura das Listas Nominativas de Habitantes. A partir desse estudo posso afirmar que a chefia feminina era normal na Vila de Curitiba, na segunda metade do Setecentos: independentemente da condição social da mulher, a maioria delas tinha acesso à pessoas aptas a prover o sustento da casa, quando elas não o faziam por si mesmas.

Palavras-chaves: Redes-sociais. Estudos de gênero. História da Família. História das Mulheres. Registros paroquiais. Listas Nominativas.

ABSTRACT:

The studies about the feminine figure in the past has been getting importance on the Human Science's debates during the last couple of years, but there are still a lot more to say, and talk, about the women that lived in the Portugal's american colony. Therefore, this research approach the theme of the leadership of domicilies made by women, and it aims to produce knowledge about their ways of living in the second half of the eighteenth century, and also about the term "leadership" in itself, in the Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba's context, through serial documents (Listas Nominativas de Habitantes) and from the Italian Micro history's orientations, Social History and Women's History. Accordingly, it was made a reflection about the women's roles as understood in the Ancient Regime's traditions, as was implanted in the colony, as a way to expand the possibilities of interpretation of the history of the period of time. In the first chapter, "A mulher no espaço e na historiografia: contexto histórico e produção historiográfica sobre o feminino", the debates about the context of Vila de Curitiba and the development of the female presence at the historiography – first with the Family's History and next with the Women's History. In the second chapter, "As mulheres do Setecentos segundo as *Ordenações Filipinas* e as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* – uma análise crítica", there is a investigation about how the Catholic Church and the Law from the eighteenth century views the women, analysing the two documents already mentioned in the title, so the reflection about the legitimacy of the female leadership; and the nature of the term "leadership" based on the Bartolomé Clavero's concept *persona*. At the end, in "O domicílio e as chefes: Vila de Curitiba, 1776 a 1797", there is the data collected and organised about the whole period of time, dividing the leaders by their civil status, colour, properties, etc., beyond highlighting the housing formation in which they were at the moment of the confection of the Listas Nominativas de Habitantes. From this study is possible to confirm that the female leadership was normal at the Vila de Curitiba, in the second half of the eighteenth century: independently of the woman's social condition, the majority of them had access to people able to sustain the house, when they didn't do it by themselves.

Key-words: Social-webs. Gender studies Family's History. Women's History. Parochial documents.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS:

Tabela 1 – Domicílios de Curitiba segundo anos com Listas Completas.....	90
Tabela 2 - Variação da Maternidade entre as Chefes.....	94
Tabela 3 - Distribuição de Escravos segundo anos de Listas Completas.....	108
Gráfico 1 – Variação de Chefias feitas por mulheres de 1776 a 1797.....	85
Gráfico 2 – Domicílios chefiados por Mulheres em Freguesia Madre de Deus e na Vila de Curitiba - segunda metade do XVIII.....	86
Gráfico 3 – Variação de Chefias - Oito Listas Nominativas Completas.....	90
Gráfico 4 – Variação das Chefes conforme Condição Civil - Oito Listas Completas.....	92
Gráfico 5 – Variação da Condição Civil das chefes, incluindo as não identificadas - Oito Listas completas.....	93
Gráfico 6 – Variação da presença de filhos segundo Condição Civil - Oito Listas Completas.....	95
Gráfico 7 – Variação de coabitação de Familiares - Oito Listas Nominativas Completas.....	100
Gráfico 8 - Variação da coabitação de Agregados - Oito Listas Completas.....	102
Gráfico 9 - Variação da coabitação de Expostos na década de 1790 - Oito Listas Completas.....	106
Gráfico 10 - Presença de escravos em relação ao número de Chefes - Oito Listas Completas.	107

SUMÁRIO:

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1. AS FONTES	16
1.2. A CHEFIA NAS LISTAS.....	21
2. CAPÍTULO 1 - A MULHER NO ESPAÇO E NA HISTORIOGRAFIA: CONTEXTO HISTÓRICO E PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O FEMININO	27
2.1 A CURITIBA DAS CHEFES: SOCIEDADE E POLÍTICA NO SÉCULO XVIII.....	27
2.2. A FAMÍLIA EM PAUTA: UM CAMINHO PARA ENCONTRAR AS MULHERES.....	32
2.3. O SURGIMENTO DA HISTÓRIA DAS MULHERES.....	38
3. CAPÍTULO 2 – AS MULHERES DO SETECENTOS SEGUNDO AS ORDENAÇÕES FILIPINAS E AS CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA – UMA ANÁLISE CRÍTICA.....	50
3.1. OS DIREITOS DA MULHER E A MULHER NO DIREITO.....	51
3.2. BARTOLOMÉ CLAVERO E O CONCEITO DE <i>PERSONA</i>	62
3.3. AS <i>CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA</i> : RELIGIÃO E MORA NA PERCEPÇÃO DA FIGURA FEMININA.....	68
3.4. ALGUMAS REFLEXÕES.....	79
4. CAPÍTULO 3 - O DOMICÍLIO E AS CHEFES: Vila de Curitiba, 1776- 1797.....	84
4.1. DADOS GERAIS DE 1776 A 1797.....	85
4.2. CHEFES FORRAS.....	88
4.3. RECORTE METODOLÓGICO: AS OITO LISTAS NOMINATIVAS COMPLETAS.....	89
4.4 COABITAÇÃO.....	93

A) FILHOS E FAMILIARES.....	93
B) AGREGADOS E EXPOSTOS.....	101
C) ESCRAVOS.....	106
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
Referências.....	116

1. INTRODUÇÃO:

Esse trabalho apresenta os resultados da investigação sobre as mulheres que chefiavam domicílios na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, entre os anos de 1776 e 1797, e que teve como objetivo refletir sobre as percepções do feminino na sociedade Setecentista e na historiografia do século XX, de maneira a compreender as mulheres que ocupavam tal posição e a própria posição de chefia de casa em si. A questão da agência cotidiana da mulher da Era Moderna pode ser melhor entendida a partir da análise do contexto geral da época, as linhas de pensamento que constituíam as bases do pensamento das cabeças que estavam no poder, a organização e a interpretação da sociedade a partir de regras e costumes vigentes.

O século XVIII nasce após sessenta anos da restauração da soberania portuguesa perante à Espanha, e se torna um século cheio de conflitos e guerras, tanto na colônia do Brasil, quanto na América do Norte e Europa. Alguns deles são: a Revolução Francesa, que buscou reformular a sociedade, em 1789; o movimento de conquista e expansão de Napoleão Bonaparte, que tem como marco 1799 e que modifica o mapa político europeu em grande escala; a independência do Haiti, da França, movimento que se iniciou entre os escravizados em 1791, influenciados pela Revolução Francesa; a independência das 13 colônias, em 1776, de sua metrópole Inglaterra, que marca o nascimento dos Estados Unidos enquanto nação; além de diversos conflitos na América Portuguesa, motivados por conquistas de recursos para a sobrevivência e críticas ao controle de Portugal. O século XVIII também é palco do desenvolvimento do liberalismo com o início da produção em ritmo acelerado de produtos que exigiam um mercado de consumo maior. A aproximação entre Portugal e Inglaterra durante todo século marca a transição de poder de influência global entre as duas nações, que ficará cada vez mais claro com o chegar do século XIX.

A sociedade europeia ainda estava dividida em estatutos sociais, os quais tendiam a se comportar de maneiras previsíveis, por conta da forte hierarquização que moldava o tecido social. Chamada de Antigo Regime pela historiografia, essa sociedade

patriarcal e coletivista tinha em sua base princípios como os de *equidade*, *reciprocidade* e o *sistema de mercês*¹.

Entende-se essa maneira de organização enquanto patriarcal porque, baseada na fé cristã, entendia o homem como sendo mais apto para tomar decisões que dissessem sobre os rumos de grupos sociais, e também pela filosofia de Aristóteles, que, em sua obra *A Política*, define a família como sendo o menor núcleo existente na sociedade e o homem enquanto chefe desse núcleo². Desta feita, são homens os mais encontrados no poder político, são homens os que detêm o poder religioso das sociedades desse período, o que gera produções culturais, na literatura, nas leis, nos comportamentos, etc., que refletem o pensar masculino sobre o mundo, relegando a segundo plano as interpretações daqueles que não “eram” homens: as figuras que não performavam a masculinidade em voga³.

Quando se imagina a prática da justiça em uma sociedade hierarquizada dessa maneira, é necessário compreender que, a cada um, devido à sua posição, era dispensado um tratamento diferenciado. A igualdade enquanto base para o exercício da justiça não existia, portanto, era a noção de *equidade* que regia a sua aplicação. Segundo Giovanni Levi a lei aplicada dessa maneira tinha o poder de ressaltar as diferenças entre as pessoas conforme sua origem, gerando um sistema de privilégio,

portanto, uma pluralidade de equidades de acordo com o direito de cada um de que lhe reconheçam o que lhe corresponde sobre a base de seu direito social e de acordo com um princípio de justiça distributiva. Na sociedade de Ancien Régime, o conceito de equidade era o protagonista central de seu sonho impossível – ou melhor, já impossível – de construir uma sociedade justa de desiguais⁴.

¹ O conceito de Antigo Regime foi cunhado por Alexis de Tocqueville quando o autor francês precisou definir a época que antecedeu a Revolução Francesa (1789) e, posteriormente, Pierre Goubert solidificou o conceito em seu trabalho “O Antigo Regime”. TOCQUEVILLE, Alexis. O Antigo Regime e a Revolução. Brasília: Editora da UnB, 1997; GOUBERT, Pierre. El Antiguo Régimen. Vol. v.1-La sociedad. Siglo Veinteuno, 1984.

² ARISTÓTELES. A Política. São Paulo: Martin Claret, 2007.

³ O sentido da palavra patriarcado mudou com o passar do tempo, através de sua apropriação pelo movimento feminista, principalmente na segunda metade do século XX. Ver mais em: DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In HIRATA, Helena; LOBORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.) Dicionário Crítico do Feinismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 173.

⁴ LEVI, Giovanni. Reciprocidad mediterránea. Tiempos Modernos: Revista Electrónica de História Moderna, no 7, 2002. Tradução: Rachel dos Santos Marques, In MARQUES, Rachel dos Santos. Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Universidade Federal do Paraná, 2011 – Dissertação de Mestrado. P. 44.

A colonização portuguesa do território trouxe a configuração do Antigo Regime, instalando-a em forma de elites de senhores que, ao tentarem se manter na colônia, financeiramente e socialmente, ofereciam seus serviços ao rei de Portugal, em uma estratégia conhecida como *sistema de mercês*⁵. Desenvolvido durante as guerras de reconquista do território europeu, que estava em mãos árabes, o sistema de mercês consistia em estabelecer uma possibilidade para a “troca” de serviços – nesse caso, na guerra – por terras, cargos administrativos, títulos de certa nobreza, entre outras honrarias.

Segundo Rachel dos Santos Marques:

Esse sistema não era vigente apenas no Reino, mas em todo o Império Ultramarino português. Entre os principais serviços prestados à coroa estavam aquelas ações associadas às conquistas, inicialmente a “reconquista” do próprio território português aos “mouros”, e depois, à medida em que se dava a expansão portuguesa, aquisição dos territórios do ultramar. Em tais conquistas a coroa concedia como mercê postos (governador, provedor da fazenda...) a alguns de seus súditos. Esse postos, além de vencimentos e de prestígio, traziam a possibilidade de alguns privilégios mercantis por parte de seus ocupantes, como viagens marítimas em regime de exclusividade ou isenção de taxas e de direitos alfandegários. Para os nobres portugueses esses privilégios, juntamente com alguns outros benefícios, representavam a chance de manter/ampliar terras, rendas e prestígio na metrópole. Não era só a nobreza quem se beneficiava desse sistema, pessoas comuns, como soldados por exemplo, também podiam ser recompensados por serviços prestados. No entanto, as remunerações que recebiam eram diferenciadas daquelas dos nobres, de acordo com os princípios da equidade⁶.

Na colônia geralmente eram as famílias mais antigas, participadoras dos primeiros anos da invasão, que acabavam ganhando os melhores cargos, inclusive na parcela administrativa da ocupação, tendo “assim possibilidade de intervir no mercado ao controlar preços e serviços ligados ao abastecimento da cidade, gerando uma espécie de ciclo vicioso, onde os principais da terra eram privilegiados e tinham meios de manter e ampliar tal privilégio⁷.” A influência da hierarquia social na composição da sociedade fica evidente dessa maneira: aqueles que tinham capacidade de servir ao rei,

⁵ Ver mais em FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; e BICALHO, Maria Fernanda B., Uma Leitura do Brasil Colonial: Bases da materialidade e da governabilidade no Império. Penélope. Revista de História e Ciências Sociais. Lisboa, n.º 23 (novembro de 2000): 67-88.

⁶ MARQUES, Rachel dos Santos. Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Universidade Federal do Paraná, 2011 – Dissertação de Mestrado, p. 45.

⁷ Idem, p. 46.

tinham mais chances de serem agraciados por sua generosidade, enquanto a maioria não tinha acesso a esse privilégio.

Porém, o pertencimento às camadas sociais era mais complexo do que se pode imaginar, e dependia muito da manutenção de comportamentos e status por parte das famílias para que se pudesse ser considerado ocupante de determinada posição. Essa constante reiteração, quando falha, geralmente resultava em perda de privilégios e desvalorização do nome familiar; quando bem sucedida, promovia uma série de relações entre diversos atores de diferentes partes da sociedade, tanto no que se referem a famílias de mesmo ou superior status, quanto famílias que se encontravam em setores mais afastados do exercício do poder. Essas relações poderiam ser comerciais, em que poderia haver troca de produtos por favores, religiosas, em casos de formação de aliança parental entre duas famílias por conta do batismo de algum infante, por exemplo, ou mesmo de conotação cotidiana, em casos de prestação de socorro ou assistência em momentos de gravidade.

Entendo que o mais comum era que esses, e outros tipos de relações, acontecessem ao mesmo tempo, entre vários núcleos familiares de camadas sociais diferentes⁸. Normalmente acontecia uma geração de codependência entre os grupos envolvidos, pois sua moeda de troca era fabricada por bens materiais e imateriais. Quando uma família de origens humildes precisasse de meios de locomoção, por exemplo, e recorresse a seus compadres mais abastados para tanto, ela não apenas poderia receber esses meios, provavelmente animais de carga, mas estaria ajudando a demonstrar a generosidade e a boa reputação da família abastada, assim como afirmando sua ligação com ela – mensagem importante para a manutenção de ambas em seus lugares sociais.

É nesse contexto colonial imposto pela metrópole portuguesa que estavam as mulheres estudadas por essa pesquisa, e diversas outras.

De início, se mostra importante relembrar de que maneira as mulheres coloniais foram retratada na historiografia produzida nos anos 1930 sobre a chegada dos portugueses no território que hoje é o Brasil. Apesar de antiga, essa historiografia teve o poder de influenciar o nacionalismo de décadas posteriores, momento em que sua leitura se popularizou, influenciando, em alguma medida, na consolidação de

⁸ Ver mais em HAMEISTER, Martha Daisson. Para dar Calor à Nova Povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763) – Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

determinados aspectos dos papéis de gênero vivenciados por homens e mulheres atualmente e de certa memória coletiva sobre a origem da nação e do brasileiro. Logo, revisitar o que Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, dois autores notáveis da historiografia brasileira, escreveram sobre a mulher fornece um contraponto da análise da mulher chefe de domicílio⁹.

Apesar de estar presente no contexto já mencionado, a mulher em Freyre raramente aparece e sua existência é geralmente relacionada com o homem português. A indígena e a negra fazem parte da grande proposta da obra, que é a defesa que a origem do povo brasileiro estaria na “mistura” das três raças que aqui se encontraram: a branca, a negra e a indígena. Sobre a indígena, especificamente, diz que a primeira família brasileira teria sido fruto da união do português com ela, por falta de mulheres europeias no novo continente. Isso teria significado ao português o contato com um tipo de economia e vida doméstica baseado em tradições e materiais totalmente novos e inusitados a ele. Quando fala sobre os homens indígenas, Freyre contrapõe sua imagem com a da mulher indígena: diz terem sido ótimos guias e guerreiros, e nisso reside sua única contribuição à colonização, uma vez que não se adaptavam a nenhum trabalho em lavouras de cana e também não se sedentarizavam facilmente. Sua relação com as mulheres de seu grupo não era de modo nenhum satisfatória para elas, o que provocou, segundo Freyre, a busca do prazer sexual delas junto aos portugueses.

Sobre as mulheres escravizadas, o autor afirma:

Vieram-lhe da África ‘donas de casa’ para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão; mestre, sacerdotes e tiradores de reza maometanos.¹⁰

Durante todo o trecho chamado *O escravo negro na vida sexual e da família do brasileiro*, são expostas as relações estabelecidas entre escravos e seus senhores em seu cotidiano e intimidade, evocando uma série de imagens já muito reproduzidas sobre de que maneira teria dado a inserção da escravaria na família branca. Evoca-se portanto, a

⁹ Durante todo o século XX, a historiografia brasileira teve diversos autores notáveis, que dedicaram seus trabalhos à história da formação da sociedade, cultura e política nacionais. Aqui, destaca-se Freyre e Holanda por seus escritos terem um cunho mais social, viés utilizado por essa pesquisa, e por serem constantemente lembrados e criticados por historiadores sociais e da família até os dias de hoje.

¹⁰ FREYRE. Gilberto. Casa Grande e Senzala. 34ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1988, p. 391.

figura da ama de leite, da empregada doméstica, do menino dos recados, do menino de brincadeiras, da amante do senhor, etc. Num âmbito mais amplo, atribui a popularização de diversas histórias contadas para crianças e a encrementação de diversos costumes sexuais e mágicos, já antes aludidos pelos indígenas e portugueses, aos escravos negros, auxiliando assim na produção da cultura brasileira.

De maneira geral, a imagem da mulher em Freyre é construída com base em estereótipos até hoje presentes em todos os âmbitos da sociedade brasileira: a mulher branca, no texto de origem portuguesa, frígida e recatada; a mulher indígena, pouco importa ao autor sua nação, que sustentava seu grupo com seu trabalho pesado de caça, produção de remédios para doenças e proteção contra o mal; e à mulher negra, africana ou nascida em território colonial, resta os papéis de babá, empregada doméstica e amante.

Apesar de sua tese baseada na harmonia entre desiguais, em nenhum momento Freyre presume que haveria a necessidade de se desenvolver uma relação amigável e significativa entre as mulheres, principalmente dado à importância que as amas de leite teriam na criação dos filhos de suas senhoras, um dos momentos em que poderiam se inserir na família. A sua análise é feita pela oposição entre sujeitos que assumem papéis estritamente definidos: o homem branco e seu escravo homem, seja negro ou indígena, que se relacionam a partir do trabalho forçado; o homem branco e a mulher, negra ou indígena, que se relacionam a partir da imposição do sexo. Também não há menção sobre a relação entre os indígenas e os africanos, como se eles não estivessem compartilhando do mesmo espaço físico.

Sobre a mulher, Sergio Buarque de Holanda em seu *Raízes do Brasil* traz poucas reflexões, apenas ressaltando a falta da mulher branca no início do período colonial, a importância dos casamentos entre portugueses e indígenas, os relacionamentos que posteriormente seriam estabelecidos com as mulheres escravizadas, se distanciando da abordagem dada por Freyre sobre a contribuição das figuras femininas para a formação do brasileiro¹¹. Na tentativa de buscar discursos sobre a família e a mulher do período colonial paranaense, recorreu-se à dois clássicos historiográficos homônimos, a saber, *História do Paraná*, de Altiva Pilatti Balhana,

¹¹ HOLANDA, Sergio B. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

Brasil Pinheiro Machado e Cecília Westphalen¹² e *História do Paraná*, de Romário Martins¹³.

Nenhum dos dois se referem a estes assuntos de maneira aprofundada: editados em fins do século XIX e na primeira metade do XX, os debates acadêmicos sobre gênero e cotidiano ainda estavam longe de acontecer com intensidade suficiente para influenciar essas obras, os papéis de gênero masculino e feminino aparecendo de maneira muito similar ao que Freyre e Holanda escreveram. Porém, não se pode negar que a escolha em não mencionar a presença feminina de maneira mais demorada ou fornecer diferentes explicações para a sociedade colonial, estava intrinsecamente relacionado com a visão patriarcal, ainda existente no Brasil desses autores. É seguro dizer que a exclusão da mulher da narrativa histórica é uma escolha política.

1.1 As fontes:

Os documentos utilizados por essa pesquisa são as chamadas Listas Nominativas de Habitantes, um tipo de censo, produzido na segunda metade do XVIII, que apresenta os moradores, a configuração habitacional de suas casas e os bairros em que elas estavam, dentro do território da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. Foram utilizadas as Listas de 1776 a 1797, havendo algumas ausências anuais e no que se referem à completude dos documentos¹⁴.

Segundo Ana Maria de Oliveira Burmester, a necessidade de fabricar documentos que quantificassem a população nasceu da mudança do modo de governar, que ocorre no Setecentos, período de grande efervescência de ideias e que encontra no Iluminismo sua síntese¹⁵. Utilizando-se de Foucault, a autora expõe seu ponto de vista:

Entre os autores que discutem esta redefinição do papel do Estado, Michel Foucault apresenta questões particularmente ricas. Propõe o entendimento da passagem do Estado Soberano, conceito ainda fundamentado em Maquiavel, ao Estado de Governo. O Estado Soberano estaria caracterizado pela posse de um território, herdado ou conquistado, porém exterior ao Príncipe. O Estado de Governo, ou de

¹² BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. v. 1.

¹³ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

¹⁴ Os exemplares originais, que deram origem às cópias impressas utilizadas nesta pesquisa, se encontram no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹⁵ BURMESTER, Ana Maria de O. Estado e População – O século XVIII em questão. *Revista Portuguesa de História*, tXXXIII, 1999, p. 114.

Governamentalidade, manteria reações diferentes com o território e a soberania mas, sobretudo, acrescia à sua atuação aquela de gerenciamento dos homens e das coisas¹⁶.

Deste movimento surge então o anseio em manter e controlar mais intimamente a população, e para isso era conhecê-la. Desenvolveu-se então métodos burocráticos para coletar dados, quantifica-los e organiza-los em categorias como idade, sexo, condição social, etc¹⁷. Esse tipo de pensamento se evidencia nas propostas políticas de Portugal, durante o governo do Marquês de Pombal (1750-1777), em que, por influência da Aritmética Política de William Pety, decide-se a feitura de documentos de cunho quantitativo¹⁸. Para André Luiz M. Cavazzani, a circulação de homens e a expansão do comércio pode ter agravado essa necessidade de se conhecer os súditos do rei, levando a verificação às colônias. “As Listas Nominativas de Habitantes são, portanto, um acontecimento da metade do século XVIII e em todo o mundo dominado pelo império português.”¹⁹.

No Brasil, com o crescimento da presença da coroa portuguesa, o Estado e a Igreja se responsabilizam a efetuar esta empreitada, multiplicando leis, decretos, ofícios e cartas que tratam deste assunto; a produção de documentos civis e paroquiais, passam a relatar informações mais precisas sobre a população²⁰. Na Capitania de São Paulo, a qual a Vila de Curitiba pertencia, a feitura das Listas foi aplicada por D. Luiz Antônio de Souza Botelho de Mourão, incentivador da povoação do interior.

Porém as listas, com o passar do tempo, foram sendo feitas com outros propósitos:

Variando de acordo com as décadas em que tais listas foram produzidas, alguns objetivos específicos podem ser destacados na confecção das Listas Nominativas de Habitantes, tais como: a busca pelo conhecimento das potencialidades militares do efetivo populacional da colônia em função das disputas territoriais com a Espanha; o conhecimento da população para melhor manobra-la de acordo com as conveniências de ocupação do território e, finalmente,

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Idem, p. 115.

¹⁸ CAVAZZANI, André Luiz M. Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Bahia de Paranaguá (c. 1750-1830). 2013, 357 f. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, p. 84.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ BURMESTER, Ana Maria de O. Estado e População – O século XVIII em questão. Revista Portuguesa de História, tXXXIII, 1999, p. 115.

uma preocupação de cunho econômico, a busca pelo aperfeiçoamento na arrecadação de impostos²¹.

Essa mudança é percebida na documentação a partir das informações que aparecem ou somem durante o passar do tempo. Das 25 Listas Nominativas selecionadas para esta pesquisa, as que cobrem a década de 1770 tendem a apresentar nas observações de cada domicílio se haviam plantações ou animais sob a posse do chefe, e mesmo alguma indicação da maneira com que a família obtinha sua renda. Várias chefes de domicílio, por exemplo, aparecem identificadas como “vivendo de esmolas”, “de suas agências” ou de “suas lavouras”, porém não há explicação direta sobre o que isso significaria, evidenciando o caráter prático do documento. Essas informações, mesmo não completas, vão desaparecendo na década de 1780, momento em que as observações se concentram em apontar, no caso das chefes mulheres, o cultivo da urumbeva²² e a posse de escravos, que aumenta gradualmente. Já na década de 1790, essas informações sobre as chefes desaparecem por completo, e se mantém apenas os dados sobre a presença de escravos, ainda não sendo nomeados. Apenas em 1797, os nomes e as idades dos escravos aparecem arrolados junto do restante das informações.

Segundo Maria Ignês Mancini De Boni, como orientação na produção das Listas, foi ordenado em 1765 que o recenseamento dividisse as vilas conforme a concentração de habitantes em Companhia Militares de Ordenanças²³. Desta maneira, Curitiba foi dividida em 1ª e 2ª Companhias da Vila de Curitiba; 3ª Companhia – Freguesia do Patrocínio de São José; 4ª Companhia – Freguesia de Santo Antônio da Lapa; 5ª Companhia – Freguesia de Sant’Anna do Yapó (atual cidade de Castro). Na documentação que se entrou em contato não foram encontradas as 4ª e 5ª companhias, desligadas da Vila de Curitiba, formando suas próprias vilas a partir de 1789²⁴. Após a feitura das listas, era elaborado um quadro final da situação populacional da região,

²¹ CAVAZZANI, André Luiz M. Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Bahia de Paranaguá (c. 1750-1830). 2013, 357 f. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, p. 85

²² Sobre urumbeva, ver FERRAZ, Márcia Helena Mendes. A rota dos estudos sobre a cochonilha em Portugal e no Brasil no século XIX: caminhos desconhecidos In Revista Química Nova, Vol. 30, No. 4, 1032-1037, 2007.

²³ BONI, Maria Ignês M. de. A População da Vila de Curitiba Segundo as Listas Nominativas de Habitantes – 1765-1785. 1984, 148 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

²⁴ Idem, p. 22-23.

ficando uma cópia com as autoridades locais, e outra com as autoridades metropolitanas²⁵.

Boni comenta que havia uma constante pressão para que a feitura das Listas fosse produzida da maneira mais precisa possível, porém estas ordens geralmente não eram seguidas à risca. Ana Maria de Oliveira Burmester também aponta para as incoerências entre o que era ordenado e o que era produzido, até porque os habitantes da Capitania utilizavam-se de artifícios para esquivarem-se ao alistamento, ao fato de serem contados, anotados, examinados. Temiam, sem dúvida, que tais informações facilitassem sua convocação para a guerra, o trabalho ou o povoamento de terras distantes, já que não havia população suficiente para suprir tais necessidades²⁶. Ao citar cartas trocadas entre os representantes do poder, analisando sua preocupação com a população, afirma: “O Estado não cobra apenas a confecção das listas. Analisa-se e exige exatidão, veracidade, além da pontualidade na remessa das mesmas²⁷.”

As autoras acima citadas promovem em seus trabalhos uma crítica às Listas Nominativas: Boni afirma que a coleta dos dados não foi feita da mesma maneira para as localidades mais afastadas, e também não seguiu à risca as recomendações enviadas em 1765, listando uma série de exigências e descrevendo as informações encontradas nas listas, comparando-as. Também comenta que nem todos os documentos produzidos à época seguem um mesmo padrão, mesmo que continuem fugindo do que era exigido, e muitos dados podem ter se perdido. Isso pode ser verificado, pois nove das 25 Listas encontradas para o período de 1776 a 1797 estão com a primeira e a segunda companhia, enquanto o restante só possuem uma das duas.

Pode-se inferir que a inexatidão, em alguns casos, acontecia por algumas famílias terem duas casas, uma na área urbana, outra no campo, e então alguns familiares ou escravos serem anotados nas listas duas vezes (ou nenhuma). Mesmo com as falhas, a autora afirma que as listas são “os únicos documentos referentes à população curitibana do período pré-estatístico²⁸” que podem ser utilizados para se falar de população quantitativa e qualitativamente. Cavazzani, após fazer uma revisão de

²⁵ Idem, p. 25.

²⁶ BURMESTER, Ana Maria de O. Estado e População – O século XVIII em questão. *Revista Portuguesa de História*, tXXXIII, 1999, p. 125.

²⁷ Idem, p. 126.

²⁸ BONI, Maria Ignês M. de. *A População da Vila de Curitiba Segundo as Listas Nominativas de Habitantes – 1765-1785*. 1984, 148 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, p. 36.

alguns trabalhos que utilizam-se de Listas nominativas como fonte, reconhece suas limitações, porém ressalta suas potencialidades:

Por fim, não é demais retomar que, se os censos coloniais apresentam restrições eles encerram, inegavelmente, uma riqueza de enorme proveito para o pesquisador. Com a devida crítica, suas variadas informações podem ser constituídas em séries, indicando tendências. Permitem ainda, noutra perspectiva: que se identifiquem sujeitos; que a estrutura domiciliar e suas variações sejam avaliadas longitudinalmente ao longo do tempo; que processos de mobilidade, em várias esferas, sejam recobrados; que trajetórias de vida, enfim, sejam recuperadas²⁹.

No caso desta pesquisa, as Listas Nominativas foram de fundamental importância pois instigaram a problemática entorno da presença feminina na posição de Chefe de domicílio, uma vez que não é comum encontrar mulheres ocupando posições de certo destaque em documentos coloniais. Também auxiliam na localização destas chefes e suas famílias, no tempo e no espaço, que verifico a formação familiar na qual elas faziam parte, além de verificar de que atividade sobreviviam, se possuíam ou não bens e seu estado civil e a posse ou não do título de Dona. As Listas abrem diversas outras possibilidades de exploração de dados, por exemplo, a partir delas é possível investigar as redes de relacionamentos e parentescos das chefes de domicílio em outros documentos, como os Livros Paroquiais de registros de batismo, matrimônio e óbito, testamentos, inventários de bens, entre outros. Navegar por essas outras possibilidades será tarefa de futuros trabalhos.

Tanto as Listas Nominativas de Habitantes quanto os Livros Paroquiais de registros são documentos já tradicionalmente usados em pesquisas demográficas e de História sobre população brasileira. Se, a princípio, eram procurados por conta de seus dados quantitativos, hoje em dia, com o surgimento de novos temas, exige-se do pesquisador o conhecimento de instrumentos auxiliares na metodologia: para além da paleografia e da matemática, é necessário, por exemplo, que se elabore uma crítica aos documentos durante a análise do discurso dos mesmos. É importante que se conheça o contexto de produção para que se compreenda completamente o uso de certas categorias

²⁹ CAVAZZANI, André Luiz M. Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Bahia de Paranaguá (c. 1750-1830). 2013, 357 f. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, p. 93.

e conceitos, por isso noções de direito civil e eclesiástico são fundamentais ao pesquisador que pretende trabalhar com estas fontes.

Outras disciplinas também se interessam por estes documentos, como a Demografia Histórica, e esse interesse faz surgir zonas de influência mútua na produção das pesquisas de ambas as áreas, com o poder de proporcionar um enriquecimento na metodologia histórica³⁰. A própria análise sobre as chefes de domicílio me fez acionar discursos sociológicos e antropológicos sobre organização social, construção de gênero, e diversos outros assuntos, além de conhecimentos sobre história demográfica e mercado matrimonial.

Bassanezi e Botelho resumem bem:

A necessidade de calcular as tendências históricas da reprodução humana relativas a um período em que não existia ainda o registro civil impôs, aos estudiosos da população, a busca e o aproveitamento de fontes históricas seriais, cujas informações fossem passíveis de tratamento estatístico. Ao mesmo tempo, colocou o desafio da criação e/ou adaptação de métodos e técnicas especiais para o tratamento destas fontes, que não foram produzidas para serem exploradas demograficamente. Nesse contexto, as características e as informações contidas nas atas de batismo, casamento e óbito fizeram com que estas se tornassem a fonte por excelência para o estudo da dinâmica demográfica das sociedades do passado, principalmente das anteriores ao século XX³¹.

1.2 A chefia nas Listas:

A chefia nas Listas Nominativas aparece ao lado do primeiro nome listado de cada casa, estando todas as pessoas listadas a seguir relacionadas com o chefe.

Encontra-se pela primeira vez a chefe de domicílio Maria Prestes em 1776, no bairro Itambé, da segunda companhia da Vila de Curitiba³². Era viúva, de 50 anos,

³⁰ BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R. Apresentação in BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R (org) Linhas e Entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2009, p. 7.

³¹ BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R. Apresentação in BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R (org) Linhas e Entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2009, p. 7.

³² Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1776, 2ª Companhia, página 33. Todas as páginas referenciadas ao longo do texto dizem respeito aos documentos de Word das transcrições das

morava com oito filhos, de idade de oito a vinte e sete; e, curiosamente, vivia de minerar. No ano seguinte, a informação de que ela vivia de minerar não aparece na Lista Nominativa, mas não há modificações nos habitantes da casa; já em 1782, outra filha chamada Francisca se muda com Maria Prestes e há a indicação de três escravos vivendo na propriedade. Nos próximos anos, o número de escravos aumenta, enquanto o de filhos diminui: em 1795, Maria Prestes vive com seis filhos e quatro escravos. A última vez que Maria Prestes aparece nas listas é em 1796, ainda morando em Itambé e ainda viúva, com 74 anos, co-habitando com quatro filhos, sem menção à escravidão³³.

Esta viúva exerceu sua chefia durante pelo menos vinte anos, mesmo com a mudança na configuração familiar com a chegada e partida de filhos e filhas, e mesmo com a presença desde 1776 de filhos homens, maiores de idade, que poderiam em tese serem referenciados como chefes da casa. Também se percebe que a dinamicidade de seu domicílio conversava com o contexto curitibano da época, que já na década de 1770 era influenciado por um grande fluxo de homens, animais e mercadorias que por aqui passavam por meio da Estrada Real que ligava Viamão à Minas Gerais.

Assim como Maria Prestes, outras tantas mulheres chefiaram domicílios por um longo período, co-habitando com escravos e membros da família, algumas vezes abrigando em casa outros núcleos familiares. Porém, esta experiência de vida não é unanimidade: nas listas encontra-se uma variedade de chefes no que diz respeito a idade, tempo de chefia, configuração familiar e co-habitacional, e mesmo a alusão ou não a uma determinada situação financeira e a títulos que possam indicar status social tal.

Exemplo destas múltiplas vivências é o caso de Maria Paes dos Santos, viúva, com 55 anos em 1776, que chefia até 1796: ela inicia este período tendo oito escravos e morando com uma filha e nos anos 1780 recebe diversos netos em sua casa, mas já na década seguinte segue vivendo “só” e tendo cerca de 10 escravos³⁴. O que mais chama atenção no caso de Maria Paes é a adição do título “Dona” à frente de seu nome, nos anos 90; além de viúva, senhora de escravos, chefe de domicílio ela é chamada de Dona

fontes originais. Estão disponíveis ao público no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, localizado na Rua XV de Novembro, 1299 - Centro, Curitiba - PR, 80060-000.

³³ Idem, 1796, 2ª Companhia, p. 89.

³⁴ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1776, 2ª Companhia, página 13.

nas listas, o que levantou questionamentos sobre a origem deste status, uma vez que ela é uma das poucas mulheres que são chefes e Donas ao mesmo tempo, neste período³⁵.

Existem também chefes forras, como é o caso de Tereza e Esperança, solteiras, mães e chefes de domicílio na Capela Conceição do Tamanduá, alforriadas ao que tudo indica no início da década de 80, e que viviam com seus filhos³⁶. E não se pode deixar de mencionar neste rápido sobrevoo às fontes, Angela Maria, 39 anos, solteira, mãe de Manoel, 8, chefe durante os anos 90 - e louca³⁷.

O termo “chefe” já foi discutido por diversos autores de diversas áreas do conhecimento, e, por essa pesquisa estar localizada em um tempo e espaço específicos – assim como a designação de “chefe” observada aqui está limitada ao seu aparecimento nos documentos selecionados – não me proponho a apresentar uma genealogia do termo, mas sim, definir os significados que fazem sentido, a meu ver, dentro desse trabalho. O que compreendo como “chefe” é que este nome se referia a determinada pessoa incumbida de gerenciar a organização da casa, não apenas no que diz respeito ao âmbito material, mas também ao status da família (os famílias) que habitavam em conjunto. Inclinei-me a essa definição ao entender as expectativas direcionadas à figura masculina dentro da sociedade patriarcal, que giram em torno do estabelecimento de uma autoridade sobre todas as coisas que são decididas dentro do domicílio, assim como sobre o destino de todas as pessoas que compõem a família a qual chefia³⁸. Essa percepção me pareceu coerente dado a condição patriarcal da sociedade de Antigo Regime, em que os conceitos são, em sua grande maioria, definidos a partir de um viés masculino; nesse sentido, a mulher, enquanto ocupante da posição de chefe do domicílio, estaria também vinculada em algum grau a essas expectativas recorrentes ao pai de família.

A investigação sobre a chefia de domicílios exercida por mulheres na região de Curitiba, na segunda metade do século XVIII parte da investigação de documentos civis. Para tanto, foi selecionada a abordagem metodológica da Micro-história, levando em consideração o movimento de *mudanças de escala* nos apresentado por Giovanni

³⁵ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1796, 2ª Companhia, página 33.

³⁶ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1792, 2ª Companhia, página 62; 1793, 2ª Companhia, p. 63.

³⁷ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1791, 2ª Companhia, página 53.

³⁸ Ver mais em ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e Devotas: Mulheres da colônia (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste – 1750-1822) – Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992.

Levi. Justifica-se esta abordagem por sua capacidade de colocar o pesquisador mais próximo dos agentes e de suas escolhas, possibilitando assim, a observação de fenômenos que, se considerados apenas por um prisma mais geral, não seriam percebidos. Ao valorizar apenas a abordagem “macro” histórica, apresenta-se o perigo de concluirmos que toda uma população, ou período histórico, agia da mesma maneira, não existindo movimentos contrários, organizações ou resistências isoladas capazes de formularem outros discursos e outras verdades e de conviverem mesmo tempo com os discursos gerais – ou pelo menos, com aquele cujo conhecimento foi explorado mais intensamente pelos historiadores.

Ao mesmo tempo, durante a análise é necessário que não se perca a noção do “todo”, esfera social com a qual esse recorte micro está respondendo e dialogando constantemente. Para isso, esta pesquisa se utilizará de um mecanismo chamado por Giovanni Levi de *mudanças de escala*, para que se relacione os acontecimentos gerais àqueles que foram escolhidos para receberem uma análise mais detalhada. Segundo Levi,

La consideración de la pequeña escala se propone, entonces, como un modo de captar el funcionamiento real de mecanismos que, en un nivel “macro”, dejan demasiadas cosas sin explicar. Y la insuficiencia de esas explicaciones se puede comprobar en los debates sin salida que, continuamente, nos involucran a todos: El consenso popular de apoyo al fascismo; una clase obrera que ha asimilado la cultura de la burguesía victoriana; un mundo campesino arcaico que debe desaparecer frente al progreso, y temas por el estilo³⁹.

Dessa maneira, a análise do micro teria a capacidade de proporcionar uma série de outras soluções, tornando complexas e mais profundas as respostas que se tem ainda hoje para certas perguntas. Essa tática também permite que não se privilegie um aspecto sobre o outro, o micro em detrimento do macro, por exemplo, relativizando a dicotomia

³⁹ A consideração da pequena escala se propõe, então, como um modo de captar o funcionamento real de mecanismos que, em um nível “macro”, deixam demasiadas coisas sem explicar. E a insuficiência dessas explicações se pode comprovar nos debates sem saída que, continuamente, nos envolvem a todos: O consenso popular de apoio ao fascismo; uma classe trabalhadora que assimilou a cultura da burguesia vitoriana; um mundo campesino arcaico que deve desaparecer frente ao progresso, e temas semelhantes. In LEVI, Giovanni. Un problema de escala. Relaciones: Revista de El Colegio de Michoacán, v. 24, n. 95, 2003. p. 283. Tradução minha.

e produzindo uma dinâmica entre essas duas áreas de “ida e vinda”, na qual há alternância de vieses na observação do historiador⁴⁰.

Toda a abordagem tem como a metodologia da Micro-história italiana, tendo como referência o que Carlo Ginzburg propõe: se se está trabalhando com um âmbito suficientemente determinado, a sobreposição de séries documentais para a recriação da trajetória de vida de determinados agentes pode ser feita a partir do nome destes⁴¹. A pesquisa efetuou o cruzamento de informações dentro de uma série de documentos civis, através de indícios nominais das chefes de domicílio e seus coabitantes, buscando perceber as mudanças e permanências de sua configuração e sua posição enquanto chefe. Apesar de não incluir outros documentos seriados que não as Listas, foi possível, através do nome e idade, encontra-las e segui-las nos anos seguintes ao primeiro contato. Os recortes se deram em função da completude das fontes, assim como as categorias definidas no próprio documento com relação aos status civil e sociais de cada chefe e seus coabitantes.

No primeiro capítulo, “A mulher no espaço e na historiografia: contexto histórico e produção historiográfica sobre o feminino”, procuro apresentar mais a fundo o contexto da Vila de Curitiba na segunda metade do século XVIII, assim como apresentar o desenvolvimento da presença feminina na historiografia – primeiro com a História da Família e, posteriormente, com a História das Mulheres. Pretendo com isso ampliar a visão sobre o contexto das chefes e suas famílias que aparecem na documentação, assim como explorar o caminho percorrido que possibilitou a presença delas na historiografia enquanto tema de relevância – resultando na atual pesquisa.

No segundo capítulo, “As mulheres do Setecentos segundo as *Ordenações Filipinas* e as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* – uma análise crítica”, pretendo investigar sobre as interpretações que a Igreja católica e o Direito do século XVIII possuíam sobre as mulheres, analisando duas fontes documentais de época, para que seja possível dissertar sobre a legitimidade da chefia feminina e a natureza do termo chefia, a partir do conceito *persona* trabalhado por Bartolomé Clavero.

⁴⁰ Ver mais em ROSENTAL, Paul-André. Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a ‘microstoria’. In *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

⁴¹ GINZBURG, Carlo. *O Nome e o Como: troca desigual e mercado historiográfico*. In GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

Por fim, em “*O domicílio e as chefes: Vila de Curitiba, 1776 a 1797*” exponho os dados coletados e organizados sobre todo o período, dividindo as chefes por sua condição civil e sua cor, além de ressaltar a formação habitacional na qual se encontrava no momento da feitura das Listas. Primeiramente, apresento dados gerais de 1776 a 1797, e em um segundo momento, foco minha análise aos dados de oito Listas específicas referentes aos anos de 1776, 1777, 1782, 1786, 1791, 1792, 1793 e 1795, comparando informações com a bibliografia de apoio.

A atual pesquisa surgiu através do interesse sobre aquilo que não está na norma, que não é naturalizado, que espanta ainda hoje e levanta questionamentos. Acredito que pensando dessa forma é possível continuar expandindo o conhecimento sobre o passado, e auxiliando na reflexão da sociedade na qual vivemos hoje. A importância desse estudo se faz na necessidade cada vez mais latente do conhecido da história dos grupos marginalizados e minoritários, e sua inclusão na “História Oficial” do país – principalmente nos últimos anos, em que as certezas se tornam cada vez mais fluidas e questionáveis, afetando diretamente na produção acadêmica e sua sobrevivência. Atual dissertação também é importante para fomentar a discussão sobre *as famílias coloniais* que existiram no Brasil, assim como faz parte do começo de uma investigação ainda muito extensa a se fazer sobre a mulher nesse período e nesse lugar.

2. CAPÍTULO 1 - A MULHER NO ESPAÇO E NA HISTORIOGRAFIA: CONTEXTO HISTÓRICO E PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O FEMININO

Inicialmente, é necessário ressaltar dois aspectos sociais: o contexto histórico no qual o objeto dessa pesquisa – as chefes de domicílio mulheres - se encontra – a Curitiba da segunda metade do século XVIII – e as circunstâncias nas quais a historiografia pautou a figura feminina durante o século XX. Essa preocupação nasce de duas exigências teóricas diferentes que caem sobre esse trabalho, a saber, a contextualização do objeto de pesquisa no tempo e espaço o qual ele de fato viveu, e a apresentação da trajetória de tal objeto na produção de conhecimento, nesse caso, ocidental. Esse último aspecto ganha importância singular na narrativa da pesquisa, uma vez que se propõe a facilitar a compreensão dos leitores sobre a legitimidade da produção acadêmica voltada a investigar as ações de mulheres no passado e porque ressalta a ausência dessa historiografia na disciplina de História, durante a maior parte de sua existência.

2.1 – A CURITIBA DAS CHEFES: SOCIEDADE E POLÍTICA NO SÉCULO XVIII

Entende-se que o ambiente geográfico e social influencia nas vivências das populações, por esse motivo se faz essencial conhecer minimamente a configuração política e humana da região anteriormente à análise do objeto. Portanto, apresenta-se brevemente o contexto político e social da região na qual hoje é o Estado do Paraná e a cidade de Curitiba, buscando ressaltar aspectos do início de sua povoação até a segunda metade do século XVIII, momento em que a pesquisa se debruça para compreender as mulheres chefes de domicílio.

O início da colonização do território que hoje pertence ao Estado do Paraná é um período não tão distante da baliza temporal privilegiada por essa pesquisa: se deu a partir do fim do século XVI, momento em que se descobriu a existência de ouro na região de Paranaguá. No século seguinte, a Companhia de Jesus ocupou parte do território Oeste fundando os Sete Povos das Missões, aldeias que tinham como objetivo reunir e catequisar os povos nativos da região e cujo estabelecimento resultou, mais

tarde, em um grande conflito com os paulistas por conta da concentração dessa mão de obra (Guerras Guaraníticas, 1754-1756), e posteriormente com a própria Coroa Portuguesa. Ainda no século XVII surgiram as primeiras tentativas de construção do que hoje é a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, no Centro Histórico da cidade – a obra apenas foi concluída em 1721, servindo de referência às diversas capelas existentes nas fazendas da região.

A mineração baseada na mão de obra indígena acabou por não se desenvolver com o sucesso esperado por conta da escassez do minério, porém viu-se o crescimento da povoação durante todo o século seguinte, expandindo o povoado de Paranaguá, onde seus moradores estabelecem uma conexão próxima com a região de Curitiba. Apontava-se assim, a vontade de expansão colonial para o Oeste do território:

Ao longo do século XVII os mineradores ultrapassaram a Serra do Mar e, em busca do ouro, exploraram as terras altas do interior e formaram os primeiros núcleos populacionais no planalto: as povoações de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (Curitiba) - freguesia de Paranaguá desde 1654, distrito desde 1660 e elevada a categoria de vila em 1693 – e São José e Bom Jesus dos Perdões (São José dos Pinhais), na região contígua⁴².

A partir do início do século XVIII, a abundância de ouro em Minas Gerais acaba por ajudar a diminuir drasticamente a atividade mineradora de Paranaguá, e os moradores da região e do planalto intensificam a agricultura e a criação de gado, que se avoluma por volta da metade do século. Ao final da década de 1720, a Estrada de Viamão Real foi concluída, seu trajeto começado em Viamão, onde hoje é o Rio Grande do Sul, passando por Curitiba, Sorocaba (São Paulo) e chegando em Minas Gerais, impulsionando forte comércio de mulas. O crescimento da preferência por muares no transporte das cargas dura até os anos 70, quando a construção de ferrovias (impulsionada pelo cultivo e exportação do café) desvaloriza este tipo de transporte. Até esse momento, criou-se o costume de concentrar mulas nas fazendas dos Campos Gerais durante o inverno, para que fossem vendidas em Sorocaba posteriormente, o que provocava a proliferação de povoados nas margens do caminho.

⁴² MACHADO, Cacilda. A inserção social de negros, índios e bastardos a partir de registros de óbitos (planalto paranaense na primeira metade do século XVIII) in Revista de História Regional 15(2): 160-183, Inverno, 2010, p. 161.

Com a alta movimentação de homens, animais e mercadorias, a coroa portuguesa decide acirrar sua fiscalização, cobrando tributos sobre a passagem de rios, estabelecendo a vigilância e a contagem de animais. Foram instalados locais de arrecadação destes tributos ao longo do Caminho de Viamão, e seu controle era leiloado, de tempos em tempos, entre os homens de famílias mais abastadas – geralmente também proprietárias das fazendas de gado da região⁴³. Após o estabelecimento do Caminho de Viamão, parte desses homens decidiram se deslocar da Vila de Curitiba para os Campos Gerais, promovendo também o deslocamento de parte da população, chamada por Maria Luiza Andreazza de “povo comum”: os homens livres, que prestavam serviços aos senhores e fazendeiros. Esse deslocamento foi incentivado, já na segunda metade do século, pelo governo do Capitão Geral D. Luiz Antônio de Souza Botelho e Moura, para que fosse possível produzir avanço econômico, uma vez que a região ainda era muito pobre comparada com outros lugares da colônia. Os objetivos centrais de seu governo eram

a defesa e consolidação da posse dos territórios sulinos, bem como a preocupação com o desenvolvimento econômico da Capitania paulista, refletido em estímulos à produção agrícola de exportação e à dinamização do comércio⁴⁴.

Consequentemente, os Campos Gerais passam a ser a região em que se concentraria a maior parte da população, dado ao crescimento de sua importância econômica:

A importância dos Campos Gerais na rede de abastecimento interno dos domínios lusitanos se expressa no censo de 1765 pois ali, por exemplo, se concentrava grande parte dos domicílios e dos cativos do Paraná. Igualmente é verdade que, se ampliarmos o foco para toda a região “da Estrada da Boiada, rota do Sul”, encontramos variações nas atividades de seus habitantes. Desta perspectiva, pode-se perceber que ali se mantinha o sonho do Eldorado, pois um punhado de homens

⁴³ ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Rede de negócios no registro de Curitiba na passagem do século XVIII para o XIX in Anais da ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007.

⁴⁴ CAVAZZANI, André Luiz M. Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Bahia de Paranaguá (c. 1750-1830). 2013, 357 f. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, p. 85.

ainda insistia em minerar a despeito de a grande maioria dedicar-se, tão somente, à lavoura de subsistência⁴⁵.

E ainda:

Essa sociedade se espalhava em dezoito bairros, além da vila de Curitiba. Neles habitavam “mais ou menos” 2.096 “homens livres e seus filhos”, em idades dispersas entre zero e cem anos. Estimar a população total, conhecendo apenas o número de homens, é tarefa arriscada, mas a título de exercício, uma tentativa pode ser efetuada idealizando uma razão de sexos de 100, o que nos daria um efetivo de 4.192 habitantes. Algo mais próximo da realidade pode ser sugerido a partir da estrutura da população livre de outras áreas da capitania de São Paulo em 1765 que, sem incluir os moradores da capital, era formada por 23.936 homens e 21.720 mulheres⁴⁶.

Trinta anos depois, um censo geral que cobria a população de todas as localidades existentes nessa região do Paraná, afirma a existência de 20.999 pessoas habitando em Antonina, Guaratuba, Paranaguá, Castro, Curitiba, Lapa e São José dos Pinhais. Deste total, cerca de 4.273 eram cativos, ou seja, 20% da população. Segundo Horácio Gutierrez, “o peso relativo de 20,3% com que os escravos figuraram nesse ano se manteria com poucas variações nas décadas seguintes: 18,6% em 1810 e 17,1% em 1830⁴⁷. Em 1776, a localidade de Castro possuía 221 escravos; em 1798, Curitiba tinha 1.180 cativos, sendo que em 1797, 21% dos domicílios da vila eram escravistas⁴⁸.

Se muitos indígenas trabalharam inicialmente na extração de ouro na freguesia de Paranaguá, paulatinamente seu trabalho foi substituído pelo africano que era empregado em diversas outras funções, tanto nos centros das vilas, no comércio e nas

⁴⁵ ANDREAZZA, Maria Luiza. El papel de los censos en laproduccion de las categorias socieales y espaciales de las colônias americanas. In CELTON, Dora; GHIRARDI, Monica; CARBONETTI, Andrian. (Org) Poblaciones históricas: fuentes, métodos e líneas de investigación. 1º ed. Cordoba/Rio de Janeiro: ALAP, 2010, v.1, 117-135.

⁴⁶ ANDREAZZA, Maria Luiza. El papel de los censos en laproduccion de las categorias socieales y espaciales de las colônias americanas. In CELTON, Dora; GHIRARDI, Monica; CARBONETTI, Andrian. (Org) Poblaciones históricas: fuentes, métodos e líneas de investigación. 1º ed. Cordoba/Rio de Janeiro: ALAP, 2010, v.1, 117-135.

⁴⁷ GUTIÉRRES, Horacio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX in HISTÓRIA, SÃO PAULO, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006, p. 3.

⁴⁸ LIMA, Carlos A. M., MELO, Kátia A. V. de, A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835). Afro-Ásia [em linha] 2004. Disponível em: <<http://248.redalyc.org/articulo.oa?id=77003104>> ISSN 0002-0591, p.9.

casas, quanto nas plantações e fazendas de criação de gado. Apesar de não ser um contingente tão grande quanto o que normalmente se via trabalhando em fazendas de plantação de cana, e mesmo nos cafezais posteriormente em outros lugares da colônia, a quantidade de cativos na região do Paraná e em Curitiba tende a se manter numa média pouco variável durante a segunda metade do século XVIII⁴⁹. A escravidão que se desenvolveu aqui possuía características próprias, relacionadas às práticas comerciais e o tipo de economia praticados pelos habitantes, que determinavam o perfil das relações entre os escravos, e entre escravos e seus senhores⁵⁰.

De maneira geral, ao início do século XVIII, Curitiba povoava um pequeno espaço territorial, constituído entre as sete léguas ao redor do centro e poucas fazendas de gado pelas estradas que levavam à região de São Paulo e à freguesia de Paranaguá. A população era composta de pessoas oriundas de vários lugares, muitos já não brancos, e que foram com o passar do século se espalhando e se multiplicando durante o movimento de colonização e formação de famílias. Já durante a segunda metade do século, segundo Nadalin, vê-se

nascer gradativamente um sentimento de identidade que começava a florescer na região, que os distinguiam daqueles viajantes que subiam a serra, oriundos vez ou outra do litoral ou, mesmo, de além-mar. Se, no início do povoamento, Curitiba foi um apêndice do litoral, logo uma parcela de seus habitantes se especializaram em atividades ligadas, direta ou indiretamente, à criação e negócios de gado. Do seu lado, os habitantes da freguesia de Paranaguá – mesmo aqueles que viviam da agricultura – tinham no seu horizonte o porto e o comércio⁵¹.

Como já comentado, foi durante o Setecentos que a política colonial acabou se mostrando mais presente no cotidiano da região, devido ao grande trânsito de mercadorias que passavam por aqui, mudança que culminaria no estreitamento de laços ainda maior entre Portugal e Brasil:

⁴⁹ A existência de escravos entre as chefes de domicílio mulheres será abordada no Terceiro Capítulo.

⁵⁰ Ver mais em: LIMA, Carlos A. M., MELO, Kátia A. V. de, A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835). Afro-Ásia [em linha] 2004. Disponível em: <<http://248.redalyc.org/articulo.oa?id=77003104>> ISSN 0002-0591.

⁵¹ NADALIN, Sergio Odilon. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade In TOPOI, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 222-275, p. 7.

Pairando acima, estava lá, cada vez mais, a presença da autoridade, principalmente após a ascensão do Marquês de Pombal em Portugal (1756). De fato, ao se iniciar a segunda metade do século XVIII, inaugurava-se uma nova etapa do empreendimento português no Brasil, que culminaria no desembarque da família real, em 1808. Cimentavam-se, também dessa forma, o desaparecimento paulatino do bandeirantismo espontâneo e o desenvolvimento das atividades mineiras no centro do país. Esse também é o contexto político e militar da consolidação lusa no território, em detrimento dos espanhóis. Assim sendo, essa metade do século caracteriza-se, de modo igual, pela sobrevivência de um clima de guerra que acompanhava, no Sul, a economia da pecuária⁵².

Nesse ambiente de formação incipiente, relações familiares e de amizade surgiam e costuravam essa sociedade, possibilitando o desenvolvimento das produções agrícolas e sendo regida pelos representantes do poder político central e da religião – um microcosmo pertencente à uma realidade muito maior que era o Império Colonial Português, regido por regras sociais e políticas características do Antigo Regime. É nesse escopo cotidiano que encontram-se as diferentes famílias chefiadas por mulheres, alvos da atual pesquisa. Para que se compreenda os próximos passos desse estudo é necessário entender de que maneira se deu as investigações sobre a família no campo da História, assim como conhecer os aspectos metodológicos e sociais que possibilitaram a base para a construção da problemática que privilegia o sexo feminino.

2.2 - A FAMÍLIA EM PAUTA: UM CAMINHO PARA ENCONTRAR AS MULHERES

A intelectualidade do século XIX produziu o modelo de Universidade Europeia que existe hoje em dia (e que ainda influencia o ensino superior no Brasil), e foi ela que acabou separando pontualmente diversos campos do conhecimento em disciplinas, por sua vez, programadas para seguirem sintonizadas com os paradigmas científicos já estabelecidos. O campo da História foi um desses que, nascido da necessidade dos primeiros grupos humanos em estabelecer regras e criar conexões com o passado, se tornou cada vez mais o instrumento para governos centralizados explicarem suas escolhas, suas tradições e justificarem seus planos futuros. A disciplina História surgiu da presença dos Estados Nações na formação educacional de sua elite, e por muito

⁵² Ibidem.

tempo passou a se preocupar com seu próprio passado, deixando de lado documentos não escritos em papel e problemas de investigação que abordassem outros grupos.

Como escreveram Etelvina Maria de Castro Trindade e Maria Luiza Andreazza,

Essa tendência [política] centralizadora refletiu-se nas análises históricas tradicionais que se inclinam a destacar as realizações da política nacional europeia. Sendo assim, a historiografia resultante esteve impregnada por uma noção de progresso linear que exaltava os ‘sucessos’ decorrentes da ocidentalização mundial⁵³.

Desde o início do século XX, diversos movimentos acadêmicos e estudantis promoveram críticas a essa ideia de História única, incitando pesquisas voltadas a complexificar diversos temas, trabalhados ou não pela disciplina no século anterior. Se tornava cada vez mais impossível escrever a História da humanidade sem prestar atenção ao *outro*, aos povos não europeus, não brancos, não masculinos,

[...] especialmente após as duas guerras mundiais, [pois] as modificações havidas no mundo ocidental colocaram em xeque as certezas quanto à superioridade do padrão eurocêntrico e evoluído. Entre os fatores conjunturais que, no século XX, abalaram as certezas estabelecidas, pode-se citar: as crises econômicas mundiais, a descolonização da África e Ásia, a instauração do comunismo e o surgimento do Terceiro Mundo no cenário internacional⁵⁴.

Dois campos do conhecimento que surgiram com esse objetivo, ou que o abraçaram posteriormente, serão comentados a seguir: a História da Família e a História das Mulheres.

Ana Silvia Volpi Scott, em *“Descobrimos” as Famílias no passado brasileiro*: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente, publicado em 2014, aponta o crescimento das publicações sobre a história das famílias no Brasil e fora, ressaltando a relação que essa historiografia fez com a Demografia Histórica e com as Ciências

⁵³ ANDREAZZA, Maria Luiza; TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Cultura e Educação no Paraná*. Curitiba: SAMP, 2017, p. 11.

⁵⁴ *Ibidem*.

Sociais e Antropologia⁵⁵. A incorporação de elementos característicos de outras disciplinas e outras áreas do conhecimento no estudo do tema pela História deve-se à complexidade que o mesmo exige, uma vez que a família é a organização social celular base para quase todas as sociedades que já existiram, e uma abordagem apenas demográfica quase nunca é suficiente para explorar toda a sua potência de esclarecimento sobre os grupos do passado - e do presente - e suas organizações familiares.

As pesquisas sobre família geradas pelo campo de estudos da Demografia Histórica, por exemplo, pautavam-se inicialmente nas metodologias francesas e inglesas de análise e com o tempo incorporaram métodos derivados da Micro-história italiana, no que diz respeito aos estudos nominais. O resultado disso foram pesquisas que mudavam seu foco da demografia para questões familiares às Ciências Sociais, e que se propunham a utilizar documentos antes não cogitados, como as Listas Nominativas e os Livros Paroquiais⁵⁶. O auxílio da Micro-história e da possibilidade de alternar a escala de observação entre a situação cotidiana e o ambiente contextual expandido com a utilização dos documentos nominais, abriu portas para o avanço do debate acerca das estratégias familiares e das redes de relacionamento que formavam e mantinham as famílias. Segundo a autora,

toda a ação social é o resultado de escolhas, de decisões do indivíduo e do grupo familiar, por isso mesmo implica numa constante negociação e, porquê não dizer, manipulação, diante de uma realidade normativa que oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais⁵⁷.

Dessa maneira, as preocupações dos estudiosos da família passam a incorporar as análises das escolhas e das manobras dos indivíduos e de grupos familiares com relação às normas e leis das sociedades em que se estabeleciam. O que tem sido apontado a partir desse viés, é uma

⁵⁵ SCOTT, Ana Silvia V. *“Descobrindo” as Famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente* In SCOTT, Ana Silvia V; CARDOSO, José Carlos da S.; FREITAS, Denize Terezinha L.; SILVA, Jonathan Fachini da. *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.

⁵⁶ SCOTT, Ana Silvia V. *“Descobrindo” as Famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente* In SCOTT, Ana Silvia V; CARDOSO, José Carlos da S.; FREITAS, Denize Terezinha L.; SILVA, Jonathan Fachini da. *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014, p. 17.

⁵⁷ Idem, p. 14.

extrema variação da organização familiar latino-americana e brasileira, impondo a utilização do termo “família” no plural, porque são inúmeras as possibilidades de arranjos familiares que, por sua vez, também variaram no tempo, no espaço e de acordo com os distintos grupos sociais⁵⁸.

Esse pensamento que defende a noção de família de maneira plural só pode ser desenvolvido a partir da crítica aos trabalhos pioneiros sobre o assunto, como os de Gilberto Freyre, Oliveira Viana, Caio Prado Jr e Sergio Buarque de Holanda, produzidos na primeira metade do século XX. Esses estudos pioneiros observavam a relação entre família e Estado, na intenção de entender o processo de formação da nação, sublinhando o aspecto patriarcal da sociedade e evitando assim um aprofundamento empírico nas relações íntimas entre parentes, uma vez que sua narrativa servia um propósito maior, intencionando a fabricação de uma identidade brasileira.

As críticas mais fortes à essa construção de modelo de família vieram na segunda metade do século, com a formação do campo de estudo chamado História Social, inspirado na Demografia Histórica, que juntos, a partir dos anos 1970, diversificaram a temática, incorporando análises da condição feminina, do surgimento da criança, assim como a ilegitimidade filial, o estabelecimento do casamento religioso, o concubinato, a transmissão de fortunas, etc⁵⁹.

A década de 1980 é conhecida pelo estudo da família negra, aliado a uma reflexão sobre a escravidão, impulsionado pela crítica de Jacob Gorender, e que recebeu contribuições recentes de Manolo Florentino, Robert Slenes, José Flávio Motta, entre outros historiadores. Esses trabalhos incentivaram pesquisas que abordam as camadas populares da sociedade colonial como seu tema principal, em detrimento da preferência anteriormente dominante pelo estudo dos grupos mais abastados⁶⁰. Os anos 1990 chegam ao fim ressaltando a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas familiares do Brasil e da América Latina, e sua comparação com a família europeia, pois os resultados de pesquisas como as de Pilar Gonzalbo Aizpuru, Robert E. McCaa e Maria Luiza Marcílio sobre a América Latina apontam a grande presença de

⁵⁸ SCOTT, Ana Silvia V. “*Descobrindo*” as Famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente In SCOTT, Ana Silvia V.; CARDOSO, José Carlos da S.; FREITAS, Denize Terezinha L.; SILVA, Jonathan Fachini da. História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014, p.16/17.

⁵⁹ Idem, p. 20.

⁶⁰ Idem, p. 21.

uniões baseadas no concubinato, grandes taxas de crianças ilegítimas e “que proporções significativas de domicílios eram chefiados por mulheres.”⁶¹.

O debate e a crítica em torno do conceito *patriarcalismo* cresceu a partir da necessidade de se explicar novos formatos de famílias que foram sendo descobertas, e marcou os anos 1980 com a polarização de grupos de pesquisadores que defendiam a visão de família patriarcal freyriana, e grupos que contra argumentavam, desenvolvendo suas críticas. Bert Barickman, por sua vez, expressou a confusão de interpretações sobre a obra de Freyre no que diz respeito à família nuclear *versus* família estendida e a questão da existência do patriarcado que, segundo ele, independeria da quantidade de componentes da família⁶²:

Barickman, contudo, sugere que Freyre poderia ter usado o conceito de patriarcalismo em mais de um sentido, e entendido ‘família’ como um grupo doméstico que compartilhava a mesma habitação e, ao mesmo tempo, como uma rede de parentesco com mais de uma unidade doméstica (BARICKMAN, 2003: 122-130). Eis aí, a nosso ver o ponto central que nos últimos anos vêm animando os estudos sobre a família no Brasil, não só ampliar a abrangência geográfica e temporal, como se valer de um leque de fontes muito mais alargado e, sobretudo, investir no aprofundamento da discussão conceitual, assim como ampliar o arsenal de conceitos utilizados, contribuindo assim para o debate.⁶³

Em seguida, Scott aponta alguns trabalhos que estão indo por esse caminho, como o de Silvia Maria Jardim Brugger, “parte da noção de patriarcalismo como um conjunto de valores e práticas que colocam a família no centro da ação social”, e Cacilda Machado que procura “encontrar o caráter patriarcal das relações estabelecidas entre homens e mulheres livres, fora do contexto da grande propriedade escravista, numa área onde predominava o trabalho familiar”, afirmando que a existência desse debate é o que explica os motivos que impedem que a história da família se concentre apenas nas análises demográficas ou referentes à co-residência⁶⁴. A complexidade do

⁶¹ SCOTT, Ana Silvia V. “*Descobrindo*” as Famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente In SCOTT, Ana Silvia V; CARDOSO, José Carlos da S.; FREITAS, Denize Terezinha L.; SILVA, Jonathan Fachini da. História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014, p. 22]

⁶² Idem, p.25-26.

⁶³ Idem, p.26.

⁶⁴ SCOTT, Ana Silvia V. “*Descobrindo*” as Famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente In SCOTT, Ana Silvia V; CARDOSO, José Carlos da S.; FREITAS,

assunto deve ser abordada com o auxílio de produções que explorem trajetórias pessoais e familiares, sob a metodologia da Micro-história e do trabalho com conceitos como “rede-social” e “estratégia familiar”⁶⁵:

Não é possível pensar o patriarcalismo limitado à configuração do domicílio extenso, mas como um pressuposto fundamental para entender a importância dos “laços familiares”, entendidos de uma maneira mais elástica e construídos não só a partir do parentesco biológico, mas através dos laços baseados nas alianças matrimoniais, nas relações de compadrio, e na “economia do dom”, que funciona através da lógica dos atos de dar, receber e retribuir, constituindo relações de “amizade desigual” que as diferentes esferas de poder legitimavam.⁶⁶

E ainda “compreender as diferentes tramas que ligavam indivíduos e famílias de distintas posições sociais, neste universo heterogêneo que é o Brasil escravista, passou a ser o grande desafio dos historiadores da família.”⁶⁷

Algumas características comuns entre os estudos sobre família atuais, segundo a autora, são a utilização de fontes nominativas, processos inquisitoriais, documentos privados e o uso da já citada metodologia da Micro-História como principal processo de investigação. Um tema popular na área é o compadrio, as relações que se estabelecem e desenvolvem após e/ou anteriormente ao batismo de crianças, o que mostra a influência do pensamento que entende a sociedade existindo a partir de grandes redes de relacionamento religiosos e interpessoais. Os caminhos promissores para os estudos sobre as famílias apontam para a possibilidade de abordar tanto a relação da família com o Estado, independentemente do período, quanto continuar buscando novos objetos dentro desse tema: a partir da mudança de escala e dos estudos de trajetórias individuais e familiares seria possível trabalhar as duas perspectivas na busca da construção do conhecimento sobre esse pilar da sociedade brasileira.⁶⁸

Denize Terezinha L.; SILVA, Jonathan Fachini da. *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014, p. 27.

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ SCOTT, Ana Silvia V. “*Descobrindo*” as Famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente In SCOTT, Ana Silvia V; CARDOSO, José Carlos da S.; FREITAS, Denize Terezinha L.; SILVA, Jonathan Fachini da. *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014, p. 28].

⁶⁷ Idem, p. 29.

⁶⁸ Idem, p. 33.

A pluralização do campo de estudos que tem como foco as famílias brasileiras do passado tem aberto caminhos para que se possa pensar as mulheres historicamente, porém não se pode ignorar que muito de sua potência diversificadora se deu a partir da entrada de uma certa parcela feminina no ensino superior europeu e americano, dos anos 1970 pra cá. Esse acesso, mesmo que pequeno a princípio, foi um dos fatores que permitiu explorar os papéis sociais femininos para além da família, impulsionadas pela onda feminista e por movimentos acadêmicos questionadores da produção do conhecimento universitário.

2.3 – O SURGIMENTO DA HISTÓRIA DAS MULHERES

Se hoje, o sujeito feminino enquanto objeto de pesquisa está se tornando cada vez mais popular e mobilizando cada vez mais historiadores e historiadoras no Ocidente, se deve às inúmeras movimentações de reivindicações por igualdade de direitos humanos lideradas por mulheres europeias, desde os fins do século XIX. Assim sendo, lentamente, o movimento feminista possibilitou que a sociedade considerasse a figura da mulher para além das obrigações tidas como naturais e morais que ela deveria honrar através do casamento e da formação de uma família, o que possibilitou entre outras coisas, que mais mulheres ocupassem meios acadêmicos que eram tradicionalmente reservados para a população masculina.⁶⁹ Isso aconteceu em meados do século XX, nos EUA, e no Brasil, principalmente por meio do Instituto Carlos Chagas, a instituição de ensino que mais incentivou a presença feminina na América do Sul. Partindo de reivindicações sobre o acesso ao trabalho e ao voto, e alcançando atualmente pautas sobre a legalização do aborto, o amplo acesso à métodos anticoncepcionais, a criminalização da lesbofobia, entre diversas outras, o movimento feminista ampliou e diversificou suas bandeiras, sofrendo muita influência de outros movimentos sociais e acadêmicos. Faço aqui um breve apanhado sobre o surgimento e o desenvolvimento da História das Mulheres e dos estudos de gênero, no Ocidente.

Rachel Soihet e Joana Maria Pedro afirmam a importância dos Annales, ainda na década de 1920, na abertura da possibilidade de história das mulheres:

[...] observa-se, ainda, a partir da década de 1920, a emergência do grupo dos Annales, representado por Marc Bloch e Lucien Febvre.

⁶⁹ SILVA, Tânia Maria Gomes. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. In POLITEIA: História e Sociedade. nº 8, v. 1. Vitória da Conquista, 2008, p. 224.

Diversamente da historiografia vigente, direcionam seu interesse para a história de seres vivos, concretos, e à trama de seu cotidiano, ao invés de se ater a uma racionalidade universal. À medida que a tradição historiográfica dos *Annales* propunha ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns, ela contribuiu para que as mulheres, posteriormente, fossem incorporadas à historiografia⁷⁰.

Já nos anos 1960, “cresceu na historiografia um movimento, crítico do racionalismo abstrato, que relativizou a importância de métodos ou de conceitos teóricos rígidos”, gerando correntes intelectuais como o revisionismo neo-marxista, a chamada Escola de Frankfurt, e historiadores que pautavam as mentalidades das comunidades e os discursos institucionais, entre outros temas, sendo Jacques Derrida e Michel Foucault importantes nomes desta agitação acadêmica.⁷¹ Referenciando Silva Dias⁷², as autoras esclarecem:

O conhecimento histórico tornou-se relativo, tanto a uma determinada época do passado, como a uma dada situação do historiador no tempo, o qual procura interpretar os processos de mudança através de um conhecimento dialético. Tal panorama tornou mais factível a integração da experiência social das mulheres na história, já que sua trama é tecida basicamente a partir do cotidiano, e não de pressupostos rígidos e de grandes marcos.⁷³

O campo da História Social também assumiu parte importante nesse processo, pois foi fonte de diversas críticas ao pensamento marxista tradicional, abrindo possibilidades para a análise de outros grupos sociais antes excluídos, como os operários, escravos, pessoas comuns, e as mulheres.⁷⁴ A partir de então, a cada geração de historiadores e cientistas sociais, o sujeito feminino foi sendo tratado de novas maneiras. A década de 1970 continuou o debate sobre a legitimidade de modelos de interpretação acadêmicos já estabelecidos, como o marxismo, o freudismo e o estruturalismo, e o questionamento filosófico sobre a produção do conhecimento e sobre

⁷⁰ PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero In Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n° 54, 2007, p. 284.

⁷¹ Idem, p. 284-285.

⁷² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINNI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.43-44]

⁷³ PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero In Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n° 54, 2007, p. 285.

⁷⁴ Ibidem.

a estrutura da sociedade ocidental⁷⁵. É o momento também que o feminismo “surge como novidade no campo acadêmico, e se impõe como uma tendência teórica inovadora e de forte potencial crítico político”⁷⁶. Nessa década são lançados os primeiros volumes da *História da vida privada* por Philippe Ariès e Georges Duby, na França, resultado do esforço coletivo acadêmico para que se produzissem pesquisas empíricas e teorias que entregassem explicações mais plausíveis sobre o cotidiano dos povos do passado, dialogando com os debates da década anterior.

Maria Beatriz Nizza da Silva fala sobre o processo teórico-metodológico que acontece neste período, no Brasil:

Para que a História da Mulher tivesse condições para começar a ser escrita no Brasil foi primeiro necessário que a Demografia histórica, a História Social e a História da Família operassem uma verdadeira revolução documental, procurando as suas fontes menos nos arquivos públicos e mais nos arquivos eclesiásticos. Quando estes passaram a abrir suas portas aos pesquisadores, ali foi encontrada uma documentação relacionada com a vida quotidiana das populações: registros de batismo, casamento e de óbito, dispensas de casamento para aqueles que pretendiam contrair matrimônio com parentes, processos de separação entre casais, devassas em relação àqueles que viviam em concubinato.⁷⁷

Apesar da crítica ao Marxismo, estes primeiros estudos se baseavam em sua teoria, marcados “pela preocupação com a dialética da dominação versus opressão, dando pouco ou nenhum destaque às múltiplas formas de resistência que as mulheres elaboraram ao longo do tempo”⁷⁸.

Já nos anos 1980, estudos sobre a construção social dos gêneros masculino e feminino pautaram a utilização da categoria *gênero* como um conceito analítico, expressão da influência de certo pensamento feminista na produção acadêmica das historiadoras e cientistas sociais, que se aproxima da História Cultural⁷⁹. Como escreve

⁷⁵ SILVA, Tânia Maria Gomes. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. In POLITEIA: História e Sociedade. n° 8, v. 1. Vitória da Conquista, 2008, p. 225.

⁷⁶ PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero In Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n° 54, 2007, p. 226.

⁷⁷ SILVA, Maria Beatriz N. da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1984, p. 81.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e sociedade, V.15, n.2, jul/dez. 1990; GOMÁRIZ, E. *Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas*. *Fin de Siglo*, Ediciones de las Mujeres, n.17, 1992.

Margareth Rago, a intenção em empregar este termo na metodologia da produção acadêmica é direcionada em trabalhar “com *relações* e perceber por meio de que procedimentos simbólicos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder nossas referências culturais são sexualmente produzidas.”, evitando utilizar as concepções binárias que são naturalizadas em nossa sociedade (homem vs. mulher)⁸⁰. E prossegue:

É nesse sentido que os novos estudos feministas se aproximam da história cultural. Com esta nova proposta metodológica, insiste-se em que consideremos as diferenças sexuais enquanto construções culturais, desmontando e sexualizando conceitualizações que fixam e enquadram os indivíduos, seus gestos, suas ações, suas condutas e representações. Nega-se, portanto, que se parta de uma “realidade objetiva”, em que os sujeitos localizados em classes sociais entrariam em cena segundo um procedimento metodológico homogeneizador e generalizante, que visa a estabelecer continuidades no emaranhar dos fatos, e que entende que interpretar significa recolher (e não atribuir) o sentido essencial “oculto” na coisa. Além disso, propõe-se pensar as *relações de gênero* enquanto *relações de poder*, e nesse sentido a dominação não se localiza num ponto fixo, num “outro” masculino, mas se constitui nos jogos relacionais e de linguagem.⁸¹

Começava a ser inegável dentro do âmbito acadêmico que as relações entre homens e mulheres tinham sido determinadas pela configuração social, cultural e filosófica de cada sociedade e de cada época, o que invalidava discursos pautados nas determinações biológicas de cada sexo, expondo seu tendencionismo religioso e misógino, e abrindo um debate conflituoso.

No Brasil, a partir dos anos 1980, começaram a ser publicados diversos estudos sobre as mulheres na disciplina de História, culminando no número 18 da Revista Brasileira de História, intitulado *A mulher no Espaço Público*. Rachel Soihet e Joana Maria Pedro listam alguns deles:

Convém lembrar que antes de surgir aquele número da *Revista Brasileira de História*, Maria Odila Leite da Silva Dias já havia publicado, em 1984, o seu livro *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, e nele a categoria ‘mulheres’ estava presente. Além dela, Luzia Margareth Rago publicou, em 1985, *Do cabaré ao lar: a utopia*

⁸⁰ RAGO, Margareth. As mulheres da Historiografia Brasileira In SILVA, Zélia Lopes (org) cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1995.

⁸¹ RAGO, Margareth. As mulheres da Historiografia Brasileira In SILVA, Zélia Lopes (org) cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1995, p. 88.

da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930; Miriam Moreira Leite tinha organizado, em 1984, também, *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. E, no mesmo ano do citado número da RBH (1989), outras autoras estavam publicando, como por exemplo Martha de Abreu Esteves, em *Meninas perdidas*: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque; Rachel Soihet, em *Condição feminina e formas de violência*: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920; Eni de Mesquita Samara, *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo século XIX; Magali Engel, *Meretrizes e doutores*: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro. Portanto, o número da RBH emergiu no interior de várias pesquisas que estavam tematizando aquelas categorias.⁸²

A mulher colonial, por sua vez, aparece em livros como *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*, de Maria Beatriz Nizza da Silva e *As mulheres, o poder e a Família*, de Eni de Mesquita Samara. Estes primeiros estudos se direcionavam à investigação das mulheres provindas de famílias abastadas e das mulheres escravas, tentando compreender esses polos opostos. Na década de 1990, Emanuel Araújo, Maria Odila Leite da Silva Dias e Laura de Mello e Souza, também publicam suas pesquisas conectando o tema das mulheres com o da sexualidade, o cotidiano e a pobreza. Outra obra de renome deste período é *Ao sul do Corpo*, de Mary Del Priori, que trata dos comportamentos, mentalidades e da maternidade da mulher colonial. É em 1990 também que a *Revista Educação e Realidade* publicou a versão traduzida no artigo de Joan Scott, *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica, trabalho que contribuiu para a pluralização metodológica das pesquisas sobre a mulher e que havia primeiramente pautado o termo em questão enquanto conceito científico.

A partir da década de 1990, o circuito acadêmico brasileiro têm visto mais e mais grupos de trabalho, núcleos de estudo, revistas e eventos voltados para o tema da mulher. Destaco aqui o Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero da Associação Nacional de História, criado em 2001, durante XXI Simpósio Nacional da Anpuh, que vêm se reunindo em eventos da Anpuh, propondo simpósios temáticos e mini-cursos sobre o tema das relações de gênero através do tempo⁸³. Outros GTs tem sido criados em universidades do Centro-Sul e Oeste do Brasil, inspirados nesse primeiro, e associações como a Nacional de História Oral e a Nacional de Pós-Graduação e

⁸² PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero In Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n° 54, 2007, p. 282.

⁸³ PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero In Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n° 54, 2007, p. 283.

Pesquisa em Ciências Sociais abrem espaço em seus eventos para que esses grupos de trabalho possam dialogar⁸⁴.

Em 2012, o livro *Nova História das Mulheres no Brasil* foi organizado por Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro; as organizadoras reuniram artigos de intelectuais de diversas áreas, falando sobre temas como educação, comportamento, saúde, e família na tentativa de promover uma reflexão sobre os avanços do sujeito feminino durante o século XX em sociedade e sobre quais desafios nos esperam nesse próximo século que se inicia⁸⁵. Mais recentemente, em 2017, Hilton Costa, Martha D. Hameister e Rachel dos Santos Marques organizaram a obra *Tecendo suas vidas: as mulheres na América Portuguesa*, em que chamaram diversos historiadores e historiadoras para refletir acerca da História, da historiografia e das relações de gênero, tendo a mulher colonial como objeto.⁸⁶

A mulher nas pesquisas de História produzidas no Paraná seguiu um caminho parecido ao que foi exposto acima, sendo percebida a princípio nos estudos sobre a ocupação territorial, como os de Brasil Pinheiro Machado, Altiva Pilatti Balhana, Cecília Westphalen⁸⁷, entre outros; na produção da História Demográfica, como no trabalho de Sergio Odilon Nadalin e Maria Luiza Andreazza⁸⁸; e da História da Família, com Cacilda Machado entre outros, que abordam hoje em dia as várias maneiras de se constituir família etc⁸⁹.

Desdobrando esses temas, tem-se trabalhos sobre os casos de feiticeiras registrados pelo Judiciário da época colonial, como os de Danielle Regina Wobeto de

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

⁸⁶ COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha D.; MARQUES, Rachel dos S. *Tecendo as suas vidas: as mulheres na América portuguesa*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017. Disponível em: <http://www.guaritasigital.com.br/casaleiria/acervo/historia/tecendosuasvidas.html> IBBN 978-85-9509-009-5.

⁸⁷ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. v. 1.

⁸⁸ Ver NADALIN, Sergio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP, 2004, 248p; ANDREAZZA, Maria Luiza. Olhares para a ordem social na freguesia de Santo Antonio da Lapa: 1763-1798. *Anais do XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, 2002.

⁸⁹ MACHADO, Cacilda. Casamentos de escravos e negros livres e a produção da hierarquia social em uma área distante do tráfico atlântico (São José dos Pinhais -PR, passagem do XVIII para o XIX). In: João Fragoso; Manolo Florentino; Antonio Carlos Jucá; Adriana Campos. (Org.). *Nas rotas do Império*. 1ed. Vitória/ Lisboa: Edufes/IICT, 2006, p. 489-516.

Araújo e Bruna Maria Portela, por exemplo⁹⁰; assim como estudos sobre o operariado feminino durante o século XX, como em Roseli Boschilia⁹¹; a presença e o impacto das mulheres na arte paranaense, como em Amélia Siegel Correia, dentre diversos outros temas⁹². A Universidade Federal do Paraná abriga o Núcleo de Estudos de Gênero, que desde 1994 reúne professoras e alunas e promove diversos eventos de extensão, palestras e encontros sobre o assunto⁹³.

Nesse sentido, a temática das mulheres que chefiavam domicílios vem ganhando espaço: inicialmente, sendo citadas de maneira pontual durante o corpo de textos sobre outros temas, elas vem intrigando e provocando estudos específicos sobre esse fenômeno.

O já mencionado livro *Tecendo as suas vidas: as mulheres na América Portuguesa* foi organizado na intenção de contribuir para o debate sobre a mulher, questionando estereótipos atribuídos às mulheres da colônia pela historiografia anterior (como os da mulher submissa, enclausurada ou devassa), trazendo textos de Ana Silva Volpi Scott, Martha Daisson Hameister, Nathan Camilo, André Luiz M. Cavazzani, entre outros. Os temas abordados na obra foram a agência pública feminina, práticas de nomeação, maternidade, imigração, feitiçaria, e também as chefes⁹⁴. O artigo de Denize Terezinha Leal Freitas e Jonathan Fachini da Silva traz números muito interessantes sobre a chefia feminina, apesar de também tratar de Donas, viúvas e pobres que não necessariamente exerciam a chefia, não aprofundando a questão⁹⁵.

⁹⁰ ARAÚJO, Daniele Regina W. de. Um “cartório de feiticeiras”: Direito e Feitiçaria na Vila de Curitiba (1750-1777) – Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, 2016, 297p.; PORTELA, Bruna Marina. Carambolas ou artes diabólicas? As mulheres e a feitiçaria na sociedade colonial do século XVIII. In: Hilton Costa; Martha Daisson Hameister; Rachel dos Santos Marques. (Org.). *Tecendo as suas vidas: as mulheres na América portuguesa*. 1ed. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017, p. 207-227.

⁹¹ BOSCHILIA, R. T. Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960). 1. ed. Curitiba: Artes&Textos, 2010. v. 1. 206p.

⁹² ADELMAN, M. (Org.); LENNITA, (Org.); TROVAO, A. (Org.); CORRÊA, Amélia Siegel (Org.). *Mulheres, Homens, Olhares e Cenas*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011. 270p.

⁹³ Ver mais em <http://www.generos.ufpr.br/index.php/historico/>. Acesso em 02/05/2019.

⁹⁴ COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha D.; MARQUES, Rachel dos S. *Tecendo as suas vidas: as mulheres na América portuguesa*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017. Disponível em: <http://www.guaritasigital.com.br/casaleiria/acervo/historia/tecendosuasvidas.html> IBBN 978-85-9509-009-5.

⁹⁵ FREITAS, Denize Terezinha L.; SILVA, Jonathan Fachini da. Sobre as Donas, viúvas e pobres: uma contribuição para o estudo das mulheres coloniais no Extremo Sul (Freguesia de Madre de Deus de Poro Alegre, 1772-1822) In COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha D.; MARQUES, Rachel dos S. *Tecendo as suas vidas: as mulheres na América portuguesa*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017. Disponível em: <http://www.guaritasigital.com.br/casaleiria/acervo/historia/tecendosuasvidas.html> IBBN 978-85-9509-009-5.

Sobre as mulheres chefes de domicílio do Setecentos e Oitocentos, Ana Silvia Volpi Scott afirma que, em 1779, dos 230 domicílios que existiam em Porto Alegre, 30 eram chefiados por mulheres; já em 1782, dos 279 domicílios, 52 eram de chefia feminina, significando 13% e 8,6%, respectivamente⁹⁶. Denize e Jonathan apontam que em 1791, a chefia feminina significava 18,2%, que passa a ser 21% em 1793 e 19% em 1797. Essa variação na porcentagem com o passar do tempo também é verificada em Curitiba, mas de maneira crescente: em 1776, 11.9% de suas casas eram chefiadas por mulheres, chegando a 16.2% em 1786 e 21.9% em 1795. Bacellar, ao analisar a situação da mulher em Itu e Sorocaba, meados do século XVIII, início do século XIX, ressalta a presença da denominação “Dona” em algumas chefes de domicílio, apontando a diferença material entre elas e as outras⁹⁷.

Eni de Mesquita Samara afirma que em 1836, 1/3 dos domicílios da cidade de São Paulo tinham chefes mulheres, entre solteiras, viúvas e casadas com marido ausente, o que totaliza 36,8% dos fogos registrados por suas fontes. Infelizmente, não aprofunda sua análise sobre o tipo familiar gerado sob estas chefes, tanto no que diz respeito às categoria de diferenciação que empresta de Peter Laslett, quanto nas observações sobre os possíveis motivos da chefia feminina existir, não saindo do lugar comum em apontar a mobilidade masculina como principal e única causa⁹⁸. André Luiz Cavazzani, cita as chefes de domicílio de Paranaguá por seu número ser muito reduzido entre os portugueses, alvo de sua tese⁹⁹.

Existe uma variada gama de produções sobre a chefia feminina fora da disciplina de História, e que dizem respeito ao séculos XIX, XX e XXI, que merece ser mencionado. Parte dessas pesquisas aprofundam o debate de gênero, apontando o impacto do abandono familiar dos homens na sobrevivência familiar e principalmente, na vida das mulheres que se veem obrigadas a sustentarem sozinhas seus filhos e casas. Outros estudos problematizam a relação já batida entre a inadequação familiar gerada

⁹⁶SCOTT, Ana Silvia V. “Colocando a mulher no seu devido lugar”: uma reflexão sobre a agência feminina – a Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre nos finais do período colonial. In COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha D.; MARQUES, Rachel dos S. (org) *Tecendo as suas vidas: as mulheres na América portuguesa*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017. Disponível em: <http://www.guaritasigital.com.br/casaleiria/acervo/historia/tecendosuasvidas.html> IBBN 978-85-9509-009-5, p. 43.

⁹⁷ A discussão mais profunda e a comparação entre dados serão feitas no segundo e terceiro capítulo deste trabalho.

⁹⁸ SAMARA, Eni de M. *As mulheres, o poder e a Família: São Paulo, século XIX*. Editora Marco Zero, 1989, p.10.

⁹⁹ CAVAZZANI, André Luiz M. *Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Bahia de Paranaguá (c. 1750-1830)*. 2013, 357 f. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, p.131.

pela ausência da figura paterna, assim como a relação intrínseca que alguns autores costumam fazer entre casas chefiadas por mulheres e pobreza¹⁰⁰. Interessante notar que a temática se expande para fora da História, e cada vez mais tem o poder de auxiliar no entendimento da sociedade brasileira na qual vivemos.

Voltando ao século XVIII, encontram-se algumas pesquisas que focam seus objetivos especificamente na chefia de domicílios feita por mulheres, como é o caso de *Declaro que sou “Dona”, viúva e cabeça de casal*: mulheres administradoras de bens nos sertões de Quixeramobim (1727-1822), de Ana Cecília Farias de Alencar¹⁰¹. Essa dissertação apresenta os destinos de viúvas de uma certa elite do Ceará, que passam a controlar os bens herdados por seus maridos, transformando-se em chefes de domicílio. Nesse sentido, a autora expõe a relação da chefia com a ausência masculina de maneira enfática e trabalha a posse de escravos e algumas trajetórias.

Dora Isabel Paiva da Costa, ao analisar a formação das famílias monoparentais no século XIX, também prioriza a chefia de mulheres viúvas, casadas e solteiras, utilizando-se da comparação de dados entre localidades distintas para afirmar que as famílias chefiadas por estas mulheres se valiam de estratégias específicas para sobreviver quando das mudanças na organização da sociedade. Volta seu olhar, desta maneira, para a formação familiar destes domicílios, suas redes de relações e o contexto social econômico da região do interior de São Paulo¹⁰². Já Vanda Lucia Praxedes escreve sobre chefes de domicílios de Minas Gerais colonial, a partir da década de 1770, apresentando dados sobre as mulheres chefes forras, fazendo uma reflexão sobre as

¹⁰⁰ Algumas dessas obras são: SCARPELLINI, Marister; CARLOS, Viviani Yoshinaga. Monoparentalidade Feminina e Vulnerabilidade Social: a realidade de mulheres chefes de família no município de Apucarana. Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas ISSN2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 2011; CARVALHO, Luiza M. S. Santos. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da Chefia Domiciliar. In Revista Estudos Feministas, v. 6, n°1, ISSN 1806-9584, Florianópolis: 1998; MACEDO, Marcia dos Santos. Mulheres Chefes de Família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. In CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, 2008; POTTHAST, Barbara. Mujeres cabeza de hogar y relaciones de género em Paraguay, siglo XIX y XX. In GHIRARDI, Mónica; SCOTT, Ana Silvia Volpi (org). Familias Históricas: Interpelaciones desde perspectivas Iberoamericanas a través de los casos de Argentina, Brasil, Costa Rica, España, Paraguay y Uruguay. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2015.

¹⁰¹ ALENCAR, Ana Cecília Farias de. DECLARO QUE SOU “DONA”, VIÚVA E CABEÇA DE CASAL: MULHERES ADMINISTRADORAS DE BENS NOS SERTÕES DE QUIXERAMOBIM (1727-1822) – Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará, 2014, 151p.

¹⁰² COSTA, Dora Isabel P. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 17, n. 1-2, jan/dez 2000.

práticas sociais destas mulheres e ressaltando fatores como condição social, cor, trajetória e ocupações¹⁰³.

Bernardo Lanza Queiroz, Cristiana Viegas de Andrade, Juliana de Lucena Ruas Riani e Carolina Perpetuo Corrêa em sua análise exploratória sobre o assunto, em Minas Gerais do século XIX, afirmam que seu banco de dados coletados de Listas Nominativas

totaliza 413.286 registros de pessoas em Minas Gerais em 1831/32, das quais 217.827 eram homens e 195.459 mulheres. Nesta amostra encontramos 63.983 domicílios, dos quais 17.375 eram chefiados por mulheres (27% do total da amostra), os quais constituem o objeto de nossa análise¹⁰⁴.

Os autores trazem importantes informações sobre a faixa econômica e etária das chefes, sua distribuição no território e sua cor, ainda atribuindo a existência dessas casas chefiadas por mulheres à ausência masculina relacionada ao contexto da época, porém reconhece a necessidade da continuação dos estudos acerca do tema para que outras causas possam ser consideradas.

Diversos outros trabalhos citam a existência das chefes em diferentes contextos do Brasil colônia, mas poucos passam da inicial apresentação de dados referentes a sua quantidade com relação à chefia masculina, normalmente ressaltando a viuvez ou a ausência dos maridos como oportunidade para ocupar este cargo. Acredito que a investigação desse fenômeno presente em várias localidades exija um aprofundamento capaz de abranger a observação de outras relações que não somente a com os homens da família, oficiais tutores das mulheres em teoria, mas entre as próprias mulheres: mãe e filhas, irmãs, vizinhas, cunhadas, comadres. Entendo que estes laços de parentesco feminino as conectavam e tinham o poder de produzir um ambiente favorável à segurança de todas, para que mesmo viúvas ou solteiras as chefes conseguissem se manter nesta posição. Procurarei explorar este tipo de relação nos próximos capítulos.

¹⁰³ PRAXEDES, Vanda Lucia. MULHERES FORRAS, CHEFES DE DOMICÍLIO EM MINAS GERAIS, BRASIL (1770–1880) in *The Latin Americanist*, dez/2012.

¹⁰⁴ QUEIROZ, Bernardo Lanza; ANDRADE, Cristiana Viegas de; RIANI, Juliana de Lucena Ruas; CORRÊA, Carolina Perpetuo. As mulheres chefes de domicílio nas Minas Gerais do século XIX: uma análise exploratória. In IX Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG, CEDEPLAR, 2000. p.4.

A atual pesquisa se beneficia de todo esse debate acerca da família colonial brasileira, principalmente porque decide utilizar documentos nominativos como principal fonte para os dados empíricos coletados. Pensar sobre a chefia domiciliar praticada por mulheres, no entanto, é ultrapassar o debate sobre família e também problematizar o lugar da mulher nessa sociedade patriarcal, admitindo que elas estariam aptas a estabelecer essas redes de relação e solidariedade entre si, visando a sobrevivência de suas famílias. Para tanto, é necessário que se entenda a especificidade do sujeito mulher, não apenas dentro da sociedade do Setecentos, mas também no contexto de contestação universitária do século XX que visava construir a história das populações que não faziam parte das elites, não influenciavam de maneira direta no exercício do poder administrativo oficial e que, conseqüentemente, não eram alvo da História acadêmica euro centrada.

Nesse processo, as portas das universidades do Ocidente foram abertas não apenas para a população pobre do passado, mas também para as mulheres, os trabalhadores, as pessoas não brancas, as transgressoras de normas comportamentais, entre diversas outras figuras. Os movimentos estudantis clamaram pela produção *das Histórias*, problematizando a narrativa e a cientificidade das Ciências Humanas, que por tanto tempo ignorou as outras facetas da sociedade para a além do masculino e da elite. A construção desse novo conhecimento também acompanhou as mudanças teóricas surgidas dentro do movimento feminista ocidental, respondendo a novos paradigmas e às mudanças comportamentais das mulheres em sociedade. Como resultado desse contexto, a figura feminina enquanto objeto de estudo universitário foi arrebatando pesquisadoras e pesquisadores e construindo um campo cada vez mais sólido dentro das universidades, local onde a chefia feminina começou a ser olhada com curiosidade. Estudos sobre a mulher enquanto chefes de domicílio ou principal provedora familiar tem sido feitos para além do período colonial brasileiro, por cientistas sociais que se interessam por analisar questões de gênero, comportamentos maritais, entre outras, a partir do impacto econômico nas famílias brasileiras. Nesse sentido, a questão da chefia feminina ganha uma nova dimensão, sendo entendida como produtora, ou resultado, de um determinado tipo de família e economia nacional, que persiste todo o tempo após o século XVIII até o XIX.

No próximo capítulo, pretendo analisar de que maneira a figura feminina aparece nos documentos religiosos e regulamentadores do Brasil colonial, para que se

possa compreender as expectativas da sociedade do Setecentos para com ela, e assim poder embasar com mais segurança a análise aprofundada dos dados das fontes dessa pesquisa e as trajetórias de vida interceptadas pelas Listas Nominativas selecionadas para a pesquisa.

3. CAPÍTULO II: AS MULHERES DO SETECENTOS SEGUNDO AS ORDENAÇÕES FILIPINAS E AS CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA - uma análise crítica.

Para que se compreenda melhor o que exatamente significava a ocupação da mulher no cargo de chefe de domicílio, volto-me para documentos produzidos pela Igreja Católica e pelo Direito monárquico que regiam Portugal e suas colônias durante o século XVIII, procurando indícios sobre de quais maneiras essas instituições compreendiam a mulher, enquanto ser social, religioso e de direito. Objetiva-se com isso identificar e apresentar algumas expectativas sobre o comportamento feminino que aparecem nestes documentos, comentando sobre elas e gerando uma base de conhecimento para comparar com o comportamento das mulheres chefes que aparecem nas fontes utilizadas nesta pesquisa de modo aprofundado, no próximo capítulo. Esta investigação possibilitará que se conheça de quais maneiras o Setecentos entendiam população feminina, proporcionando a localização das chefes próximas ou afastadas dessas regras e refletindo sobre de que modo essa população respondia à pressão social que sofria.

Acredito que elaborando tal questionamento pode-se gerar uma compreensão mais elaborada da situação da mulher com relação à formalidade, assim como à sua vida prática em comunidade, além de aproximar o olhar da pesquisa às chefes.

Este capítulo se fará em dois momentos: a princípio, pretendo resgatar e comentar as menções às mulheres no documento chamado *Ordenações Filipinas*, compilação de normas vigente na época, assim como discutir o conceito de *persona*, apresentado por Bartolomé Clavero, de maneira a aprofundar a definição sobre o termo “chefia feminina”. Em seguida, o mesmo movimento de coleta e análise será feito com trechos do documento *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, compilado de regulamentos feito por D. Sebastião Monteiro da Vide, acompanhado de uma reflexão sobre as expectativas percebidas, os estereótipos até hoje vigentes e exemplos de chefes encontrados nas fontes.

3.1 – OS DIREITOS DA MULHER E A MULHER NO DIREITO.

As compilações de regras e suas aplicações na Era Moderna funcionavam como uma junção da doutrina católica, do direito comum com as normas locais de cada território, e se mostraram cada vez mais latentes e importantes durante o período de centralização do poder pelos monarcas ¹⁰⁵. Em Portugal, isso se inicia por volta do século XIV, e em 1446 o primeiro compilado de leis reunidas é editado.

A união de poder entre coroa e Igreja se fortalece ainda mais em 1522, quando D. João III recebe do Papa Adriano o título perpétuo de Grão Mestre da Ordem de Cristo, concedendo aos reis de Portugal, além de outras honras, grande influência nas nomeações eclesiásticas que existissem sob seu domínio. Posteriormente, as *Ordenações Afonsinas* e as *Ordenações Manuelinas* trataram, dentre outros assuntos, da chegada ao continente americano e de como se daria sua organização e ocupação. As *Ordenações Filipinas*, assim como o *Concílio de Trento* e as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, são outros exemplos em que se percebem os esforços de Portugal em organizar e manter seu reino unificado pelo poder do Estado e da Igreja. Pode-se perceber nestes livros como se articulavam os direitos em voga:

O Direito do reino tinha preferência sobre qualquer outro, e fontes outras, como o Direito canônico, somente eram utilizadas em matéria de pecado: “E quando o caso de que se trata não for determinado por Lei, stylo, ou costume de nossos reinos, mandamos que seja julgado sendo matéria, que traga peccado, per os sagrados Cânones.” Para as demais matérias, aplicava-se o direito romano: “E sendo matéria que não traga pecado, seja julgado pelas Leis Imperiaes, posto que os sagrados Canones determinem o contrario. As quaes Lei Imperiaes mandamos guardar póla boa razão em que são fundadas.”¹⁰⁶.

Porém, segundo Maria Stella Ferreira Levy,

¹⁰⁵ Importante discussão sobre isso foi feita em obras como LEVI, Giovanni. Reciprocidad mediterránea. Tiempos Modernos: Revista Electrónica de História Moderna, no 7, 2002; HESPANHA, Antonio Manuel (cord.) MATTOSO, José (dir.) História de Portugal. V. 4. Editora Estampa, 1998; LEVI, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea In OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (org); ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (org) Exercícios de Micro-história. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 51–86. XAVIER, Ângela Barreto, e António Manuel HESPANHA. A Representação do Estado e do Poder. In História de Portugal - O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998.

¹⁰⁶ LEVY, Maria Stella Ferreira. A dupla jurisdição e os registros vitais in BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R (org) Linhas e Entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2009, p. 160.

Embora essas duas legislações – eclesiástica e laica – vigorassem concomitantemente em Portugal e no Brasil, o controle da vida civil dentre nós, no período anterior à República, estava, de fato, nas mãos da Igreja Católica, pela sua importância nas relações com a Casa Real portuguesa enredada com o absolutismo, sendo, em muitos casos, a norma eclesiástica a “mais forte”¹⁰⁷.

Os decretos e leis reais que surgiram após às *Ordenações Manuelinas* geraram as *Ordenações Filipinas*. Instituídas no início do século XVII, elas influenciaram posteriormente nas legislações que surgiram no Brasil, e é com base nelas que a América Portuguesa passa a ser regida, tornando-se um livro importante na história do Direito brasileiro ainda hoje. Pretendo agora verificar de quais maneiras a mulher aparece nas *Ordenações Filipinas* para que seja possível ter alguma ideia sobre as imagens que a catolicidade e a coroa projetavam sobre ela.

As *Ordenações Filipinas* são divididas em cinco livros: o Livro Primeiro diz sobre a organização da burocracia do reino de Portugal, definindo as funções de diversos cargos administrativos, suas eleições e salários, entre outras questões que permeiam o que hoje chamamos de âmbito civil da sociedade. O título 95, por exemplo, proíbe o casamento de “julgadores temporais” com mulheres oriundas da mesma localidade a qual eles estiverem exercendo sua função¹⁰⁸. A justificativa para esta proibição é a existência de muitos inconvenientes resultantes desta prática, “e ser o sobredito muito contra o serviço de Deus e nosso, e boa administração da justiça, querendo nisso prover”¹⁰⁹. Vê-se aqui a confirmação do relacionamento próximo entre Deus e a Justiça, como pensado pela sociedade da época, e que aparecerá mais contundente logo em seguida.

O Livro Segundo trata dos limites dos privilégios de certas parcelas do reino, falando a princípio sobre a imunidade da Igreja, suas ordens e mosteiros, quais ações são permitidas ou negadas aos clérigos, etc., e disserta também sobre os direitos reais: como deve ser tratada a terra e outros bens materiais pelos súditos, e como a transmissão destes bens deve ser registrada e dada conta a El Rey. O título 37 fala do casamento de mulheres que têm em sua posse bens da coroa:

¹⁰⁷ Idem, p. 161.

¹⁰⁸ Ver mais em SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

¹⁰⁹ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Código Philippino ou ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Phillippe I.* p. 233. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>.

Considerando Nós, como em algumas doações feitas pelos Reys, nossos antecessores, e por Nós, para alguns bens da Coroa, ou jurisdições, e quaisquer outras rendas, ou Direitos, haverem de vir a fêmeas, quer por via de doação, quer por sucessão, sempre se houve respeito, e é razão que haja, às tais mulheres havendo de casar com pessoas, que hajam de servir bem a el Rey, e ao Reino, e que sejam a contentamento do Rey, que então for¹¹⁰.

A partir deste trecho entende-se que era possível que mulheres tivessem bens da coroa portuguesa, concedidos por reis, por direitos, doações ou sucessões, e podiam manter estes mesmo casadas, se seus maridos fossem homens bons e súditos do rei.

O Livro Terceiro fala sobre como deve funcionar a burocracia que constitui o exercício da lei portuguesa: como devem ser levados os processos da Justiça, como devem funcionar o relato das testemunhas, as provas, as sentenças e as apelações. Curiosamente, o título 47, fala sobre como as pessoas casadas devem se dispor dos bens de raiz: nem marido, nem esposa devem “litigar em Juízo sobre bens de raiz seus próprios, ou de foro feito para sempre, ou em certas pessoas, ou arrendamento feito para sempre, ou a tempo certo” sem procuração ou outorga de seu cônjuge. Ou seja, o matrimônio provoca, em tese, a dependência mútua em relação aos bens de raiz. Nas próximas menções sobre o casamento, a questão da regência dos bens retorna.

Neste ponto, entendo como necessário abordar de que maneira o casamento era celebrado no Brasil para que seja possível ter um contraponto para a interpretação da fonte histórica. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva o estudo do casamento no período do Antigo Regime precisa considerar outras formas de união estável e co-residências, e não apenas o casamento oficializado pela religião, pois dessa forma se produzirá mais conhecimento sobre os costumes praticados pela população geral e sua relação com a religiosidade¹¹¹. Mesmo o casamento oficial era compreendido de várias formas pelas instituições: o conjunto de leis reinóis admitia dois tipos de casamento, um com cerimônia dentro da igreja ou fora dela, mas com junção carnal, e outro com a co-habitação em casa mantida pelo casal ou em casa dos sogros, com reconhecimento geral sua união estável¹¹². Já as *Ordenações Filipinas* graduavam as penas de adultério feminino, separando o casamento em três tipos, a saber, casada de direito, casada de

¹¹⁰ Idem, p. 462.

¹¹¹ SILVA, Maria Beatriz N. da. Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984, p. 3.

¹¹² Idem, p. 110.

feito e casada de pública fama. A autora percebe que, tanto no que se diz dos bens quanto das punições de adultério, a legislação reconhecia “uma forma de casamento por assim dizer ‘social’ em que bastava um homem e uma mulher vivessem juntos (...), que se considerassem casados e que como tal fossem considerados pela comunidade que se inseriam.”¹¹³

O problema da ausência de duas testemunhas e de cerimônias não acontecerem em presença de párocos foi assunto abordado pelo Concílio de Trento (1545-1563), porém suas determinações geraram conflitos com a Igreja católica e seus dogmas tradicionais vigentes até então. A prática do casamento clandestino, fora dos olhares da religião e de testemunhas válidas, era muito disseminada na Europa, mas começou a ser a perseguida e combatida pela Igreja e, posteriormente, pelo reino português, também no Brasil, e como pode se ver, teve eco nas *Ordenações Filipinas*. A mudança na forma e a exigência de novas obrigações para a legitimação deste ritual confundiu a população brasileira daquele período, acostumada a perceber o casamento como algo de cunho individual, baseado nas palavras trocadas e seu mútuo consentimento, ou seja, um ritual muito mais pessoal do que institucional¹¹⁴. Com essas novas regras, a Igreja acabava por exigir sua presença mais rigidamente, ressaltando seu papel como mediadora entre os homens e Deus. Consequentemente, isso se traduziu na tentativa de diminuir a importância das promessas de casamento e dos esponsais, que eram maneiras comuns e costumeiras de promover a união entre pessoas, mas que agora eram vistas como ameaças à legitimidade do verdadeiro casamento¹¹⁵.

Como consta nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*¹¹⁶, diferentes obrigações são requeridas para homens e mulheres que desejam se casar: primeiramente, é previsto a idade mínima com a qual os contraentes terão permissão para receber o sacramento, homens aos 14, mulheres aos 12¹¹⁷. Quando se trata dos impedimentos para o casamento acontecer, um deles é o rapto da moça pelo rapaz que deseja desposá-la, reafirmando a ideia corrente de que o rapto era algo praticado por

¹¹³ Idem, p. 111.

¹¹⁴ SILVA, Maria Beatriz N. da. Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984, p. 113.

¹¹⁵ Ver mais em KRINSKI, Maria Luzia. “Com doces palavras e felizes promessas”: vivências de jovens na região do Paraná tradicional. Segunda metade do século XVIII. Universidade Federal do Paraná, 2003 – Dissertação de Mestrado.

¹¹⁶ SALVADOR (diocese). Arcebispos, 1702-1722. Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, propostas e aceitas em o sínodo diocesano que se celebrou em 12 de junho de 1707. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720, p. 107.

¹¹⁷ Idem, p. 154.

homens tendo mulheres como alvo, e não o contrário¹¹⁸. Se por um lado, era necessário que ambos informassem a vontade de casar ao pároco da freguesia (que faria denúncias pelos próximos três domingos, ou seja, anunciaria o noivado durante as missas para que se alguém tivesse algo contra, ou soubesse de algum impedimento entre os noivos, pudesse se manifestar), e ambos também deveriam apresentar documentos básicos de identificação e liberação para o acontecimento do ritual¹¹⁹. No caso das mulheres, o Concílio de Trento exigia a autorização de um familiar masculino desta, mesmo em casos de segundas núpcias¹²⁰. As *Ordenações Filipinas*, inclusive, preveem a punição à filha que, antes de 25 anos, dormir e se juntar com homem que não seja do agrado de seus pais, mesmo se os pais não a punam, afirmando que competia ao Estado fazer justiça àqueles que obedecem, pois a desobediência ao pai significava também à desobediência ao príncipe¹²¹. Nada é dito sobre a possível desobrigação da permissão paterna após se completar 25 anos.

As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, em seu Livro Um, comenta e aconselha as esposas em caso de seus maridos não fizerem vida marital com elas:

E porque alguns maridos por andarem distraídos com outras mulheres, e por outras causas, e respeitos se ausentam de suas legítimas mulheres deixando-as, indo, ou vindo viver a outras Freguesias, do que resultam grandes pecados, e inconvenientes; mandamos a todos nossos súditos façam vida marital com suas mulheres, e a elas que acompanhem a seus maridos, como são obrigadas, aos lugares aonde com decência com eles puderem viver¹²².

Aqui percebe-se o atrelamento da função da mulher à sobrevivência da família, uma vez que não há exortamento para que os homens não abandonem suas mulheres, mas sim, para que elas não os deixassem ir sozinhos seja lá pra onde eles planejavam ir. O que parece ser um discurso extremamente opressor aos nossos olhos contemporâneos na verdade se conecta com a função da mulher da sociedade de Antigo Regime,

¹¹⁸ Idem, p. 162.

¹¹⁹ Idem, p. 114-115.

¹²⁰ Idem, p. 117.

¹²¹ Idem, p. 118.

¹²² SALVADOR (diocese). Arcebispos, 1702-1722. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, propostas e aceitas em o sínodo diocesano que se celebrou em 12 de junho de 1707. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720, p. 168.

defendendo-a de estar em posição de vulnerabilidade, ou seja, sozinha. A Igreja, como esperado, está a favor da ordem e da estabilidade da família, favorecendo a manutenção da ideia que se tinha de mulher: aquela que tem a obrigação de defender a família, provendo filhos, mantendo a casa em ordem, e apoiando seu marido em todas as suas empreitadas. Como será visto a seguir, a mulher só é sujeito legítimo perante a lei, bem vista e detentora de certos direitos, enquanto está sob a tutela masculina ou de seu pai ou de seu marido, ou exercendo determinado comportamento: é essa mulher que será elencada pela religião como digna de proteção e amparo prioritário¹²³. E também será visto que nem toda esposa seguia seu marido onde quer que ele fosse, ou era fiel ao sacramento sagrado do casamento, escolhas que fugiam da norma se mostravam mais acessíveis pela população do Setecentos na Vila de Curitiba.

Todo esse rigor expressa a importância, não apenas do casamento em si, enquanto sacramento católico, mas também que a família possuía para a sociedade do Setecentos. Principalmente nas colônias de Portugal, a estruturação de famílias significava maior mão de obra para ocupar e extrair o máximo de riquezas que o território possuísse, e constituía numa tentativa de tornar este processo menos perigoso ao transportar a dinâmica social de relacionamento da metrópole para as colônias. Percebe-se então que a preocupação com a posse de bens materiais e sua sobrevivência dentro da família por gerações também tinha relação com a estabilidade da colonização e sua continuidade, por isso sua repetição no texto das *Ordenações Filipinas*.

O Livro Quarto, por exemplo, fala sobre as regras que regem o comércio de bens materiais, assim como o recebimento deles por testamento, cartas ou contratos. Dita-se muito sobre de que maneira os bens devem ser administrados dentro da família e como o contrato do matrimônio influencia em qualquer movimentação das posses, complementando o que traz o livro segundo. O título 46 estabelece que todos os casamentos do reino português devem ser feitos, a princípio, no regime de partilha chamado “a metade”, e portanto, homem e mulher se tornam meeiros um do outro, tendo direito à metade dos bens do falecido quando da época do casamento. Sendo isso válido para todos, sabe-se mais adiante que o marido não pode, ao ser fiador de alguma transação de compra e venda, dar como fiança a parte dos bens que pertencem por direito à sua esposa, ou seja, não poderia fiar sem o consentimento dela pra tal

¹²³ Ver mais em SAMARA, Eni de M. As mulheres, o poder e a Família: São Paulo, século XIX. Editora Marco Zero, 1989, p.19.

empreendimento. Quando se trata de doar bens móveis a outras pessoas por parte do marido, sem autorização (no texto, outorga) de sua esposa, as *Ordenações Filipinas* preveem o desconto de tal valor do quinhão do marido, quando da separação do casal. Isso acontece para que se ampare materialmente a mulher casada, que não deve receber prejuízo por ações de seu marido que discordou, e também para que os ditos bens não se percam ou sejam usados de má forma¹²⁴.

Os próximos dois títulos em que a mulher aparece tratam das doações que podem ser feitas entre os cônjuges e as doações ou vendas por parte de homens casados para as suas concubinas. No primeiro caso, a preocupação gira em torno do bem doado não se perder, sendo garantido a sua legação a descendentes ou ascendentes, mesmo se o favorecido vir a óbito sem testamento. No segundo caso, é dada à esposa o direito de retornar o bem doado, ou vendido, por seu marido à concubina, mesmo após a morte dele. Este direito é assegurado a ela independente de sua situação marital no momento, pois as *Ordenações Filipinas* presumem que “a tal alheação [do bem] foi feita conluosamente, por o marido defraudar sua mulher”¹²⁵.

O título 94 fala sobre como marido e mulher sucedem um ao outro como herdeiros universais, quando não há testamento ou filhos reconhecidos, e o título seguinte fala de “*como a mulher fica em posse e cabeça de casal por morte de seu marido*”¹²⁶. Neste trecho afirma-se que: quando da morte do marido, a viúva, se viveu co-habitando e reconhecidamente como sua esposa, fica em posse dos bens do marido até que seja cumprido o testamento, tendo direito de ser restituída em caso de roubo ou apropriação indevida ou não autorizada das posses, significado real da expressão “cabeça de casal” existente até hoje do Direito português¹²⁷. Nesse sentido, as *Ordenações Filipinas* afirmam a capacidade das viúvas de deterem poder sobre a herança da família, até que o inventário seja feito e cumprido.

¹²⁴ Já as mulheres, quando fossem fiar, e devido à “fraqueza de seu entender”, eram protegidas pelo Direito Velleano, que relevava-as de pagar a fiança. A referência desta info, miga?

¹²⁵ ALMEIDA, Cândido Mendes de. Código Philippino ou ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Phillippe I. p. 838. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>.

¹²⁶ ALMEIDA, Cândido Mendes de. Código Philippino ou ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Phillippe I. p. 838. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>, p. 949.

¹²⁷ Ver mais no site da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=1895A0027&nid=1895&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=

No que diz respeito à posse de bens materiais por mulheres casadas ou viúvas, tem-se como um grande referencial o texto de Muriel Nazzari *O desaparecimento do Dote*, em que disserta sobre o costume de famílias de dotarem suas filhas que vão ao casamento com bens, prática que foi muito popular em São Paulo do século XVII, perdendo sua importância com o passar do tempo. No início de sua formação, a cidade de São Paulo era fortemente baseada nas relações familiares que dependiam da imigração de homens portugueses para se consolidar. Nesse sentido, a tradição do dote, seu tamanho e sua frequência, foi praticada efusivamente na tentativa de reproduzir famílias, obter bens e repassá-los de maneira segura, mantendo o casal recém unido próximo dos olhos do núcleo primeiro e as terras ou animais que constituíam o dote, seguros. A necessidade do crescimento da população, da proteção contra invasões e do consequente apresamento dos indígenas, também faziam parte da dinâmica familiar e refletia na importância do dote¹²⁸. Essa prática se modifica durante o século XVIII por conta de transformações contextuais ocorridas na região, situação parecida com a da Vila de Curitiba, o que fornece mais uma explicação para a existência de bens materiais nas mãos de parte das chefes viúvas encontradas na documentação da presente pesquisa¹²⁹.

Com relação às mulheres chefes de domicílio que não eram viúvas, outro aspecto do contexto da época pode iluminar sua situação: a grande mobilidade populacional, especialmente masculina, muito acentuada na região Centro-Sul do território colonial, provocada por diversos motivos. Segundo Nizza, entre 1728 e 1731, ocorreu uma grande partida de homens de São Paulo para as minas de ouro e pedras preciosas de Minas Gerais, o que deixou diversas mulheres, esposas, mães e filhas, tendo que sobreviver sem parte da presença masculina familiar. Essa situação não era completamente nova, pois haviam outros motivos que afastavam homens de suas casas, como obrigações militares, municipais e econômicas¹³⁰. Essas ausências dos maridos geravam maior autonomia feminina, segundo a autora, pois elas se viam sozinhas para resolver diversos problemas fora de sua alçada doméstica, além de terem de lutar por sua sobrevivência, muitas vezes sem saber do paradeiro de seus maridos ou receber

¹²⁸ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do Dote*. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

¹²⁹ Mais informações no próximo capítulo.

¹³⁰ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do Dote*. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 189.

recursos destes. Isso geraria um aumento do poder materno e a tendência da fixação dos filhos homens ao lar com a finalidade de colaborarem na sobrevivência da família.

A emancipação tardia ou o casamento tardio desses filhos também seria consequência da ausência paterna, assim como um maior número de casos de violência contra mulheres, como raptos ou mesmo fugas¹³¹. Como já comentado, era tradicionalmente orientado às mulheres que acompanhassem seus maridos em caso de deslocamento no território, mas isso não era aceito socialmente no caso dos homens em questão serem sertanistas, soldados, desertores, segundo Nizza, que também aponta que era comum que esposas, quando abandonadas de fato, voltassem para a casa dos pais em busca de amparo e proteção¹³².

Apesar da posse de bens ser garantida em alguns casos, também era previsto o seu controle: os títulos finais do Livro Quarto das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* ditam sobre como deveriam se comportar as viúvas com relação às segundas núpcias e ao gerenciamento dos bens que herdaram, acirrando a vigia para que a viúva não fizesse mal dessas posses em momento algum. Existe aqui a preocupação com a honra da mulher viúva e com o destino dos bens: incita-se que aqueles que virem ou souberem de viúvas que estejam se desfazendo ou tratando mal daquilo que possuem, que retirem os ditos bens e os guardem, avisando e esperando as decisões das autoridades de justiça locais. Isso seria preciso para que se supra

a fraqueza do entender das mulheres viúvas, que depois da morte de seus maridos desbarataram o que tem e ficam pobres e necessitadas, e querendo outrossim prover como seus sucessores não fiquem danificados¹³³.

A vigia do comportamento das pessoas por vizinhos e parentes é algo incentivado e aparece em diversas passagens das *Ordenações Filipinas*, causando real

¹³¹ Idem, p. 190.

¹³² Idem, p. 191.

¹³³ ALMEIDA, Cândido Mendes de. Código Philippino ou ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Phillippe I. p. 1016. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>.

feito em situações de crimes e desvios morais, como se percebe em trabalhos que abordam a criminalidade na colônia¹³⁴.

Voltando ao Livro Quinto, diversos crimes de ordem moral são nele listados, cujo julgamento diz respeito ao juízo eclesiástico. Assim como no restante da obra, os títulos aqui colocados denunciam a estratificação da sociedade e os diversos tratamentos dispensados pela justiça à sociedade portuguesa. Vários tipos de mulheres aparecem nesta última parte e muito se fala sobre os atos sexuais interditos: para práticas como dormir com infiéis, com freiras, com parentes ascendentes ou descendentes, com parentes ou criadas do cônjuge, com órfãs ou menores, etc., as punições previstas eram pena de morte, degredo, açoite em praça pública, ou pagamento do casamento à ofendida, como maneira de restituir sua honra.

Outras práticas como o concubinato, o adultério e a alcovitaria também são amplamente discutidos e quase todos os cenários destes crimes são elaborados¹³⁵. Em caso de concubinato e de adultério, teoricamente, ambas as partes seriam punidas, respeitando a posição diferente entre as mulheres e os homens no que diz respeito ao tipo de pena aplicada, além da origem social de cada pessoa envolvida.

Por exemplo, tanto as concubinas dos clérigos e dos cortesãos, se de baixa qualidade (provinda de extratos mais pobres da sociedade) após serem denunciadas deveriam pagar certa quantia ao reino e serão degredadas por pelo menos um ano para alguma colônia portuguesa. Aquelas cujo concubinato acontecer na corte, para além do degredo, nunca mais poderiam exercer suas profissões, caso as tenham, ou comercializar na corte e em Lisboa. As penas das concubinas dos clérigos vão aumentando conforme a recorrência do crime, como acontece em outras situações, porém, a mulher que se relacionava com homens casados sofria o perigo de ser

¹³⁴ Ver mais em ARAÚJO, Daniele Regina W. de. Um “cartório de feiticeiras”: Direito e Feitiçaria na Vila de Curitiba (1750-1777) – Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, 2016; GALVÃO, Rafael Ribas. Relações amorosas de ilegitimidade: formas de concubinato na sociedade curitibana (segunda metade do século XVIII). Universidade Federal do Paraná, 2006 – Dissertação de Mestrado; MASSUCHETO, Vanessa C. Os autos de livramento crime e a Vila de Curitiba: Apontamentos sobre a Cultura Jurídica Criminal (1777-1880). Universidade Federal do Paraná, 2016 – Dissertação de Mestrado.

¹³⁵ Interessante perceber que a proibição da alcovitaria, ou seja, o consentimento de alguém para que homens tenham relações sexuais com mulheres, casadas ou não com este certo alguém, tem uma relação com o mal uso do corpo e com a função do sexo dentro do casamento, reservado para a reprodução. O título que fala deste crime cita todos os tipos de mulheres, de freiras á casadas, virgens, viúvas, escravas, parentes, etc., que deveriam ser impedidas por todos de usarem mal de seu corpo. A pena para os alcoviteiros, aqueles que cometiam o crime, era a morte e a perda dos bens. Percebe-se, assim como no caso das viúvas que tendiam a extraviar seus próprios bens, o esforço da coroa e da religião em proteger as mulheres de seu próprio sexo; vários outros exemplos deste esforço serão citados a seguir.

açoitada pela Vila, com barço e pregão, e degradada por um ano para Castro-Marim, e mais pagará a metade da quarentena, que seu barregão [o homem casado com o qual se relacionava] deveria pagar, se pelo malefício condenado fosse¹³⁶.

Para o homem casado em questão, a punição se resumia ao pagamento de dinheiro e a do degredo por três anos, poupando-o da humilhação em praça pública. Com penas deste nível percebe-se o esforço da Igreja em preservar o matrimônio enquanto sacramento, exortando que seus participantes sejam condizentes com as regras do contrato, vide a pena para aqueles que casam com mais de uma esposa/marido: a morte.

Em outro momento, quando o crime de casar sem o consentimento dos pais da noiva (sendo virgem ou viúva honesta) é mencionado, as *Ordenações Filipinas* são claras: o homem que isto cometer perderá todos os seus bens para os responsáveis da mulher e será degradado por um ano para a África. Esta pena é suspensa se o dito for “pessoa, que notoriamente seja conhecido, que ela casou melhor com ele, do que a seu pai, ou mãe, ou pessoa, em cujo poder estava, poderá casar”¹³⁷. O casamento e a vida das pessoas, são preservados também se durante o processo de adultério, esposa ou marido perdoar o traidor, evitando sua execução e decidindo continuar o matrimônio.

A proteção deste sacramento pela sua importância para o funcionamento da sociedade já foi aludida pelo o volume de decisões acerca da posse de bens dos cônjuges e de como deveria funcionar a sucessão entre herdeiros no Livro Quarto das *Ordenações Filipinas*, e reaparece enfaticamente nas *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia*, quando se apresenta a relação implícita entre a honra feminina (seu comportamento e sua virgindade) e a honra familiar - seja a família de seus pais, ou aquela que vai formar com seu marido.

No entanto, antes de entrar neste mérito, questiono-me sobre a existência da mulher fora do âmbito familiar: ela existe na modernidade?

¹³⁶ ALMEIDA, Cândido Mendes de. Código Philippino ou ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Phillippe I. p. 1178. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>.

¹³⁷ Idem, p. 1172.

3.2 BARTOLOMÉ CLAVERO E O CONCEITO DE *PERSONA*.

Durante a leitura das *Ordenações Filipinas* percebeu-se a figura da mulher sempre condicionada a do homem: os crimes cometidos geralmente giram em torno do sexo oposto, e a cobrança de comportamento que recebe é majoritariamente relacionada com a manutenção da ordem familiar normativa – família formada com o outro masculino. Como será visto a seguir, foi durante o processo de centralização do poder da monarquia que nasceu o sujeito de direito nas sociedades europeias, noção que modifica as maneiras com que o Direito percebe a sociedade. Questiono-me se estaria a mulher inclusa neste novo modelo de legislação podendo existir enquanto sujeito de direito, ou se sua função primordial permaneceu relacionada ao âmbito familiar aos olhos da Justiça. Sigo nessa direção na tentativa de compreender a chefia feminina sob outros olhares, buscando sua existência social dentro do regime de significados que provavelmente existiam no Brasil colônia.

Bartolomé Clavero escreve sobre o nascimento do sujeito de direito nas sociedades europeias afirmando que “o mesmo conceito de Estado como objeto de instituição possibilitou fazer viável a noção de indivíduo como sujeito de direito”¹³⁸. Este processo se deu de maneira lenta e sob a resistência do conceito de indivíduo estabelecido pelo Direito da época, uma vez que os assuntos regidos por ele versavam sobre as relações estabelecidas entre famílias, dizendo sobre camadas sociais diferentes. Esse pensamento está presente na diferenciação das penas para o mesmo crime conforme o status social daquele que o comete, como visto anteriormente.

A sociedade de Antigo Regime era extremamente hierárquica e estava fundada na ideia da família corporativa, ou seja, todos os atos que seus membros cometiam acabavam afetando a imagem da família perante a sociedade. Cada pessoa *significava* a sua família, carregava seu nome e a responsabilidade da sobrevivência social de todos os outros familiares. Nesse sentido, o Direito via o indivíduo humano a partir de sua relação com grupos e seu pertencimento a coletividades, pois era apenas sobre elas que ele detinha o poder de instaurar a ordem.

Para Hobbes, no entanto, a única maneira de se individualizar perante esta sociedade era assumindo a posição de *persona*, ao exercer o poder de falar em nome de

¹³⁸ CLAVERO, Bartolomé. Happy constitution: cultura y lengua constitucionales. Colección Estructuras y procesos. Madrid: Editorial Trotta, 1997, p. 1.

um grupo ou uma família. Essa categoria seria a “faculdade social ou a legitimidade processual para atuar no mundo do direito em nome de interesses próprios, em nome de outros ou de grupos em comum”¹³⁹, sendo algo que se tem, se possui, uma característica inata da pessoa:

A *persona* era portanto qualidade ou capacidade conferida ao indivíduo pelo direito estabelecido e nunca pelo próprio indivíduo. Este inclusive, poderia ostentar uma variedade de personas, inteiras ou fracionadas, se no caso elas competissem ou se ela possuía capacidade ou qualidades várias.¹⁴⁰

A *persona* assumiria então a função de sujeito de direito nas sociedades pré-constitucionais e assim como o Estado, sua existência não é fruto de leis e ordenações jurídicas, mas sim de movimentos de jurisprudência surgidos do Medievo. É a necessidade da sociedade que institui a *persona* e o Estado como instrumentos importantes para o funcionamento da mesma – Clavero identifica o surgimento de um no bojo do outro já no século XVII, a partir dos escritos de Locke. Deste período em diante, o Estado vai se transformando na garantia do exercício da individualidade do sujeito, determinando uma relação única entre os dois, enquanto que a *persona* ganha contornos de uma categoria que prevê, aos que dela se dispõem, do direito de propriedade sobre si mesmo: “O indivíduo constitucional é o sujeito proprietário, aquele que dispõe das coisas porque dispõe de si mesmo, aquele que dispõe de si mesmo porque dispõe das coisas.”¹⁴¹.

A esfera doméstica também é impactada por essas ideias e acaba relacionando fortemente a ideia de sujeito de direito à lógica patriarcal, definindo o homem proprietário, pai de família e patrão como o sujeito constitucional máximo. Esta definição diminui em muito a quantidade de sujeitos que teriam o direito de serem reconhecidos por lei, uma vez que, para Locke, as sociedades não patriarcais, como as indígenas americanas não poderiam falar por si pois não se organizavam em moldes de nação, não havendo Estado e consequentemente sujeito, conforme o conceito europeu definia. Este pensamento serviu para legitimar a colonização no novo continente,

¹³⁹ CLAVERO, Bartolomé. Happy constitution: cultura y lengua constitucionales. Colección Estructuras y procesos. Madrid: Editorial Trotta, 1997, p.3.

¹⁴⁰ Idem, p. 5.

¹⁴¹ Idem, p. 11.

quando Igreja e Estado não reconheciam a legitimidade da regência indígena, defendendo a ideia de que eram menos evoluídos, inferiores ou não civilizados comparados ao homem europeu, e portanto, precisavam ser tutelados¹⁴².

Essa tutela se deu tanto na organização e transporte dos corpos das aldeias para o trabalho nas fazendas e vilas, quanto no condicionamento mental e no salvamento das almas pela religião, durante toda a presença do colono europeu no continente, o que provocou o genocídio da população nativa, a extinção de diversas nações e culturas e a marginalização social do indígena brasileiro – consequências percebidas até hoje.

A conclusão que estes autores chegam é a de que o sujeito de direito feminino por si nunca existiu. As imagens sobre a mulher construída pela Igreja e pela filosofia não conseguiam considerar sua posição individual, seus direitos para fora de casa, da família, do ambiente familiar. Locke afirma que, no âmbito doméstico, esposa e filhos possuíam certa margem de liberdade perante ao sujeito masculino, porém ela não passava perto de ameaçar a posição principal do homem¹⁴³. Enquanto solteiras, não há legislação que fale sobre elas, pois sua função aparece ainda muito condicionada a seus pais e familiares, sendo mencionadas apenas quando casam, mas ainda assim não de maneira individual: a partir do momento do casamento, elas se tornam uma com seu marido, *um novo componente do sujeito de direito* que agora modificou seu estado civil. Assim como no caso dos nativos, este tratamento dispensado à mulher transmite a ideia de que é necessário que haja uma proteção deste ser para que ele mesmo não se machuque ou prejudique outros. É preciso que se tutele este ser inferior, o *não sujeito*, sob as asas da família de seus pais ou de seu marido, para que ele consiga sobreviver em sociedade, o que pode ser conferido no texto das *Ordenações Filipinas*, das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* e diversos outros tratados do período.

O resultado da união da noção de sujeito com a figura masculina (apenas alguns homens, como se percebe) é a desumanização de outros grupos de pessoas, como aqueles que vivem em sociedades não patriarcais (normalmente formadas por pessoas não brancas), mulheres e crianças europeias. Desumaniza porque retira deles o direito ao livre arbítrio, previsto na doutrina católica, e nega a eles o acesso à plena capacidade de existência independente. Ao construir este modelo de homem correto e “normal”, o

¹⁴²CLAUVERO, Bartolomé. Happy constitution: cultura y lengua constitucionales. Colección Estructuras y procesos. Madrid: Editorial Trotta, 1997, p. 17.

¹⁴³ Idem, p.12.

pensamento europeu patriarcal reordena a diferença entre grupos de pessoas que convivem no mesmo meio, ou vieram a ter contato com homens brancos, atribuindo juízos de valor que extrapolam a conduta moral, mas são suportados pelo gênero e pela cor. A lenda da superioridade natural masculina, presente na maioria das sociedades hoje em dia, tem sua construção intrinsecamente relacionada com o nascimento do sujeito e do Estado de direito.

A situação da mulher com relação ao sujeito de direito não muda com a produção de constituições para os Estados, que apenas condicionam o acesso dos direitos políticos às leis constitucionais, e nem as propostas da Revolução Francesa auxiliam nesse processo, segundo Clavero.

Apesar do nascimento do sujeito de direito acontecer durante o século XVIII, ela acontece no campo da filosofia na Europa não atingindo instantaneamente a forma de pensar da sociedade do Brasil colonial, que ainda se organizava nos modos pré-constitucionais. Ou seja, dentro da dinâmica da família corporativa, a *persona* ainda era a maneira de se individualizar perante a sociedade, evidenciando a forte ligação entre a honra e a sobrevivência/status social, assim como vários estudos já afirmaram¹⁴⁴.

Em texto sobre debate acerca das definições do conceito de família, Martha Daisson Hameister comenta sobre algumas sociedades europeias terem se estruturado em um modelo corporativo no momento da criação de seu Estado: população catalogada em camadas, cada uma com sua distinção e função, como se fossem membros de um só corpo, regidos pela autoridade maior, a cabeça, o rei. A justiça nesse contexto, se faria de maneira desigual, porém justa, pois condizente com o local que cada um pertence¹⁴⁵. A autora comenta essa formulação de identidade dos estados, dizendo que

Não é um modelo fácil e não era perfeito em sua concretização. Nem sempre a realidade condizia com essa aspiração de harmonia e alívio das tensões dados pelo compartilhamento da pertença a um corpo. A bem da verdade, se aliviava algumas tensões, podia agudizar outras, dada a necessária interdependência das partes. Todavia essa é uma

¹⁴⁴ Para mais reflexões a esse respeito, conferir FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrárias e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁴⁵ HAMEISTER, Martha D. Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao Extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII in SCOTT, Ana Silvia V; CARDOSO, José Carlos da S.; FREITAS, Denize Terezinha L.; SILVA, Jonathan Fachini da. (org) História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014, p. 93.

representação que a sociedade fazia de si mesma e é uma idealização de como se concretizavam as suas práticas. A questão da autoridade também no corpo da família como algo imprescindível é, então, naturalizada, pois esse corpo é um microcosmo na sociedade que desconhece ou quer desconhecer outras formas de organização¹⁴⁶.

Com base nessa ideia de manutenção da forma que se organiza a família, e de sua grande relação com a estabilidade do Estado, a autora afirma que “chefe de família” pode ser entendido como um cargo social, como uma *persona*, que deveria ser ocupado por aquela pessoa mas apta a, com sua presença, concentrar autoridade e estabelecer, direcionando e mantendo, a rede de interdependência entre famílias ou grupos. Este cargo, portanto, poderia ser ocupado por homens sem filhos e mulheres, desde que as pessoas em questão pudessem preencher estes requisitos¹⁴⁷.

Para Hameister:

(...)o papel “senhor”, a *persona* do pater familias, bem pode ser exercido por uma senhora, desde que a relação de mando se verificasse, assim como as responsabilidades, direitos e deveres necessários ao “cabeça do fogo”, ou seja, ao chefe do domicílio. O corpo não poderia nem deveria ficar acéfalo. Na ausência dos seus maridos por viuvez, por abandono, por viagens prolongadas, por guerras ou pelo simples fato de ter constituído uma família sem um cônjuge, a mulher poderia ser a portadora de tal *persona*. Frisa-se aqui, o papel não está definido pelo sexo ou pela idade, ainda que usualmente recaísse ou sobre alguém de idade mais avançada e geralmente do sexo masculino. Definia-se por quem exerce o mando. Por aquele ou aquela que na circunstâncias dadas tivesse envergadura suficiente – ainda que não preenchesse todos os quesitos – para possuir tal *persona*, para investir-se nesse papel.¹⁴⁸

Desse modo, consigo perceber que o cargo de chefia de domicílio constitui em um tipo de *persona*, uma posição social que proporcionava o direito de ter voz em nome da família ou do grupo social habitando ali. As mulheres que vieram ocupar esta posição, como já observado, deveriam se comportar de determinada maneira para serem

¹⁴⁶ HAMEISTER, Martha D. Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao Extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII in SCOTT, Ana Silvia V; CARDOSO, José Carlos da S.; FREITAS, Denize Terezinha L.; SILVA, Jonathan Fachini da. (org) História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014, p. 96-97.

¹⁴⁷ Idem, p. 98.

¹⁴⁸ Idem, p. 99.

vistas como responsáveis legítimas pela família, em um ambiente desprovido de um patriarca. Além de ter de preencher os requisitos para serem mulheres bem vistas pela sociedade, como ter casado virgem, em cerimônia aprovada pelos pais e pela Igreja, ter gerado filhos para seu marido e mantido a honra familiar, é esperado que a chefe do domicílio seja capaz de manter a sobrevivência da família, social e financeira, fazendo bom uso dos bens materiais que possuem. Estas obrigações tiveram impacto não apenas no âmbito material da sociedade, mas também nas relações dentro da família e entre grupos familiares.

Hameister também chama a atenção para a reiteração do poder, uma vez que, enquanto cargo social, não deliberado a pedido do rei ou de outra autoridade, era importante que as relações interpessoais entre os grupos familiares se mantivessem em funcionamento para que houvesse o reconhecimento do mando e do poder, que poderia, por diversos motivos, não ser mais reconhecido em tal pessoa: “deveria o portador da persona reiterar suas qualidades sempre que isso lhe fosse permitido ou exigido, pois tratando-se de relação, mover uma peça no jogo social altera toda a configuração do tabuleiro.”¹⁴⁹.

Essa afirmativa levantou a hipótese que uso para compreender as chefes mulheres que aparecem nas Listas mais de uma ou mesmo durante todo o período entre 1776 e 1797 - como é o caso de Clara da Costa, Maria Pedrosa, Gertrudes Pereira, Maria das Neves (todas viúvas) e Francisca Maciel, casada, que aparecem de 1776 a 1786¹⁵⁰; Tereza e Esperança, chefes forras, chefiam desde 1786 a 1795¹⁵¹. Maria Prestes, viúva, é encontrada chefiando de 1776 a 1796¹⁵²; e Rita da Conceição, viúva, chefiava de 1786 a 1797¹⁵³. Ao que tudo indica, essas mulheres deveriam ser significativas de alguma maneira nesta sociedade, de modo a continuar relações sociais, estabelecer redes de ajuda e amparo aos seus iguais ou inferiores, e ao ponto de continuarem mantendo seu espaço de poder reconhecido.

¹⁴⁹ HAMEISTER, Martha D. Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao Extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII in SCOTT, Ana Silvia V; CARDOSO, José Carlos da S.; FREITAS, Denize Terezinha L.; SILVA, Jonathan Fachini da. (org) História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014, p. 99.

¹⁵⁰ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1776, 1ª Companhia, página 10; Idem, 1786, 1ª Companhia, p. 19.

¹⁵¹ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1792, 2ª Companhia, página 62; 1793, 2ª Companhia, p. 63.

¹⁵² Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1776, 2ª Companhia, página 33; Idem, 1796, 2ª Companhia, p. 89.

¹⁵³ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1797, 1ª Companhia, página 80.

3.3 AS CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA: RELIGIÃO E MORAL NA PERCEPÇÃO DA FIGURA FEMININA.

Por fim, volto meu olhar para as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707)¹⁵⁴. Elas constituem a expressão das decisões do Concílio de Trento (1560/1565) no que se refere à religiosidade da colônia brasileira e foram feitas e ordenadas por D. Sebastião Monteiro da Vide. É uma obra constituída por cinco livros que versam acerca dos requisitos básicos da religião católica no que diz respeito à realização de missas, da constituição dos sacramentos, como devem se comportar os clérigos, entre outras coisas gerais. De caráter orientador, dá a entender em diversos momentos sobre o comportamento ideal dos fiéis, expondo as ações que não devem ser feitas, e é nesse momento que a figura da mulher aparece. Se, nas *Ordenações Filipinas*, o discurso sobre a moral e os bons costumes era mais equilibrado e seco, nas *Constituições do Arcebispado da Bahia* ele ganha linhas mais dramáticas e urgentes.

O Livro Um trata de maneira geral sobre a santíssima trindade e os sacramentos, rituais de iniciação e passagem dentro da religião, como eles devem ser feitos, por quem e suas consequências na vida dos fiéis. Entende-se o batismo como sendo o sacramento que abre as portas da religião, sem o qual nenhum outro poderá ser feito, e que deve ser administrado dentro ou fora da Igreja (em caso de perigo de vida) por qualquer pessoa “ainda que seja mulher, ou infiel”¹⁵⁵, uma vez que se acreditava que as pessoas não batizadas ao morrerem iriam diretamente para o inferno. Nesse sentido, parteiras são exortadas a aprenderem como efetuar o batismo na hora do parto, caso haja perigo de vida para o bebê, e a batizarem qualquer pedaço do corpo da criança que estiver aparecendo do ventre da mãe.

Por ser um sacramento de extrema importância para a religião, todos da comunidade podem ser agentes dele desde que sigam o modelo do ritual, sendo muito comum nos livros de batismo a indicação de crianças que foram previamente batizadas em casa, por parentes ou pessoas que posteriormente se identificaram como madrinhas ou padrinhos do mesmo.

¹⁵⁴ SALVADOR (diocese). Arcebispos, 1702-1722. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, propostas e aceitas em o sínodo diocesano que se celebrou em 12 de junho de 1707. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

¹⁵⁵ SALVADOR (diocese). Arcebispos, 1702-1722. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, propostas e aceitas em o sínodo diocesano que se celebrou em 12 de junho de 1707. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720, p. 58.

Existe hoje em dia uma vasta gama de estudos que percebem o compadrio, ou seja, o relacionamento que se estabelece entre os pais e os padrinhos da criança após o batizado, como um caminho para se estabelecer redes de parentesco e ajuda mútua entre famílias na sociedade colonial brasileira¹⁵⁶. Se tornar padrinho ou madrinha de alguém no Brasil colonial provocava não apenas uma ligação social entre duas famílias ou mais, mas também possuía uma carga religiosa tremenda que é valorizada em algumas regiões até hoje. A função dos padrinhos era vista como mais nobre para a Igreja, uma vez que sua relação com a criança batizada não passava por nenhum pecado da carne, mas sim pela extinção deste pecado original, o que gerava um compromisso com a educação católica do afilhado, além de sua sobrevivência em caso da falta dos pais biológicos¹⁵⁷.

Esse assunto tem aparecido mais frequentemente relacionado com outras questões, que não apenas a manutenção do Império português nos trópicos através da religião, mas também quando se pensa a função do papel feminino na criação de parentescos, neste caso espiritual. Como escreveu Marques,

é preciso reconhecer que, sem que se saibam os meandros da formação de laços entre os atores sociais – ocorrida de forma cotidiana e quase nunca registrada - , a suposição implícita de que o tecido social de uma família era traçado primordialmente por via masculina é uma premissa baseada em preconceito de gênero.¹⁵⁸

¹⁵⁶ Alguns dos trabalhos mais importante na área são GUDEMAN, Stephen. "The *Compadrazgo* as a Reflection of the Natural and Spiritual Person". In: *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*. vol. 0 (1971). 1971; GUDEMAN, Stephen. "Spiritual Relationship and Selecting Godparent". In: *Man, New Series*. vol. 10 (2). Jun. 1975; GUDEMAN, Stephen and SCHWARTZ, Stuart. "Purgando o Pecado Original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII". In: REIS, João José. *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos Sobre o Negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹⁵⁷ Ver mais em: HAMEISTER, Martha Daisson. Para dar Calor à Nova Povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763) – Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

¹⁵⁸ Em artigo citado, a autora pretende investigar acerca dos significados que a sociedade colonial de São Pedro do Rio Grande atribuía ao papel da madrinha, e, analisando a bibliografia acerca do compadrio produzida até o momento, identifica a pouca atenção dada à madrinha nas pesquisas pioneiras por motivos como a contínua ausência no registro de batismo do nome da madrinha, em algumas localidades, assim como a recorrente prática de evocar nomes de santas para atuarem como madrinhas. Ao falar sobre pesquisas mais recentes, aponta as várias configurações de compadrio que podem ser observadas para além da ausência da madrinha, como a relação entre tipos de famílias e tipos de padrinhos por elas escolhidos; a frequência em alguns lugares do padrinho ser livre enquanto a madrinha escrava, em casos de batizando escravos; a possibilidade de certas mulheres de elite amadrinharem mais vezes do que seus maridos (o que diria sobre a importância das mesmas como tecedoras de relações sociais pertinentes à família como um todo, segundo Martha D. Hameister. HAMEISTER, Martha D. Fazer História em Tempos estranhos. In COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha D.; MARQUES, Rachel dos S. Tecendo as suas vidas: as mulheres na América portuguesa. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017. Disponível em:

Retornando o olhar para as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, é interessante perceber a menção às parteiras como pessoas aptas a batizar em caso de perigo de vida, o que me faz perguntar se não seriam estas parteiras as madrinhas escravas que frequentemente aparecem batizando escravos nos registros paroquiais de algumas localidades. No início de 1770, encontram-se Domingas e Giralda, escravas da chefe viúva Custódia de França, batizando algumas vezes na Matriz de Nossa Senhora da Luz de Curitiba. Questiono-me, afinal, sobre quais eram as figuras que detinham os conhecimentos para fazer parir em segurança na segunda metade do século XVIII¹⁵⁹.

O Livro Três das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* fala sobre dois tipos de mulheres: aquelas que possuem o poder de interferir de maneira negativa na vida dos clérigos e aquelas que dedicam suas vidas à religião, tornando-se freiras. Com as duas, recomenda-se que os clérigos tenham cuidado, evitando o contato “portas adentro”, ou seja, fica proibido o cultivo de convivência mais pessoal e direta, pois elas têm a capacidade de provocar nos homens paixões, que levariam a desvios de conduta inaceitáveis para os clérigos. As que deveriam ser vetadas deste contato seriam todas, escravas ou livres, abaixo de 50 anos, ou que possam atrair escândalo, excluindo-se desta proibição apenas as familiares do clérigo. No caso de mulheres que eventualmente sejam empregadas nos afazeres domésticos, não só do clérigo, mas também de sua família, que não sejam jovens moças ou mulheres as quais sejam capazes de provocar má fama¹⁶⁰. Para além desta convivência íntima, proíbe-se também que os eclesiásticos

<http://www.guaritasigital.com.br/casaleiria/acervo/historia/tecendosuasvidas.html> IBBN 978-85-9509-009-5. p. 71.

¹⁵⁹ Os estudos que falam sobre o compadrio no Paraná e em Curitiba, nos séculos XVIII e XIX, tem se desenvolvido majoritariamente no tema da família escravizada e das populações indígenas e sua relação com a sociedade ao seu redor, na tentativa de conseguir ocupar alguns espaços e evitar outros. Como exemplos disso pode-se citar a pesquisa de MACHADO, Cacilda. *Casamento & Compadrio Estudo sobre relações sociais entre livres, libertos e escravos na passagem do século XVIII para o XIX (São José dos Pinhais - PR)* - Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004, que percebe o compadrio entre proprietários de pequenos escravos e seus escravos e administrados como uma maneira de agregar dependentes sob sua casa e de reproduzir a hierarquia já presente, para os senhores, enquanto que para os escravos e administrados, o compadrio se mostra um instrumento para alcançar ou manter sua liberdade e o trabalho de MARCANTE, Maicon Fernando. *Aldeados e africanos livres: relações de compadrio e formas de inserção no aldeamento indígenas São Pedro de Alcântara (Paraná, 1855-1895)*. Universidade Federal do Paraná, 2012 – Dissertação de Mestrado que busca a partir da observação do compadrio, os métodos de inserção de indivíduos na aldeia de São Pedro de Alcântara.

¹⁶⁰ SALVADOR (diocese). *Arcebispos, 1702-1722. Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, propostas e aceitas em o sínodo diocesano que se celebrou em 12 de junho de 1707. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720, p. 233.

ensinem “a ler, escrever, tanger, ou cantar sem nossa licença, ou do nosso Provisor, sob pena de se proceder com penas arbitrarias contra quem fizer o contrario.”¹⁶¹.

A imagem que se tem dessa mulher jovem que poderia entrar em contato com os padres e clérigos em geral é perpassada pela noção de que elas seriam o instrumento utilizado pelo diabo para se aproveitar da fraqueza humana dos homens, incitando-os a pecar. Aparentemente, o tabu de não se ter relações sexuais com parentes próximas ainda era algo que precisava do reforço da Igreja para ser vivenciado naturalmente pela população, visto nos casos de impedimento matrimonial, que preveem o impedimento de casamento nesses casos, ou sua anulação, caso os cônjuges sejam parentes em até quarto grau. Mesmo com relação aos clérigos, a convivência com as mulheres de sua família é permitida e aceita, desde que elas não tenham má fama e sigam o compromisso de não empregar mulheres jovens ou de comportamentos desviantes em suas casas¹⁶².

Outro tipo de mulher que aparece neste terceiro livro são as que fazem voto de fê, recolhendo-se em mosteiros e tornando-se freiras. Neste caso, é pontuado explicitamente que o funcionamento do mosteiro feminino de Salvador é condicionado pelas ordens, mandos e desmandos do Arcebispado da Bahia, corpo masculino da Igreja, e que dele partirão as decisões mais importantes:

O Mosteiro das Freiras desta Cidade pelo breve de sua criação é sujeito à nossa jurisdição Ordinária e assim o podemos, e devemos visitar quando acharmos que assim convém, e na forma, e tempo que dispõe o Sagrado Concílio Tridentino. E presidiremos em suas eleições de Abadessa, para as quais não entraremos dentro na clausura, senão do postigo da grade da Igreja tomaremos os votos, como manda o mesmo Concílio. E do mesmo lugar visitaremos sem entrar na clausura, senão para a visitar, e nos outros casos de necessidade, como logo declararemos.¹⁶³

¹⁶¹ Idem, p. 234.

¹⁶² Esse tipo de pensamento, de que a mulher, apenas por ser mulher, possui a capacidade de incitar reações de cunho sexual nos homens, é ainda muito comum na sociedade brasileira contemporânea, e afeta cada vez mais mulheres menores e crianças. A sexualização do feminino para a satisfação do prazer masculino perpassa diversos produtos audiovisuais, como filmes, videoclipes, vídeo games e principalmente expande cada vez mais a indústria pornográfica atualmente. A permanência dessa visão masculina provoca sérios impactos no crescimento e desenvolvimento de mulheres, causando distúrbios sociais e doenças mentais, assim como auxilia na manutenção da cultura misógina e do estupro na qual a sociedade brasileira foi fundada.

¹⁶³ SALVADOR (diocese). Arcebispos, 1702-1722. Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, propostas e aceitas em o sínodo diocesano que se celebrou em 12 de junho de 1707. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720, p.277.

Como esperado, toda noviça que para este mosteiro se dirigir deverá ser aprovada pelo julgamento de provisoros ou pessoas designadas, fazendo-se cumprir em período também previsto nestas constituições. A clausura feminina e a ordenação religiosa de mulheres na colônia do século XVIII já foi tratada na tese de Leila Mezan Algranti.¹⁶⁴

O Livro Cinco das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* é um interessante apanhado de procedimentos que os clérigos deveriam tomar se caso ficassem sabendo de heresias, ou outros crimes contra a religião e a ordem de sua paróquia. Não somente fala sobre qual comportamento era mais adequado nestes casos, mas também sobre a punição e suas diferentes formas condizentes com as posições sociais daqueles que os cometiam, assim como presente nas *Ordenações Filipinas*¹⁶⁵. Os crimes vão de feitiçaria, pactos com o demônio, exorcismo, masturbação masculina e feminina, passando por rapto, adultério, incesto, culminando no amancebamento de clérigos, alcovitaria e alcouce. As penas variam de pagamentos de certas quantias de dinheiro até degredo por seis meses a 2 anos ou mais, além da possibilidade da excomunhão e outras penas espirituais.

Volta-se aqui novamente o olhar para como a mulher aparece neste livro, e percebe-se que, em teoria, a feitiçaria e os pactos demoníacos são encarados como uma prática que pode angariar tanto homens como mulheres, pois o texto não se refere explicitamente à mulheres como tendo maior tendência para tal crime. A historiografia sobre a bruxaria tem se mostrado vasta e plural, interpretando o surgimento da feitiçaria na idade moderna de diversas maneiras, desde o resultado do embate entre uma elite impositiva de novas práticas a uma população de costumes tradicionais. A busca por uma conexão com o momento mágico da criação que pode, ou não, ser explicado por um viés científico e racional - cujas denúncias que sofreu tinham, segundo alguns autores, importância singular no dinamismo social das regiões que viviam este fenômeno. Segundo outros, sua repressão era resultado de tensões cotidianas ou constituiu expressão da raiva e da repulsa pela figura da mulher, entre outras reflexões.

¹⁶⁴ Ver mais em ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: Mulheres da colônia (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste – 1750-1822)* – Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992, 369p.

¹⁶⁵ SALVADOR (diocese). *Arcebispos, 1702-1722. Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, propostas e aceitas em o sínodo diocesano que se celebrou em 12 de junho de 1707*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720, p. 355.

Nesse sentido,

Para Jean Delumeau, o receio da figura feminina seria algo historicamente antigo e anterior ao cristianismo, “basta recordar que muitos rituais funerários cabiam às mulheres, pois eram tidas, mais que homens, ao ciclo (do eterno retorno) que arrasta todos os seres da vida para a morte e vice-versa.” A criação e a destruição seriam domínios relacionados à mulher, posteriormente visto pelo cristianismo como algo errado e que necessitava de controle, pois apenas Deus deveriam ter o poder da criação e da destruição. Assim, este medo e repulsa violenta contra a mulher, corrente de pensamento forte dentro da religião católica já nos séculos XVII e XVIII, foi potencializada pelo tribunal e pelo surgimento do direito criminal, o que tornou o aparato jurídico até então existente mais complexo, e teria dado o suporte necessário para a intensificação da punição contra as bruxas.¹⁶⁶

Danielle R. Wobeto de Araújo em sua tese analisa três processos criminais da Vila de Curitiba, cujo tema era feitiçaria e curandeirismo, com o objetivo de refletir sobre a cultura jurídica colonial, no que diz respeito ao seu âmbito material e processual criminal, a partir do crime de feitiçaria. Seu recorte temporal é de 1750 a 1775, e presume-se que durante este período apenas três processos foram abertos na região para investigar tal delito. Pelo o que foi visto pela autora, na América portuguesa, a preocupação geral desses processos era mais sobre o quão fiel era a população, distraída por outras crenças religiosas que eram consideradas heresias, como as religiões de ascendência africana e indígena, do que uma intensa perseguição por bruxas. Até porque, segundo bibliografia, Portugal não se propôs enquanto grande exterminador de bruxas, direcionando sua Inquisição à praticantes de outros crimes¹⁶⁷. Apesar da baliza

¹⁶⁶ ARAÚJO, Daniele Regina W. de. Um “cartório de feiteceiras”: Direito e Feitiçaria na Vila de Curitiba (1750-1777) – Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, 2016, p. 30.

¹⁶⁷ Segundo Wobeto: “Os motivos para essa particularidade portuguesa podem ser condensados em alguns fatores. O primeiro foi a escolha de outro inimigo, voltada aos judeus/cristãos novos, principais opositores da fé apostólica romana defendida pela Coroa portuguesa (PAIVA, 2002, p. 15-94). O desinteresse da elite letrada (teólogos, juristas, canonistas e médicos) nos debates da feitiçaria foi outro fator: os livros de teologia moral e catequética que mais circulavam tinham viés prático e não especulavam sobre o Diabo. Seguiam a ortodoxia de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, cujas obras se caracterizavam por serem céticas quanto aos poderes demoníacos e, por consequência, das feiteceiras. Apesar de estarem pautados na pedagogia do medo – pois dramatizavam a existência humana (com ênfase na culpa, pecado, inferno, o Diabo e feiteceiras) e conferiam a salvação à Igreja –, ainda assim, os autores portugueses não eram tão catastrófico (PAIVA, 2002, p. 43-44; BETHENCOURT, 2004, p. 234). Se os portugueses tinham uma visão menos trágica e imaginativa do Diabo, como disse Sergio Buarque de Holanda, isto é devido a essa “desvalorização” da feitiçaria. Uma terceira razão é a profunda fé nos meios de contenção católicos da feitiçaria, tais como exorcismos, orações, rosários e medalhões com figuras de santos (PAIVA, 2002, p. 15-94).” Ver mais em SILVA, Carolina Rocha. O sabá do

temporal da autora se estender até próximo à dessa pesquisa, não foram encontradas nas Listas Nominativas observadas nenhuma das feitiçadeiras mencionadas.

A mulher reaparece no Livro Cinco quando se fala sobre adultério, e a diferença aqui fica por conta admoestação aos clérigos que não se desviem destes casos:

Porém, se houver inconveniente em a causa se seguir, ou pelo *perigo da vida da mulher*, ou por outra causa de semelhante qualidade, o nosso Vigário Geral poderá mandar soltar [o marido traidor ou traído], ou por tempo limitado, ou absolutamente, consideradas as circunstâncias do caso.¹⁶⁸

Se admite então, a possibilidade de reação violenta por parte do marido traído, ou denunciado, prevendo certa proteção à mulher, mesmo que esta proteção dependa do julgamento de outrem para acontecer¹⁶⁹.

Ao falar sobre incesto, concubinato e estupro, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* fazem interessantes observações sobre a conduta feminina. Sobre o crime do incesto, “abominável a Deus e aos homens”, as penas dependem dos diversos tipos de incesto, como nas *Ordenações Filipinas*¹⁷⁰. Para mulheres flagradas em tal crime, o seguinte deve ser feito:

E porque mulheres naturalmente *são mais fracas, e menos acomodadas* para se executarem nelas penas de maior demonstração, mandamos, que sendo compreendidas no dito crime de incesto sejam só castigadas com as penas de prisão, dinheiro, e degredo, dando-lhe aquelas, que conveniente puderem cumprir.¹⁷¹

Sertão: feitiçadeiras, demônios e Jesuítas no Piauí Colonial (1750-1758). Universidade Federal Fluminense, 2013 – Dissertação de Mestrado.

¹⁶⁸ SALVADOR (diocese). Arcebispos, 1702-1722. Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, propostas e aceitas em o sínodo diocesano que se celebrou em 12 de junho de 1707. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720, p. 378.

¹⁶⁹ A violência física e psicológica contra a mulher ainda está presente na sociedade brasileira do século XXI, mesmo com a criminalização do feminicídio em iniciativas como a Lei Maria da Penha, e a instauração de Delegacias da Mulher por todo o território. Essa persistência indica que esse tipo de violência está naturalizado e compõe a estrutura social e cultural brasileira. Mais informações sobre: <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/> (Acessado em 26/04/2019); <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/cai-o-no-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-mas-registros-de-feminicidio-crescem-no-brasil.ghtml> (Acessado em 26/04/2019).

¹⁷⁰ SALVADOR (diocese). Arcebispos, 1702-1722. Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, propostas e aceitas em o sínodo diocesano que se celebrou em 12 de junho de 1707. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720, p. 379.

¹⁷¹ Idem, p. 380. Grifo meu.

Vê-se aqui a imagem da mulher como um ser fraco e inferior, tendenciosamente pecaminosa, e que portanto merece uma atenção redobrada, seja ela através da clausura, da vigia ou do afastamento total. Apesar de ter-se essa ideia geral das mulheres, é evidente a existência no pensamento cristão de uma variação de conduta entre elas, algumas sendo mais propensas a pecar e outras nem tanto - mesmo que seja apenas durante o período anterior de seu contato com o sexo. Essas dualidades persistem na sociedade ocidental até os dias hoje, gerando diversos estereótipos nocivos à saúde e à socialização feminina, incrustados na formação familiar e cultural.

As virgens, por sua vez, merecem mais proteção e a violação de sua virgindade é denominada estupro:

Por quanto o estupro se comete na defloração das mulheres donzelas, e o rapto se faz quando se roubam, e tirão por força, ou engano, um, e outro são delitos gravíssimos, principalmente quando com aqueles que o cometem ficam as tais mulheres expostas a mais facilmente pecar, e em perigo evidente para de todos se perderem [...] seja castigado com pena de prisão e suspensão, dinheiro e degredo, conforme a qualidade da pessoa, e escândalo, que o delito resultar.¹⁷²

A definição de estupro utilizada é o *ato de violentar sexualmente uma virgem donzela*, e é punido conforme a qualidade do estuprador perante a hierarquia social e o tamanho de escândalo que o ocorrido causar, como de costume na época. Se compreende tal definição de estupro a partir da função que a Igreja Católica atribui ao sexo, ato que deveria ser reservado apenas para procriação e após o casamento, que como foi apresentado anteriormente, era um sacramento que necessitava do consentimento dos dois nubentes. Nesse sentido, a mulher apenas poderia ter relações sexuais com a intenção de ter filhos e formar uma família, negando o caráter recreativo e de autoconhecimento que hoje em dia é atribuído ao exercício da sexualidade. Uma vez que o “trabalho” da mulher casada era procriar, não se entendia que relações sexuais forçadas dentro do casamento fossem problemas graves, estando portando o conceito de estupro, nesta época, direcionado à violações de mulheres virgens, ou seja, solteiras, diferentemente de hoje em dia, em que o crime de estupro não possui mais essas diferenciações.

¹⁷² SALVADOR (diocese). Arcebispos, 1702-1722. Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, propostas e aceitas em o sínodo diocesano que se celebrou em 12 de junho de 1707. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720, p. 381.

Quando se disserta sobre o concubinato, mais uma vez aparecem os diferentes tratamentos a diferentes mulheres, e a proteção ao casamento é reforçada:

Sendo alguma mulher casada compreendida em amancebamento, *se o marido for tal pessoa, que provavelmente se tema perigo da vida, ou de outro mau tratamento considerável*, descobrindo-se o delito, se terá muito resguardo, e cautela, assim nos termos da admoestação, como nos livramentos do cúmplice. E quando se não oferecer meio acomodado para a dita mulher ser admoestada com o resguardo devido, não a mandarão aparecer, mas só admoestar verbalmente pelo Pároco em segredo. [...] E sendo a mulher solteira, que ainda de todo não tenha perdido a boa reputação, *principalmente sendo de gente grave, ou havendo perigo de seu pai, ou irmãos a tratarem mal*, se procederá com a mesma cautela e resguardo.¹⁷³

Nos casos em que a mulher ainda é solteira, a celebração do casamento aparece como uma possibilidade para não causar escândalo, assim como nas *Ordenações Filipinas*, mesmo que a união entre os dois amancebados não deixe contentes suas famílias. A historiografia sobre o concubinato, e as outras diversas formas de se relacionar na colônia, afirma que esses tipos de relações eram comuns, mesmo considerados ilícitos pela Igreja, que se esforçava para contê-los. Apesar disso, como aborda Rafael Ribas Galvão, na Vila de Curitiba da segunda metade do século XVIII muitos desses relacionamentos eram de certa forma aceitos socialmente, complexificando a situação das pessoas que se juntavam, por diversos motivos, mas não sacramentavam sua união¹⁷⁴.

Curioso notar que, se por descuido, algum clérigo viesse a ser denunciado de amancebamento, a mulher que com ele estiver receberia pena maior do que as que se amancebavam com leigos:

A mulher, que for convencida de andar em mal estado com Clérigo, sempre haverá maior pena do que aquela, que assim andar com pessoa leiga, e será a mais parecer conveniente, considerada a qualidade da pessoa, e circunstâncias do crime. E se forem casadas, ou mulheres,

¹⁷³ Idem, p.385. Grifo meu.

¹⁷⁴ GALVÃO, Rafael Ribas. Relações amorosas de ilegitimidade: formas de concubinato na sociedade curitibana (segunda metade do século XVIII). Universidade Federal do Paraná, 2006 – Dissertação de Mestrado.

que ainda estejam em reputação, o nosso vigário geral, e visitantes se haverão com elas, como temos dito o título precedente.¹⁷⁵

Percebo aqui o extremo cuidado com a honra da mulher casada e da solteira que ainda não perdeu o bom nome e que ainda é considerada donzela. A preocupação com o escândalo e com a violência masculina também aparece e pode ser explicada em como a sociedade do século XVIII entendia a honra dos dois sexos, o que passa pelo significado de honra para a sociedade em si. Para Leila Algranti Mezan, os compêndios de regras morais do século XVII e XVIII contemplavam o pensamento judaico-cristão, que esperava fidelidade, submissão e honra de uma boa mulher. Essa honra estava relacionada com o controle da sexualidade feminina e influenciou o campo intelectual e a literatura portuguesa ainda no século XV, chegando ao Brasil colônia:

Nos compêndios morais do século XVI ao XVIII, e na documentação do Brasil Colônia, é esta a noção de honra feminina que se explora extensamente. Honra ou virtude são termos equivalentes, que expressam o comportamento das mulheres em relação à conduta sexual. Virtude é assim a maneira como a honra se manifesta nas mulheres e a sua principal justificação. Na sua origem os termos "honra" e "virtude", nada têm em comum, ao menos no sentido etimológico.¹⁷⁶

A honra é uma noção que se modifica, dependendo do tempo em que se observa, além de questões culturais e sociais, e ainda não tem o mesmo peso e significado para os gêneros feminino e masculino. No caso do homem, a honra é tida como resultado da virtude, sendo o homem virtuoso aquele que é forte, que tem coragem e que faz guerra para alcançar seus objetivos¹⁷⁷. Esta definição, vinda do pensamento filosófico grego, também afirma que o homem virtuoso detém o controle de

¹⁷⁵ SALVADOR (diocese). Arcebispos, 1702-1722. Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, propostas e aceitas em o sínodo diocesano que se celebrou em 12 de junho de 1707. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720, p. 388.

¹⁷⁶ ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e Devotas: Mulheres da colônia (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste – 1750-1822) – Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992, p. 128.

¹⁷⁷ ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e Devotas: Mulheres da colônia (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste – 1750-1822) – Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992, P. 128.

si, moderando suas paixões perante os outros, “pois, o comportamento do indivíduo não ocorre no vácuo, mas sim na vida social, diante dos outros”¹⁷⁸.

A honra feminina, por sua vez, perpassa outro âmbito da convivência:

No caso da mulher contudo, o que se nota é a apropriação de um valor cívico - a virtude - pela moral. A mulher virtuosa foi durante séculos a pura, a casta, ou a fiel ao marido, e portanto honrada. Neste sentido, a honra feminina está longe de ser um privilégio de classe - como foi muitas vezes considerado para os homens - mas um bem que todas as mulheres possuem, desde que o preservem virtuosamente através da castidade ou da fidelidade.¹⁷⁹

Tanto a honra da mulher quanto a do homem é definida pelo contato com os outros, pelo julgamento da sociedade, em última instância. Apesar de na Idade Moderna a sexualidade feminina estivesse se deslocando lentamente para o âmbito privado e cada vez mais dizendo a respeito do novo tipo de família que surge a partir do século XVIII, ainda estava relacionada ao grupo familiar e a honra de seus homens. Dessa maneira, uma mulher mal falada, que se envolve em escândalos e perde sua honra, afeta cada vez mais àqueles que estão ao seu redor, principalmente seus parentes homens. A honra feminina constitui assim assunto comum entre o *privado*, sendo “um bem pessoal de cada mulher, uma propriedade da família”, e o *público*, “porque estava em jogo a preservação dos bons costumes exigida pelo código moral”¹⁸⁰. Dessa maneira, sua preservação era responsabilidade de todos, o que explica o grande volume de publicações de conselhos e orientações sobre como deveria se portar uma mulher de respeito dentro e fora da família.

Nesse sentido, o casamento pareceu a saída para o controle da sexualidade feminina e masculina:

Por sua vez, a valorização da honra feminina como virtude nas sociedades ibéricas do século XVIII tem origens tanto religiosas como culturais. A associação entre pecado e sexo sem fins de procriação, assumida pelo cristianismo, é uma das razões para essa valorização da

¹⁷⁸ Idem, p. 129.

¹⁷⁹ Ibidem.

¹⁸⁰ ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e Devotas: Mulheres da colônia (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste – 1750-1822) – Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992, p.130.

virtude. A condenação do exercício da sexualidade foi primeiramente expressa pelos Santos Padres e reafirmada pelo cristianismo durante séculos, nos concílios, epístolas e escritos dos homens da Igreja. Confinado ao matrimônio desde que se tomou "remédio" para a sexualidade tanto dos homens como das mulheres, o sexo, antes condenado totalmente, passou a ser permitido segundo normas estritas e apenas para o cumprimento da ordem divina da multiplicação da espécie.¹⁸¹

3.4 ALGUMAS REFLEXÕES:

Ao fazer essa análise sobre como as mulheres aparecem nos compêndios de regras morais vigentes no século XVIII explorados acima alguns pontos chamam atenção. A proteção dispensada à mulher pela Igreja é direcionada para alguns casos específicos, por exemplo, quando há possibilidade de escândalo, por ela ser casada ou virgem de família nobre, refletindo assim a lógica na qual a sociedade do Antigo Regime funcionava (corporativa e hierarquicamente) e a importância da preservação da honra feminina pela religião. Quando existia perigo contra a vida dela, decorrente da conduta violenta masculina de seu marido ou de seus familiares, a Igreja Católica também previa certa proteção, entendendo a mulher como sendo um ser fraco e frágil perante o poder masculino, mas também a violência do homem como natural. Essa “proteção”, como se percebe, estava completamente banhada nos dogmas morais da religião que influenciava o julgamento dos clérigos e da população que testemunha os crimes e desvios de conduta que aconteciam ao seu redor, fazendo parte de um momento histórico em que religião e Direito ainda se inspiravam intimamente.

Como é de se esperar, as *Ordenações Filipinas* se preocupavam muito mais em assegurar o futuro material das mulheres dentro e após o casamento, enquanto que as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* estavam mais sensíveis com a manutenção da honra e da moral feminina e familiar. De fato, as menções textuais que apontam mulheres em posição de autoridades familiares têm a ver com a ausência masculina e a necessidade de gerenciar e proteger os bens materiais do casal, mas também é visto que a Igreja incentivava que seus fiéis repreendessem e denunciassem comportamentos desviantes que estivessem acontecendo em sua volta. É de se pensar que, tendo a família extrema importância para a colonização do século XVIII e para a

¹⁸¹ ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e Devotas: Mulheres da colônia (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste – 1750-1822) – Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992, p. 132.

catolicidade, a noção de sua preservação estaria agregada à visão de mundo das pessoas em geral – não admitia-se, portanto, sujeitos claramente desqualificados como comandantes desses grupos. Essa presunção é justificável para essa pesquisa, uma vez que nas Listas Nominativas abordadas perceberam-se mulheres chefes de domicílio que permanecem nessa posição durante todo o período, resistindo às mudanças contextuais da Vila de Curitiba e à composição habitacional de suas casas.

Outra reflexão importante que nasce da análise dessas fontes tem a ver com as imagens femininas que aparecem nas *Ordenações Filipinas* e nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Apesar destes documentos nascerem em contextos específicos, como foi visto, percebe-se que suas noções sobre a mulher são fortemente baseadas no que foi escrito e difundido por clérigos, em seus escritos e interpretações da Bíblia, durante a Idade Média. Jacques Dalarun comenta que a produção de conhecimento na Europa dos séculos XI ao XIII ainda acontecia majoritariamente em mosteiros cristãos, e percebe, a partir dos escritos dos cônegos franceses Marbodo de Rennes, Hildeberto de Lavardin e Godofredo de Vandoma, três modelos definidos para interpretar e explicar a existência feminina no mundo: Eva, Maria e Maria Madalena¹⁸².

Eva, a primeira mulher, reunia em si tanto a imagem da primeira mãe, quanto daquela que provocou a grande queda da humanidade. Tida como imensamente inferior ao homem, pois criada da costela de Adão, era fraca e desobediente a Deus pois comeu da fruta proibida, sendo castigada pelas dores do parto como consequência de seu pecado - pena que é estendida à todas as mulheres do mundo. A relação da imagem de Eva com a das mulheres terrenas era muito forte nesses escritos, e assim como ela as mulheres passam a serem acusadas de ter uma ligação com o Diabo e com o afastamento do homem de Deus, significando uma ameaça muito perigosa que deveria ser evitada pelo fiel. Essa noção tem eco nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* quando se exorta o cuidado que clérigos precisam ter com relação às mulheres que frequentam os seus ambientes, realçando o perigo que elas representariam para a fé e a ordem, pois teriam mais facilidade em pecar e com isso influenciar aqueles que estão ao seu redor. Também realça a necessidade de reclusão das mulheres, longe do espaço público, e dentro de suas famílias. A ideia de que o sexo feminino e o pecado andam

¹⁸² DALARUN, Jacques. Olhares de Clérigos in DUBY, G.; PERROT, M. História das mulheres no Ocidente. Vol 2: a Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 29-63.

juntos, como se percebe, não é novidade na Idade Moderna e continua na Contemporaneidade.

A segunda imagem é Maria, a mãe de Jesus. Apesar de ser muito exaltada na cultura europeia do século XII, os debates teológicos produzidos à época tratavam sobre a questão da virgindade de Maria, se debatendo em afirmar que ela existiria antes, durante e depois da gravidez. Mais do que representante maior da maternidade (que viria a ser posteriormente), Maria para esses clérigos passa a ter a característica de sua virgindade como sendo a mais exaltada, servindo de modelo para as mulheres terrenas e atribuindo cada vez mais um peso moral à sexualidade feminina. O que ressoa, mais uma vez, nas maneiras em que a Igreja Católica portuguesa buscava a proteção das virgens e a punição daqueles que as privam de sua pureza sem efetivar o matrimônio, como visto acima. Se a salvação feminina estava na manutenção de sua virgindade, como o modelo de Maria aconselha, às mulheres casadas restava cumprir seu papel de reprodutora e aceitar de má vontade as relações sexuais – condição que exigia o cumprimento de penitência¹⁸³.

Parte da primeira geração após a reforma papal, que buscava a volta à pureza, o afastamento do âmbito secular, exaltando o celibato e provocando o nascimento da Ordem de Cister, esses monges possuíam uma visão muito negativa da mulher, principalmente por se inspirarem nos escritos de padres que viveram séculos antes¹⁸⁴. Maria, apesar de se sobrepôr à Eva, representando um modelo positivo, foi cada vez mais sendo vista como um ser mítico, inalcançável pelas mulheres terrenas, o que expôs a necessidade de se ter um caminho alternativo que pudesse significar a salvação feminina e que reforçasse a importância do perdão para a humanidade. Esse caminho foi oferecido por Maria Madalena.

Figura criada por Gregório Magno, a partir de três personagens bíblicas de índole pecadora, sua narrativa aponta para a redenção dessa personagem, uma vez que ela era pecadora da carne (prostituta) e foi salva por Jesus, que a perdoa e aceita-a entre os seus¹⁸⁵. Dalarun aponta a relação entre Maria Madalena e a humanidade, que peca, se arrepende e tem a oportunidade do perdão, também presente nos escritos dos clérigos,

¹⁸³ DALARUN, Jacques. Olhares de Clérigos in DUBY, G.; PERROT, M. História das mulheres no Ocidente. Vol 2: a Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 41-47.

¹⁸⁴ Idem, p. 30.

¹⁸⁵ DALARUN, Jacques. Olhares de Clérigos in DUBY, G.; PERROT, M. História das mulheres no Ocidente. Vol 2: a Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 50.

que percebem em sua história a redenção da alma pecadora que todos teríamos. A relação entre a vida/renascimento e a morte também está presente em Maria Madalena, uma vez que ela estava com Maria no episódio da crucificação de Cristo, e também foi a primeira a saber da ressurreição do mesmo, o que é tido como uma demonstração de grande confiança nela da parte do filho de Deus. O relacionamento próximo que mulheres, em sua maioria, possuem com o nascimento da vida (maternidade) e a possibilidade da morte (abortos, ciclos da menstruação) é algo que contribui para o teor de mistério, medo, e repulsa que embebeda os estereótipos femininos ainda hoje em dia.

A criação do mito e do culto de Maria Madalena coincidiu com a criação do purgatório, também significando uma outra chance de redenção para a humanidade, e uma importante aliada da alma das mulheres: Maria Madalena era o caminho do arrependimento e do perdão entre Eva, a figura feminina mais negativa, e Maria, a figura feminina mais sagrada e mais inalcançável.

Durante este capítulo, procurei ressaltar trechos dos textos das *Ordenações Filipinas* e das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* que falavam sobre mulheres – repreendendo ou incentivando/aconselhando determinadas ações e condutas. Juntamente com essa releitura e análise, temas como sexualidade, casamento e relações de parentesco espirituais, entre outros, acabaram sendo abordados pois a figura da mulher estava intrinsecamente ligada a eles naquela época. Também se fez um debate sobre o conceito de *persona*, levantado por Bartolomé Clavero, buscando expor sua potencialidade da sociedade colonial da Vila de Curitiba, no que diz respeito ao aprofundamento da noção de “chefe de domicílio”, entendido agora como sendo um fenômeno social que surge das necessidades familiares cotidianas providas da situação econômica e política de onde moram, que cuja ocupação e manutenção do cargo tende a depender da legitimação de vizinhos e da comunidade. Essa foi a grande contribuição dessa análise, que permitirá entender as chefes não viúvas que aparecem na documentação ainda como chefes de domicílio, assim como abre importante caminho para a busca de significados sociais e religiosos nas trajetórias de chefes que permaneceram um grande período sendo identificadas como tais.

Por outro lado, compreender as origens do pensamento cristão sobre a figura feminina auxilia a não estranhar o teor das fontes aqui exploradas quando elas se referem às mulheres, aproximando o entendimento do conteúdo do pensamento da época. Se são essas as imagens produzidas pelos homens sobre as mulheres, me

interessa compreender as maneiras que as mulheres criavam para sobreviver em sociedade enquanto agentes conscientes e ativos em seu meio de convivência. Compreendo que a resistência de qualquer ator social venha de diversos lugares e por vias criativas – vias que, se não forem capazes de produzirem uma completa revolução, podem muito bem continuar incentivando vivências resistentes e engenhosas. Dentro do que já foi exposto sobre o contexto colonial da América portuguesa, em que a família concentrava um poder social e religioso muito importante e de grande influência em como as pessoas se relacionavam e se entendiam, essa suposição parece correta.

Essa pesquisa volta-se agora para a análise dos dados extraídos das Listas Nominativas sobre as mulheres que chefiavam domicílios e as configurações familiares encontradas sob sua responsabilidade.

4. CAPÍTULO 3 – OS DOMICÍLIOS E AS CHEFES: VILA DE CURITIBA, 1776 A 1797.

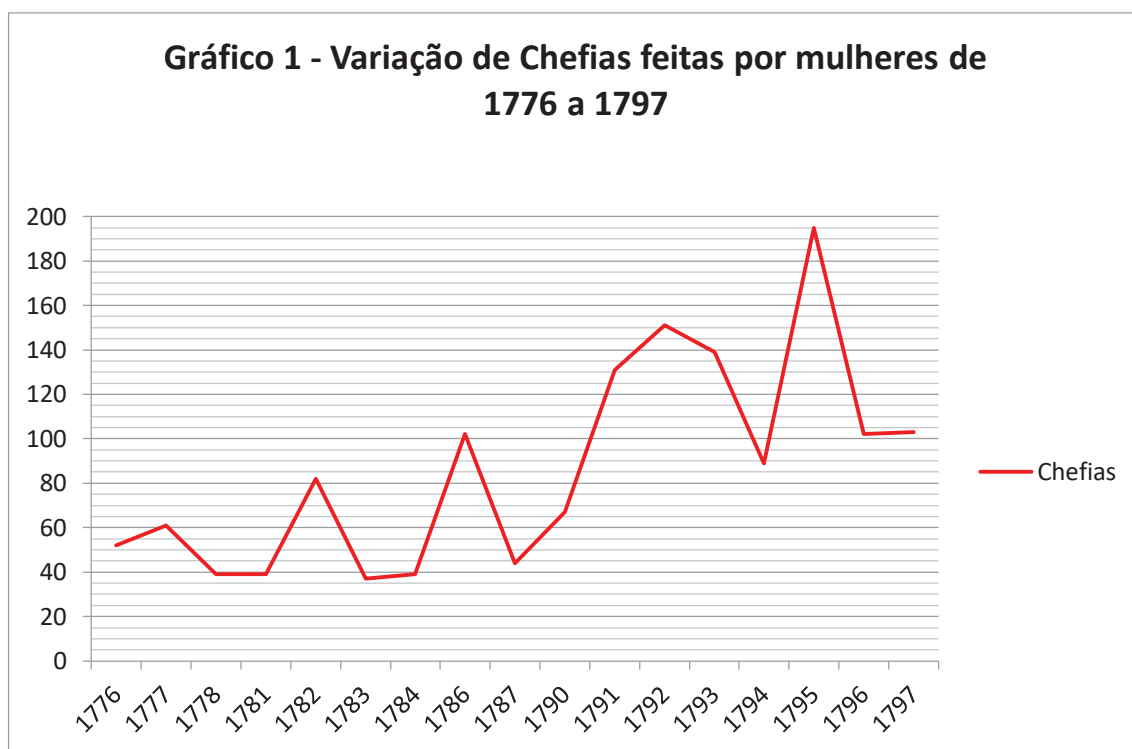
Por conta da estrutura hierarquizada na sociedade de Antigo Regime as denominações de cunho civil e social condicionavam, na maioria das vezes, o tratamento dispensado a certas pessoas (e poupado a outras tantas), assim como o espaço de ocupação e ação social. As redes de relacionamento e negociação estabelecidas entre famílias eram pautadas por essa diferenciação social em que a reputação e a honra feminina eram incluídas como aspectos que possibilitavam ou reprimiam comportamentos, como já discutido. Desta maneira, escolheu-se não só manter as categorias sociais apresentadas nas fontes, mas também produzir a análise do grupo de mulheres sob estas categorias de maneira profunda, intercalando dados quantitativos com o que se pode resgatar de suas vidas.

Primeiramente, apresento dados quantitativos sobre a chefia durante o período de 1776 a 1797: eles foram coletados a partir da transcrição do conteúdo das Listas Nominativas encontradas no CEDOPE-UFPR, para documentos em Word, e quantificados com o auxílio do software Excel. Essas informações estão expostas e comentadas, com base em bibliografia acerca das chefes de domicílio. Em um segundo momento, os dados sobre as Listas referentes aos anos de 1776, 1777, 1782, 1786, 1791, 1792, 1793 e 1795 serão apresentados e analisados. A escolha dessas oito se deu pela maior extensão dessas Listas no que diz respeito ao registro de mais bairros e, conseqüentemente, mais domicílios, possibilitando assim a feitura de uma análise mais profunda.

Foram produzidas tabelas para a contagem das chefes por ano e divididas em categorias: por bairros, por companhia; viúvas, solteiras, casadas, forras; por faixa etária; proprietárias ou não de escravos; tendo ou não co-habitantes. A partir dessa organização dos dados pode-se levantar questões sobre os lugares sociais que essas chefes ocupavam, o contexto cotidiano da Vila de Curitiba na segunda metade do Setecentos, a posse de escravos e a presença de outros habitantes nas casas, as especificidades das famílias curitibanas que surgiam sob a proteção da chefe, entre outras potencialidades de análise que serão abordadas durante o capítulo. Compõe-se assim um movimento de aproximação aos dados coletados sobre Curitiba e comparação entre eles e dados de outras vilas coloniais dos séculos XVIII e XIX, para então refletir

recuperar o debate acerca da *chefia* e das estratégias que estavam ao alcance destas mulheres.

4.1 DADOS GERAIS DE 1776 A 1797.



Dados: Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1776-1797. Gráfico: a autora.

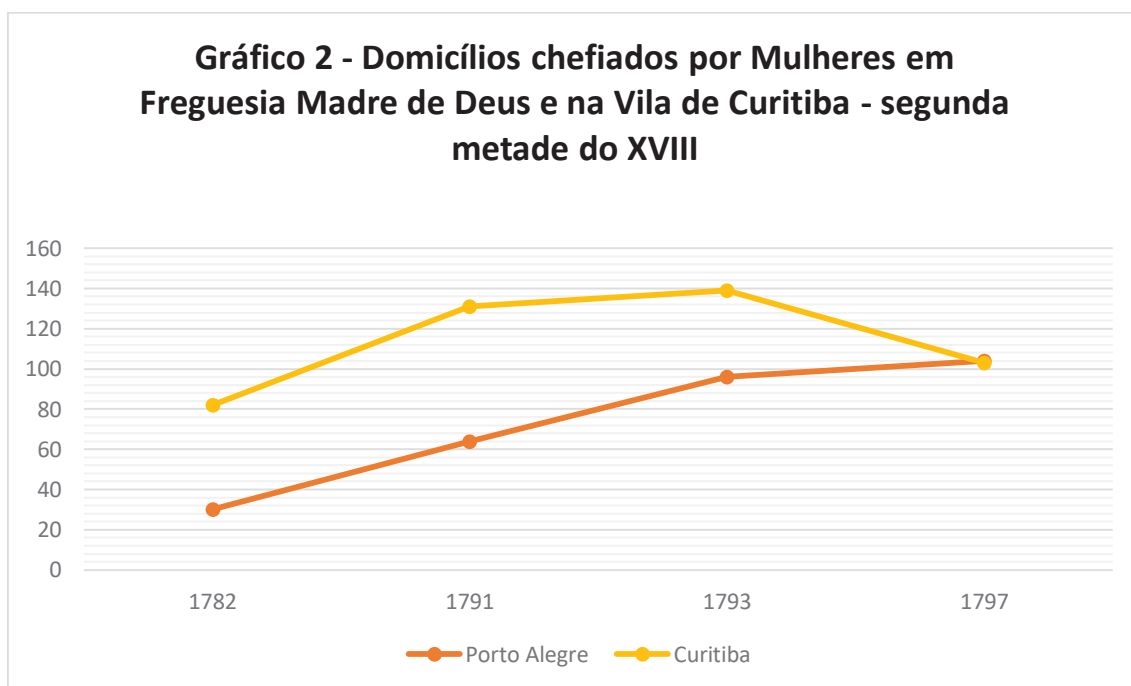
Através da observação do gráfico acima, percebe-se que os menores índices de domicílios chefiados por mulheres são durante a década de 1780, chegando ao número de 37 chefes, assim como o maior se dá nos anos 1790, com o total de 195 domicílios em 1795. Há que se considerar que as Listas Nominativas selecionadas para essa pesquisa possuem certas características, que influenciam na análise dos dados, como a falta da 1ª ou da 2ª Companhia de Ordenança em vários anos, como já comentado. Observa-se claramente no gráfico o impacto da falta de informação mais completa, uma vez que, a partir de 1778, os menores índices provêm justamente das Listas incompletas, como os anos de 1781, 1783, 1784, 1787, 1794 e 1796.

Para além de impactar o gráfico com números menores, a falta de versões completas das Listas para esses anos impede que se afirme com convicção que nesses

períodos existiram menos chefes mulheres de fato, levantando a questão sobre como o gráfico seria se esses dados tivessem sido incorporados. Se fosse o caso, seria possível constatar em que passo os domicílios chefiados por mulheres cresceram durante a segunda metade do século de maneira precisa; fato que, ao ser comparado com o aumento da Vila no geral, poderia responder se tal fenômeno aumentou ou acompanhou proporcionalmente o crescimento da população, durante todo o período, e em qual velocidade isso teria ocorrido.

A chefia de domicílios por mulheres não era exclusividade da Vila de Curitiba, acontecendo em vários outros lugares do território colonial. Como já comentado no primeiro capítulo dessa dissertação, Ana Volpi Scott apresenta o dado que em 1779, dos 230 domicílios que existiam na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, trinta eram chefiados por mulheres; já em 1782, dos 279 domicílios, 52 encontrava-se nessa situação, significando 13% e 8,6%, respectivamente¹⁸⁶. Na década de 1790, a quantidade de casas chega a 18,2% em 1791, 21% em 1793 e 19% em 1797¹⁸⁷.

Comparando com os dados da Vila de Curitiba, obtêm-se o seguinte gráfico:



¹⁸⁶ SCOTT, Ana Silvia V. “Colocando a mulher no seu devido lugar”: uma reflexão sobre a agência feminina – a Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre nos finais do período colonial. In COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha D.; MARQUES, Rachel dos S. (org) Tecendo as suas vidas: as mulheres na América portuguesa. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017. Disponível em: <http://www.guaritasigital.com.br/casaleiria/acervo/historia/tecendosuasvidas.html> IBBN 978-85-9509-009-5.

¹⁸⁷ Idem, p. 113.

Dados: Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1782-1797. Gráfico: a autora.

Percebe-se um crescimento do fenômeno de maneira gradual na Freguesia Madre de Deus, assim como aconteceu na Vila de Curitiba, e apesar de haver uma grande diferença numérica durante o período, ao final do século os domicílios da Freguesia alcançam os da Vila, e até os ultrapassam por um¹⁸⁸.

Denize Terezinha Leal de Freitas e Jonathan Fachini da Silva, ao analisarem mais de perto esse contingente de chefes, apontam que

a predominância na chefia dos *fogos* é de mulheres sem qualitativo algum (53.2%, em 1791; 75%, em 1793; 66.4%, em 1797); entretanto, muitas dessas mulheres eram chefes de *fogos* que não tinham escravos, ou seja, podemos supor que administravam lares menos favorecidos. Quanto aos lares chefiados por mulheres detentoras da qualidade de *Dona*, muitas dessas viúvas, há um crescimento significativo de 1791 (20.3%) a 1797 (33.6%)¹⁸⁹

A atual pesquisa não se preocupou em isolar o qualitativo de *Dona* pelo motivo de que existem pouquíssimas chefes com esse qualitativo na Vila de Curitiba no período estudado. De fato, na 2ª Companhia de 1776, encontra-se Maria Paes dos Santos, viúva de 55 anos, moradora do Bairro Passaúna, com sua filha Anna e oito escravos, sobrevivendo de suas lavouras¹⁹⁰. Maria Paes pode ser encontrada em diversos anos seguintes, morando com diferentes co-habitantes, mas é só referida como “*Dona*” em 1796. Por conta da falta de ocorrência dessa denominação entre as chefes, não é possível comparar dados com a pesquisa de Freitas e Silva, porém, pode-se afirmar que o número de chefes viúvas se manteve bem maior do que o número das chefes solteiras e casadas, durante todos os 21 anos.

Dora Isabel Paiva da Costa, analisando Campinas na transição do século, comenta o crescimento do fenômeno:

¹⁸⁸ Ver mais em: FREITAS, Denize Terezinha L.; SILVA, Jonathan Fachini da. Sobre as Donas, viúvas e pobres: uma contribuição para o estudo das mulheres coloniais no Extremo Sul (Freguesia de Madre de Deus de Poro Alegre, 1772-1822) In COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha D.; MARQUES, Rachel dos S. Tecendo as suas vidas: as mulheres na América portuguesa. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017. Disponível em: <http://www.guaritasigital.com.br/casaleiria/acervo/historia/tecendosuasvidas.html> IBBN 978-85-9509-009-5.

¹⁸⁹ Idem, p. 113-114.

¹⁹⁰ Esta dissertação, p. 21.

A partir do ano de 1829, o número de mulheres chefiando unidades domiciliares na região atingiu quase um quarto do total de domicílios, sendo que em 1779 apenas 10,4% destes eram chefiadas por elas. Em 1798 e em 1808 esta ocorrência ficou em torno dos 11%. A partir do ano de 1818 este índice subiu para 12,7%, e em 1829 duplicou para 23% [...].¹⁹¹

Uma localidade como Campinas, no interior do território de São Paulo, ainda possuía porcentagens modestas em relação à quantidade de domicílios chefiados por mulheres, o que demonstra a dinamicidade do fenômeno em relação à configuração social de cada parcela do território. Encontrar informações aprofundadas sobre o século XVIII, no entanto, tem sido um desafio.

Já para o século seguinte, alguns estudos têm sido feitos. Carlos de Almeida Prado Bacellar afirma que, no ano de 1818, a localidade de Itu, São Paulo, possuía 362 chefes de domicílio, e Sorocaba, no mesmo ano, 435¹⁹². No que diz respeito a Minas Gerais em meados do século XIX, uma pesquisa afirma que, de 63.983 domicílios existentes, 17.375 (27%) eram chefiados por mulheres¹⁹³. Eni de Mesquita Samara afirma que em 1836, 1/3 dos domicílios da cidade de São Paulo tinham chefes mulheres, entre solteiras, viúvas e casadas com marido ausente, o que totaliza 36,8% das casas registradas por suas fontes¹⁹⁴.

4.2 CHEFES FORRAS

Durante todo o período de 1776 a 1797 encontram-se algumas poucas chefes de domicílio que apresentam a denominação de “forra”, ou seja, que possuem passado na escravidão. Para além dessa denominação, e a denominação de “administrado/a”, não é apontada nas Listas Nominativas indicações sobre a cor dos moradores da região, delegando essa informação à inferência do leitor. Essa ausência difere de dados

¹⁹¹ COSTA, Dora Isabel P. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 17, n. 1-2, jan/dez 2000, p. 50.

¹⁹² BACELLAR, Carlos de Almeida P. A mulher em São Paulo colonial In *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, História Moderna, t.3, 1990, p. 369.

¹⁹³ QUEIROZ, Bernardo Lanza; ANDRADE, Cristiana Viegas de; RIANI, Juliana de Lucena Ruas; CORRÊA, Carolina Perpetuo. As mulheres chefes de domicílio nas Minas Gerais do século XIX: uma análise exploratória. In IX Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG, CEDEPLAR, 2000, p. 20.

¹⁹⁴ Certamente, outros estudos sobre a população no Setecentos que trazem informações sobre mulheres chefes de domicílio foram deixados de fora dessa análise. O objetivo é trazer dados de textos que falam, se não exclusivamente, pelo menos principalmente de chefes mulheres, para que possam ser utilizados como material de comparação para os tópicos levantados a seguir.

encontrados na historiografia sobre outros lugares da colônia¹⁹⁵. As chefes forras de Curitiba aparecem nas Listas de 1786, 1790, 1791, 1792, 1793, 1795 e 1796 e somam a quantidade de 31; apenas Bernarda Nunes (1791-1793) e Francisca, (1792, 50 anos) são registradas como viúvas, o restante sendo solteiras, com filhos remanescentes em suas casas¹⁹⁶. Nenhuma delas possuíam escravos ou administrados.

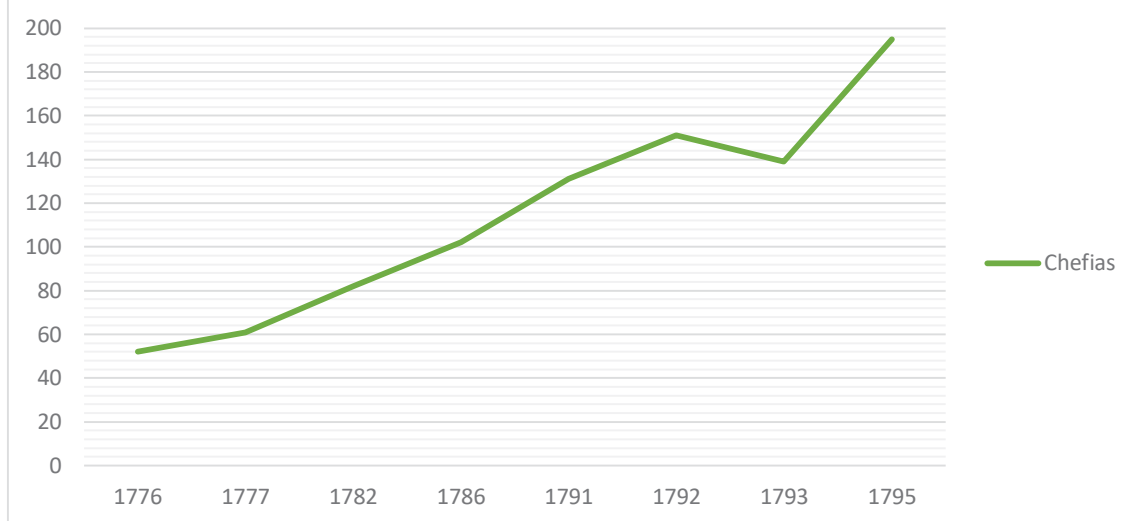
4.3 RECORTE METODOLÓGICO: AS OITO LISTAS NOMINATIVAS COMPLETAS.

Por conta do período limitado para desenvolver a pesquisa de Mestrado estabelecido pela UFPR, optou-se por analisar mais profundamente as Listas dos seguintes anos: 1776, 1777, 1782, 1786, 1791, 1792, 1793 e 1795. Essas Listas possuem as duas Companhias de Ordenança, o que significa que elas abrangem um número maior de bairros, consequentemente, apresentando mais casos de mulheres chefes. O gráfico a seguir mostra a variação da chefia de mulheres durante as oito Listas completas desse período de 1776 a 1797. Percebe-se uma crescente na quantidade de chefes, principalmente durante a década de 1790, chegando a quase 200 domicílios chefiados por mulheres, em 1795:

¹⁹⁵ PRAXEDES, Vanda Lucia. MULHERES FORRAS, CHEFES DE DOMICÍLIO EM MINAS GERAIS, BRASIL (1770–1880) in *The Latin Americanist*, dez/2012. p. 17-18.

¹⁹⁶ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1792, 2^a

Gráfico 3 - Variação de chefias - Oito Listas Nominativas Completas



Dados: Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1776-1777-1782-1786-1791-1792-1793-1795. Gráfico: a autora.

Um crescimento significativo ocorre entre os anos de 1777 e 1792, no qual o número de domicílios quase triplica, atingindo a quantidade de 151. Após queda de cerca de 10 domicílios em 1793, os números continuam subindo na segunda metade da década, fechando em 195, no último ano analisado. A tabela a seguir apresenta o número de bairros encontrados nas oito Listas completas, assim como a quantidade dos domicílios chefiados por mulheres em relação à totalidade de domicílios em cada Lista. Foram incluídos em Número de Domicílios Total as casas chefiadas por homens, casados ou viúvos.

TABELA 1 - DOMICÍLIOS DE CURITIBA SEGUNDO ANOS COM LISTAS COMPLETAS				
ANO	N. BAIRROS	N. DM. TOTAL	N. DM. FEM	% CHEFIA FEM
1776	14	434	52	11.9
1777	10	459	61	13.2
1782	21	578	82	14.1
1786	22	626	102	16.2
1791	27	771	133	17.2
1792	27	757	151	19.9
1793	26	764	139	18.1
1795	25	890	195	21.9

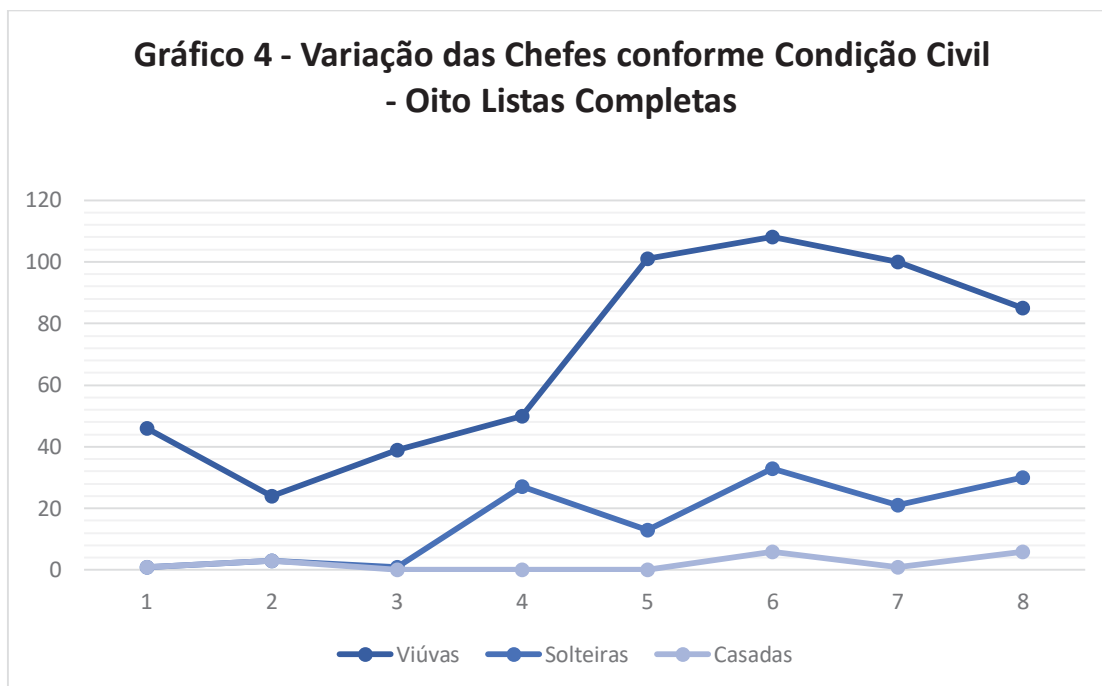
Dados: Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1776-17782-1786-1791-1792-1793-1795. Tabela: a autora.

No geral, percebe-se um crescimento lento porém contínuo dos domicílios chefiados por mulheres durante todo o período de 21 anos analisado. Isso fica mais claro quando os dados das oito Listas completas são selecionados e comparados com o restante dos domicílios da Vila de Curitiba. Não se pode afirmar, e nem é o objetivo desse trabalho fazê-lo, que a chefia por mulheres era regra ou massiva prática na sociedade setecentista da Vila, mas não há como negar que ela estava presente e, segundo a tabela acima, tendia a acompanhar, mesmo que modestamente, o crescimento da região.

Uma primeira aproximação de análise necessária é pontuar as condições civis existentes entre as chefes. Um número expressivo delas era viúva, e como será visto logo, elas também reuniam em suas casas a maior parcela de habitantes, entre familiares, agregados e escravos. Em segundo lugar, o número de chefes solteiras: na contagem presente foram descartadas as chefes que apareceram sem identificação de condição civil ou alguma indicação da existência de um marido nas transcrições dos documentos. Apesar de estarem em menor número e de raramente terem escravos em suas propriedades, possuem características interessantes de serem ressaltadas. As chefes casadas estavam em menor número e em três ocasiões não foram detectadas pelas Listas, o que demonstra a pouca ocorrência de chefias baseadas na ausência do marido da chefe na Vila de Curitiba. Além disso, casos como o de Luciana Martins em que existe uma oscilação entre ocupar ou não o cargo de chefia aparecem na documentação: Luciana, chefe, tem 32 anos em 1777, é casada e vive com sua filha Rita, porém em 1782, ela retorna a ocupar apenas o posto de esposa, pois seu marido Bernardo da Costa Ramos, volta à casa¹⁹⁷.

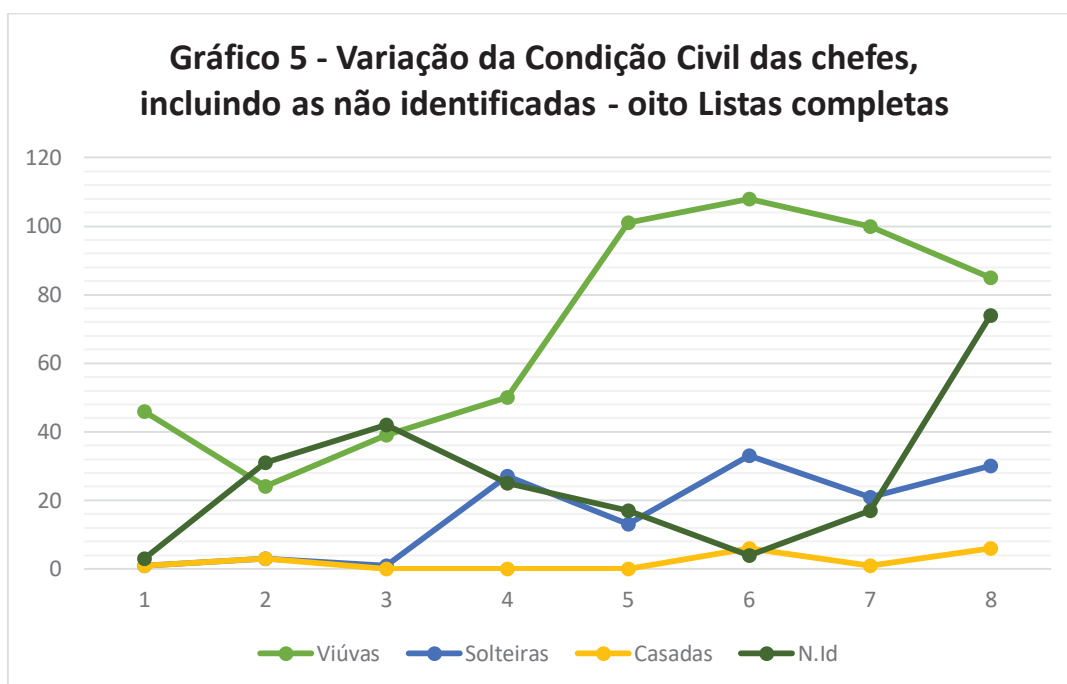
Dessa forma, percebe-se que a pluralidade de experiências dessas mulheres influenciavam na existência e manutenção desse fenômeno social, que não era garantido e não acontecia apenas como as *Ordenações Filipinas* mencionavam, ou seja, apenas quando a mulher se tornava viúva. Abaixo, gráfico sobre a variação da quantidade de chefes em relação à condição civil, durante as oito listas escolhidas.

¹⁹⁷Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1777, 2ª Companhia, p. 27.



Dados: Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1776-1777-1782-1786-1791-1792-1793-1795. Gráfico: a autora.

Importante também é ressaltar a quantidade de chefes que não tiveram sua condição civil indicada nas Listas, para que se tenha uma ideia da quantidade de chefes que serão de fato observadas: apenas aquelas identificadas como viúvas, solteiras ou casadas.



Dados: Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1776-1777-1782-1786-1791-1792-1793-1795. 1776-1777-1782-1786-1791-1792-1793-1795. Gráfico: a autora.

Intenciona-se a seguir verificar mais profundamente a composição desses domicílios que aparecem nas Oito Listas Completas, de viúvas, solteiras e casadas, para entender a prática em seu contexto, tentando perceber o quão próxima ela esteve do que era considerado normal na época no que diz respeito às expectativas sobre a mulher e a família. Separei aqui figuras entendidas por mim e pelas Listas como sendo os co-habitantes das chefes, procurando entender a dinâmica domiciliar que preenchia essas casas.

4.4 COABITAÇÃO.

4.5 Filhos e Familiares.

A princípio é necessário falar sobre a presença de filhos morando com suas mães, que foram identificadas como chefes de domicílio. A maternidade era a principal função que a sociedade esperava que as mulheres cumprissem, e fazia parte da formação e manutenção das famílias, garantindo a passagem de bem materiais e até mesmo ocupações comuns à família materna ou paterna. As chefes encontradas nessas Listas

não se afastavam dessas expectativas, mesmo entre as solteiras, a presença de filhos era recorrente. A seguir, a Tabela 2 apresenta sobre a quantidade e porcentagem de chefes mães encontradas:

TABELA VARIAÇÃO DE MATERNIDADE ENTRE AS CHEFES								
	1776	1777	1782	1786	1791	1792	1793	1795
TOTAL CHEF.	52	61	82	102	131	151	139	195
TOTAL MÃES	40	26	38	74	99	130	108	112
% MÃES	76.9	42.6	46.3	72.5	75.5	86	77.6	57.4

Dados: Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1776-1777-1782-1786-1791-1792-1793-1795. Tabela: a autora.

Em apenas duas ocasiões a porcentagem de chefes mães chegou a menos de 50% do total de chefes. Esse grande número se dá por conta da existência de domicílios como os de Maria Prestes (viúva; 50; 1776) ¹⁹⁸, que vivia com seus oito filhos, e Escolástica Gonçalves (viúva; 42; 1782), também com seus oito filhos¹⁹⁹. Ao final da década de 1780, percebe-se uma maior quantidade de filhos por domicílio, como no caso de Rita da Conceição (viúva; 46; 1786)²⁰⁰ que morava com seus onze filhos, Vitória Fernandes (viúva; 72; 1786) ²⁰¹, com seus nove filhos, e Sebastiana Alvares Miranda (viúva; 49; 1786) ²⁰², também morando com nove filhos, assim como o crescimento de domicílios que abrigavam de 1 a três filhos. Em 1791 e 1792 os domicílios passam a ter no máximo cerca de nove filhos, porém o número de chefes, principalmente viúvas, aumenta drasticamente, o que resulta na porcentagem acima exposta: menos filhos por casa, porém mais domicílios chefiados por mulheres viúvas. A convivência de casas com poucos filhos e casas com mais de cinco filhos acontece durante toda a década de 1790, com picos de nove filhos em 1795 - no caso de Joana Rodrigues (viúva; 62; 1795) ²⁰³ e Maria Alvares (viúva; 42; 1795) ²⁰⁴ -, onze filhos em 1793, como no caso de Inácia Alvares Faria (viúva; 63; 1793) ²⁰⁵, e 12 filhos em 1795, como no domicílio de Ana Cardoza (viúva; 53; 1795).

¹⁹⁸ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1776, 2ª Companhia, página 33.

¹⁹⁹ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1782, 2ª Companhia, página 43.

²⁰⁰ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1786, 1ª Companhia, página 38.

²⁰¹ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1786, 2ª Companhia, página 61.

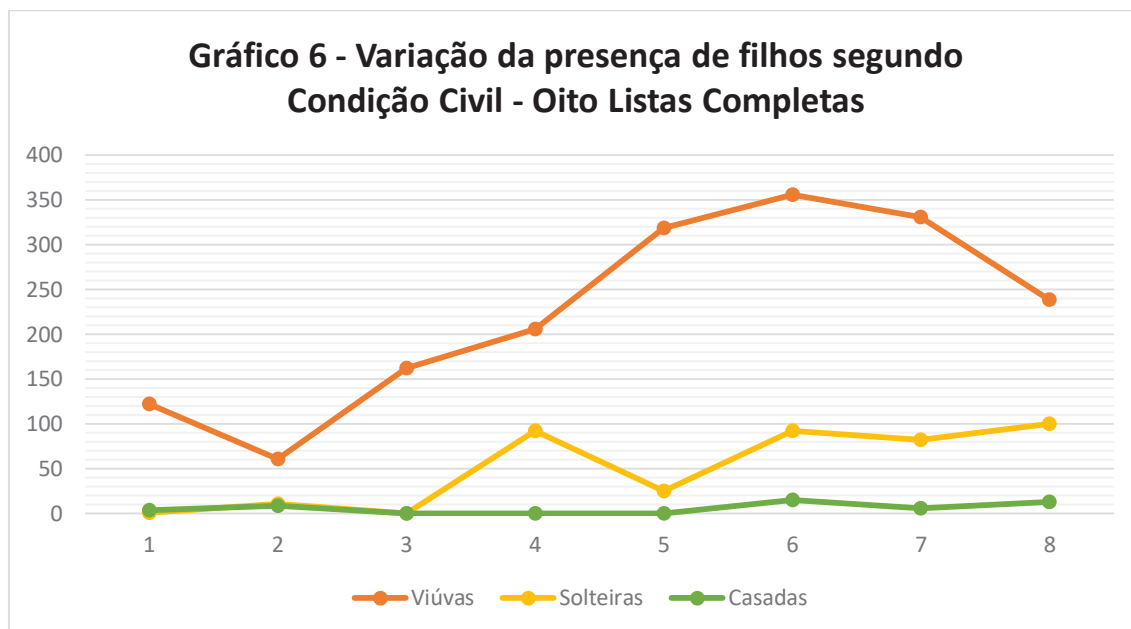
²⁰² Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1786, 2ª Companhia, página 20.

²⁰³ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1795, 1ª Companhia, página 03.

²⁰⁴ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1795, 2ª Companhia, página 09.

²⁰⁵ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1793, 1ª Companhia, página 21.

Apesar da maioria dos exemplos trazidos no texto serem de chefes viúvas, as solteiras e casadas também tendiam a morar com seus filhos. Abaixo, a variação acerca da presença de filhos nos domicílios, discriminada pela condição civil das chefes:



Dados: Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1776-1777-1782-1786-1791-1792-1793-1795. Gráfico: a autora.

A maternidade pode ser percebida pela análise das Listas Nominativas, pois todos os co-habitantes são identificados a partir de sua relação com a chefia. No entanto, é possível que essas mulheres tivessem outros filhos que não morassem com elas, uma vez que os dados aqui expostos dizem respeito apenas aos que estavam na casa com elas no momento da produção da Lista. De qualquer forma, a grande presença de filhos entre 1786 e 1795 nas casas de viúvas, assim como o surgimento de números mais significativos no que diz respeito aos domicílios de solteiras e casadas, pode ser resultado da volta pra casa de homens que foram recrutados nas décadas de 1750 e 1770 para lutarem nas guerras de fronteiras no sul do território, e do grande recrutamento das décadas de 1760 e 1770, que visava deslocar homens para explorar os sertões do Tibagi e de Guarapuava, pouco conhecidos ainda no período²⁰⁶. Outra possibilidade sobre o

²⁰⁶ BURMESTER, Ana Maria de O. Disciplinarização e trabalho: Curitiba, fins do século XVIII, inícios do século XIX. In *História: Questões e Debates*. Associação Paranaense de História – APAH. Ano 8; nº 14. Curitiba, jun-dez. 1987. ISSN 0100-6932. P. 128.

crescimento no número de filhos é uma maior natalidade durante esse período, uma vez que a população da Vila de Curitiba estava crescendo consideravelmente nesse período.

As chefes solteiras estão em segundo lugar na quantidade de filhos remanescentes, o que apoia os estudos sobre a vasta prática do concubinato na sociedade colonial: provavelmente, essas mulheres possuíam algum relacionamento estável com homens da região, como a presença crescente de crianças sugere. Como apresenta Rafael R. Galvão, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* definiam o concubinato como sendo “a ilícita conversação do homem com a mulher continuada por tempo determinado²⁰⁷”, ou seja, quando havia mais de um encontro entre uma pessoa casada e outra solteira, ou entre duas pessoas que já se encontravam casadas com outras. Esses encontros não raramente resultavam em nascimentos de crianças ilegítimas, frutos de uma relação não legitimada pela Igreja. Segundo Galvão, nos processos de concubinato da Vila de Curitiba e de Paranaguá da segunda metade do século XVIII utilizados em sua pesquisa, não foi encontrado nenhum caso de concubinato que durasse menos de dois anos²⁰⁸. O autor afirma que existiam práticas utilizadas por casais para evitar serem denunciados, e entre elas estava não morar na mesma casa e ir para outra localidade na qual a população não os conhecessem, para que estivessem livres para viver como casados²⁰⁹. Apesar disso, existiam maneiras de reconhecer essa relação ilícita:

Para os indivíduos que não queria deixar o local onde viviam restava ainda a possibilidade de manterem a relação em casa separadas [...]Entretanto, para que as punições fossem aplicadas, afim de corrigir a moral e a conduta dos casais concubinados, não era necessária a coabitação, outras características do relacionamento funcionavam, do mesmo modo, como prova do estado irregular. A filiação e a maneira como os amantes se tratavam, seja trocando carinhos em público, ou se agredindo mutuamente, também serviam para caracterizar o relacionamento, pois as “pancadas” era um sinal de poder incontestável do marido sobre sua esposa, ou do concubino sobre sua amásia²¹⁰.

²⁰⁷ CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. Livro V, Título XXII, § 979. In GALVÃO, Rafael Ribas. Relações amorosas de ilegitimidade: formas de concubinato na sociedade curitibana (segunda metade do século XVIII). Universidade Federal do Paraná, 2006 – Dissertação de Mestrado, p. 69.

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ GALVÃO, Rafael Ribas. Relações amorosas de ilegitimidade: formas de concubinato na sociedade curitibana (segunda metade do século XVIII). Universidade Federal do Paraná, 2006 – Dissertação de Mestrado, p. 70.

²¹⁰ Idem, p. 71.

Prova disso é que, segundo o autor, muitos casais foram processados mesmo vivendo em casas separadas, como é o caso do exemplo que é exposto no início de seu texto, a relação de concubinato incestuoso adúlterino entre Angelo Machado e Maria do Terço²¹¹. Denunciados em 1786, Angelo Machado era solteiro e morava com sua mãe, a viúva e chefe de domicílio Maria de Chaves, “seus irmãos Manoel, Bento e Claudianna, e com seu cunhado Antonio Jose Pereira, que dividia a residência com a família Chaves, no ano da celebração de seu matrimônio com Claudianna.”²¹². Já Maria do Terço era casada, chefe de domicílio, tendo quatro filhos com um marido que estava ausente, sua condição civil confundindo o escrivão da Lista Nominativa de 1786, que a identificou como solteira, e algumas testemunhas do processo²¹³. Angelo era padrinho do casamento de Maria do Terço. Para o autor, o que teria chamado a atenção para a relação seria o comportamento que tinham um com o outro, que denotava intimidade e imitava o de um casal da época. Diversas perguntas ficam no ar, inclusive a paternidade de duas crianças que, por vezes aparecem em casa da mãe de Angelo, identificados como expostos, e em outras ocasiões estão arrolados em casa de Maria do Terço, identificados como seus filhos²¹⁴. Percebe-se, portanto, que a oscilação da presença das chefes casadas pode acontecer por conta do retorno do marido à casa, como no caso acima citado de Luciana Martins, assim como na dificuldade de identificar a ligação da chefe com o casamento ou a viuvez por parte dos escrivães e da comunidade próxima, resultado do comportamento praticado na ausência ou grande movimentação de homens.

Casos como este demonstram a dinamicidade familiar desse período, tanto no que diz respeito às relações estabelecidas entre as pessoas, assim como a aceitação de netos ilegítimos em suas casas por parte das chefes. Segundo Ana Maria Burmester, 21% dos nascimentos na Vila de Curitiba, de 1731 a 1798, são de filhos ilegítimos, frutos das relações fora do âmbito matrimonial, fazendo do concubinato uma prática era comum na sociedade Setecentista da colônia²¹⁵ - o que provavelmente faz desse caso

²¹¹ GALVÃO, Rafael Ribas. Relações amorosas de ilegitimidade: formas de concubinato na sociedade curitibana (segunda metade do século XVIII). Universidade Federal do Paraná, 2006 – Dissertação de Mestrado, p. 24.

²¹² Idem, p. 27.

²¹³ GALVÃO, Rafael Ribas. Relações amorosas de ilegitimidade: formas de concubinato na sociedade curitibana (segunda metade do século XVIII). Universidade Federal do Paraná, 2006 – Dissertação de Mestrado, p. 27.

²¹⁴ Idem, p. 28.

²¹⁵ BURMESTER, A. M. La population de Curitiba au XVIII^e siècle. Montreal, 1981, p. 263. Dissertation. Ph. D Université de Montréal.

acima citado algo presente entre as chefes solteiras ou viúvas que aparecem na documentação²¹⁶.

O grupo que menos possui filhos é o das chefes casadas, o que pode ser entendido como resultado da

[...] necessidade de recrutamento para as milícias, devido às guerras no Sul do Brasil, provocam o deslocamento de parcelas significativas da população adulta de Curitiba.

Para a milícia e as expedições são recrutados, de preferência, os homens solteiros. Na falta destes, seriam recrutados os casados, sem ou com poucos filhos.

Esta preferência revela claramente a preocupação populacionista da época, consubstanciada no incentivo ao casamento, e na aceitação implícita dos filhos ilegítimos.²¹⁷

Assim como afirma a historiografia sobre os costumes familiares do século XVIII, as chefes abrigavam não só seus filhos, muitos adultos e ainda solteiros, mas a família deles, quando havia o casamento ou o surgimento de netos ilegítimos. Existem diversos exemplos disso, durante todo o período, como o caso da viúva Maria Ribeira, 62, que em 1786 tinha em sua casa seu filho Manuel, 26, casado, assim como sua nora Francisca e a filha do casal, Anna, de 8 anos²¹⁸. As chefes não aceitavam apenas casais e seus filhos em suas casas: em 1791, Tereza Alvares, viúva de 76 anos, morava com duas filhas solteiras, Gertrudes, 38, e Antonia, 36, e seis netos, de idades entre 1 e 17 anos. Nenhum dos netos é apontado como filho das duas solteiras, mas ainda assim, recebe-los é um gesto de solidariedade familiar para essa e diversas outras chefes, como Maria Rodrigues, (viúva; 43; 1792)²¹⁹, Izabel Pereira da Costa (viúva; 45; 1792)²²⁰, ou Luiza (forra; solteira, 40; 1792)²²¹.

Segundo Bacellar, em seus dados para Itu e Sorocaba na primeira metade do século XIX, afirma que dentre as chefes de domicílios solteiras de Itu, “26% das brancas, 44% das pretas e 55% das pardas” tinham filhos, enquanto que em Sorocaba,

²¹⁶ Porém, para afirmar isso de maneira segura, é necessário aprofundar a pesquisa incluindo novas fontes.

²¹⁷ BURMESTER, Ana Maria de O. A nupcialidade em Curitiba no século XVIII. In *História: Questões e Debates*. ISSN 0100-6932. Curitiba: a.2, n° 2, p. 63-68. 1981, p. 64.

²¹⁸ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1786, 1ª Companhia, página 51.

²¹⁹ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1791, 1ª Companhia, página 25.

²²⁰ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1792, 2ª Companhia, página 24.

²²¹ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1792, 2ª Companhia, página 84.

39% das brancas e 71% das pardas eram mães²²². Dora Isabel Paiva da Costa aponta que, em Campinas, no mesmo período, a média de filhos morando com suas mães chefes de domicílio é de 1,7 para casadas, 1,7 para solteiras e 2,7 entre as viúvas²²³.

Para além dos filhos, genros, noras e netos, as chefes também abrigavam seus irmãos, sobrinhos e mães, reafirmando a relação da figura feminina com a manutenção familiar, que era característica da imagem da mulher que o século XVIII tinha. Inácia Alvares de Faria (solteira, 68, 1791), por exemplo, abrigava em sua casa cerca de dez irmãos, todos solteiros²²⁴. Margarida de Andrade (solteira, 29, 1792), morava com três irmãos, Antônio de Andrade, 25, Manoel, 18 e Catarina de Andrade, solteira, 34, e seus dois sobrinhos, filhos de Catarina: Florentino, 7, e Florêncio, 5²²⁵. Quitéria da Costa (solteira, 40, 1791) morava com três sobrinhos, Leonardo, 24, Anna, 25 e Teodora, 7, aparentemente, sem a presença de seus pais²²⁶. Ana Fernandes (solteira, 36, 1793) abriga em sua casa sua irmã Inácia Fernandes, solteira, 34 anos, e sua sobrinha, Anna, de 7. Maria do Nascimento (viúva; 50; 1791) tinha em sua casa seu sobrinho Francisco, 30, e a esposa deste, Jozefa Maria, 26 (além de Maria, 9, agregada, e três escravos)²²⁷.

Maria Pedrosa (viúva, 60; 1782)²²⁸, Maria Rodrigues Ferreira (viúva; 40; 1782)²²⁹, Maria Ribeira (viúva; 65; 1791)²³⁰ e Maria Pereira (viúva; 49; 1791)²³¹ co-habitavam também com suas respectivas mães, todas acima de 60 anos.

O gráfico abaixo apresenta a variação da presença dos familiares enquanto co-habitantes das casas chefiadas por mulheres, em relação à quantidade de chefes durante as oito Listas completas. Os dados expostos não incluem a variante “filhos”:

²²² BACELLAR, Carlos de Almeida P. A mulher em São Paulo colonial In *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, História Moderna, t.3, 1990, P. 374.

²²³ COSTA, Dora Isabel P. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 17, n. 1-2, jan/dez 2000. P. 53.

²²⁴ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1791, 1ª Companhia, página 15.

²²⁵ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1792, 2ª Companhia, página 47.

²²⁶ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1791, 1ª Companhia, página 13.

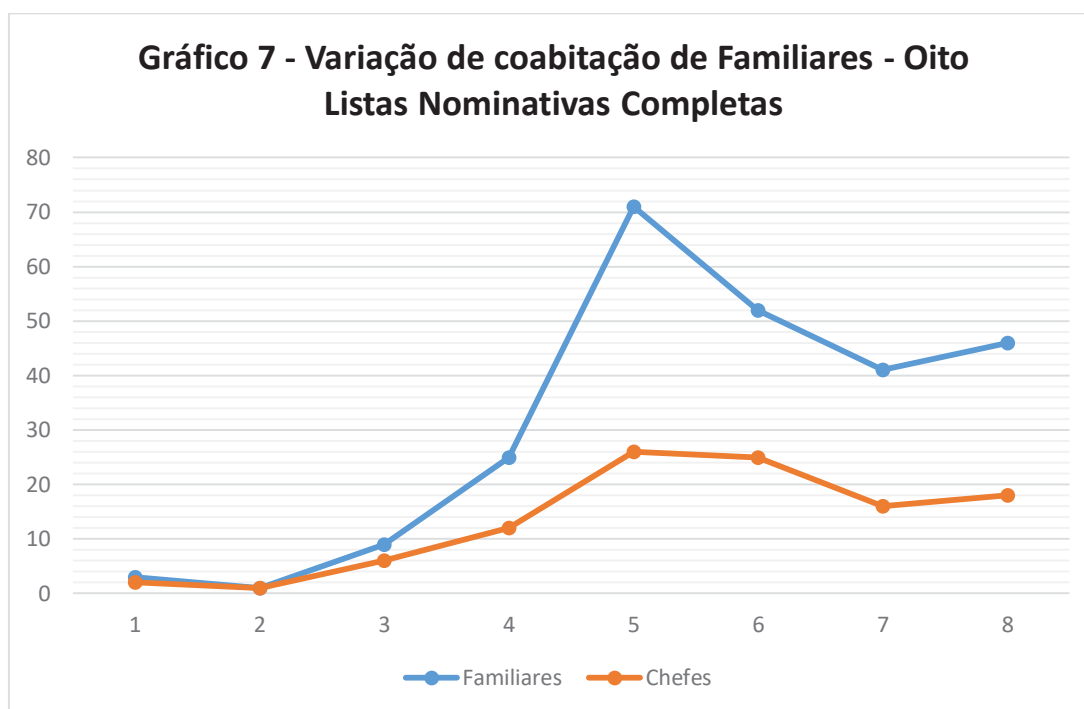
²²⁷ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1791, 1ª Companhia, página 13.

²²⁸ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1782, 1ª Companhia, página 21.

²²⁹ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1782, 2ª Companhia, página 47.

²³⁰ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1791, 1ª Companhia, página 40.

²³¹ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1791, 1ª Companhia, página 01.



Dados: Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1776-1777-1782-1786-1791-1792-1793-1795. Gráfico: a autora.

Percebe-se, portanto, que as casas das chefes eram ambientes que recebiam não apenas casais e seus filhos, mas também crianças afastadas de seus pais e mulheres solteiras com seus filhos ilegítimos. A chefe viúva, solteira ou casada com marido ausente poderia se tornar uma referência para familiares que estivessem com problemas financeiros ou praticando atos considerados crimes pela Igreja, o que reforça não apenas a relação intrínseca da figura feminina da época com a constituição de uma família, mas também aponta para um ambiente acolhedor para aqueles que não queriam ou não podiam ter sua própria casa para abrigar uma nova família. As crianças que por algum motivo estavam longe de seus pais, os irmãos que decidiram ou foram obrigados a não casar, os genros e as noras, as mães idosas, todos tinham espaço nas casas das chefes.

Vanda Lucia Praxedes corrobora os estudos de Maria Odila L. S. Dias no que diz respeito ao poder que famílias extensas davam para as chefes, que decidiam os destinos daqueles que ali viviam, aceitando ou repassando netos ilegítimos, assim como

gerenciando as atividades cotidianas que auxiliavam na manutenção da casa²³². Praxedes apresenta o domicílio de Rita Perpétua como exemplo de arranjo complexo:

Já no domicílio de Rita Perpétua, parda, 40 anos, moradora em Congonhas do Sabará, atual Nova Lima, solteira, fiadeira, teríamos díades maternas duplas, pois contava com Ana Perpétua, de aproximadamente 26 anos, parda, solteira, e Cipriana Perpétua, solteira, 25 anos, também fiadeiras — e tudo indica que são as filhas de Rita — além de oito crianças. Essas crianças têm idades que variam de 1 a 12 anos, todas pardas e, provavelmente, filhas de Cipriana. Vive no domicílio, ainda, uma mulher que tanto pode ser agregada como mãe de Rita, Joana Martins, parda, solteira de 64 anos de idade. Se assim for, ter-se-ia ali a presença de quatro gerações: a primeira formada por Joana (bisavó), Rita, avó, Cipriana e Ana, filhas de Rita e netas de Joana, e as crianças, prováveis filhas de Cipriana, netas de Rita e bisnetas de Joana. Essa formação domiciliar pode ser encontrada em outras regiões mineiras e também em outras capitanias/províncias [...]²³³

Outro grupo de co-habitantes que aparecem nos domicílios das chefes é composto por agregados e expostos.

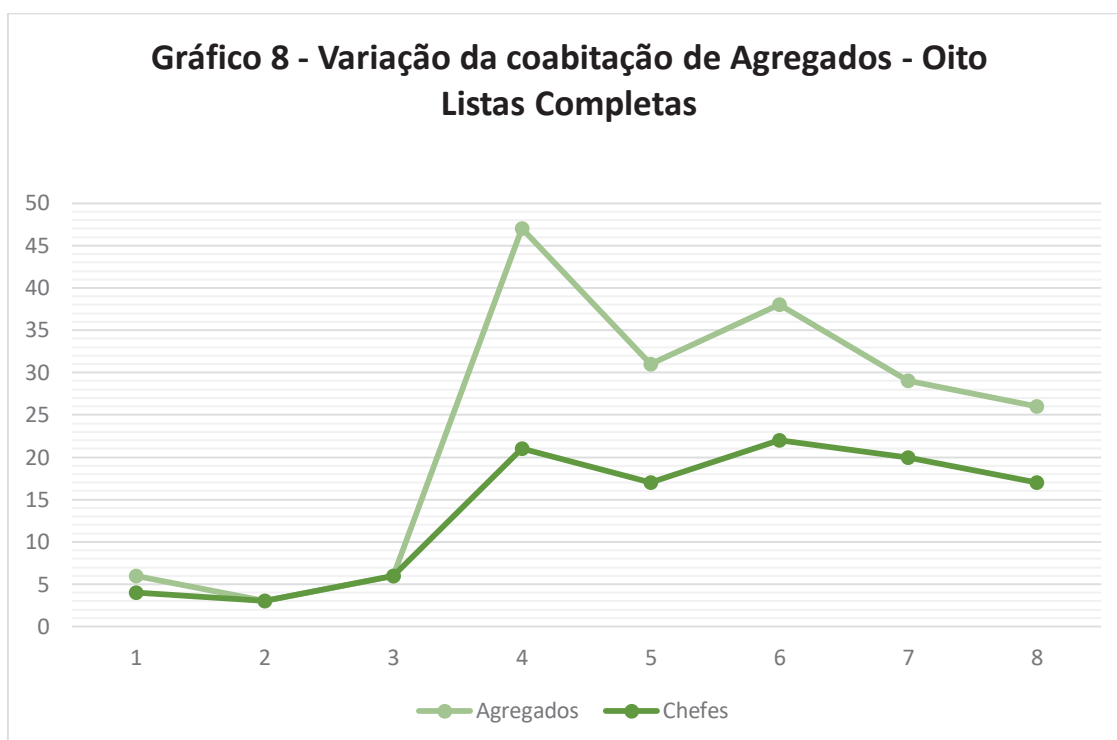
4.6 Agregados e expostos.

Outro grupo frequente nas casas das chefes são os de agregados, pessoas que não necessariamente faziam parte da família da chefe, mas que moravam com elas²³⁴. Abaixo, gráfico sobre a variação de agregados nas oito Listas completas:

²³² DIAS, Maria Odila L. S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 136,142.

²³³ PRAXEDES, Vanda Lucia. MULHERES FORRAS, CHEFES DE DOMICÍLIO EM MINAS GERAIS, BRASIL (1770–1880) in *The Latin Americanist*, dez/2012. P.20-21.

²³⁴ Existem exceções a isso: algumas Listas classificam irmãos, genros e sobrinhos como agregados.



Dados: Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1776-1777-1782-1786-1791-1792-1793-1795. Gráfico: a autora.

Essas pessoas apareciam independentemente de sua idade ou sexo e da presença ou não de familiares, filhos e escravos. É assim no domicílio de Luiza Vaz (viúva; 56; 1791), no qual Joaquim, agregado, 14, e Tereza, agregada, 50, convivem com Francisco, filho, 30, Maria Vaz, filha, casada, 36, João Pereira, genro, 35, Manuel, 7, e Maria, 4, netos da chefe, e dois escravos²³⁵. Porém, casos como o de Maria Angela (viúva; 48; 1791), que viva apenas com seu agregado Francisco, 15²³⁶.

Os agregados poderiam ter várias origens: em 1776, encontra-se o domicílio de Catarina Pinta (viúva; 80), que vivia com Izabel, sua filha de 43 anos, Catarina, sua neta de 4 anos, Inácio, agregado, 7, Gabriel, agregado, 4 e um escravo não nomeado²³⁷. Em 1778 encontra-se Izabel, agora com 46 anos e o sobrenome de sua mãe, Pinta, chefiando um domicílio em que abrigava Catarina (aqui identificada como sua sobrinha), os agregados Inácio e Gabriel e o referido escravo. Aparentemente, a mãe de Izabel teria falecido por conta de sua idade avançada, deixando a casa nas mãos da filha, o que infelizmente não dura muito, pois, em 1781 Izabel Pinta e seus dois agregados são

²³⁵ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1791, 1ª Companhia, página 14.

²³⁶ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1791, 1ª Companhia, página 32.

²³⁷ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1776, 1ª Companhia, página 10.

encontrados na casa de José Martins de Almeida e Inácia – todos identificados como agregados²³⁸. Não se sabe os motivos dessa mudança ou se Izabel esteve como agregada por pouco ou muito tempo nessa casa, devido à dificuldade de seguir esse domicílio, porém percebe-se a dinâmica social existente na Vila de Curitiba, evidenciando uma certa mobilidade da população com relação à hierarquia social.

Denize Terezinha Leal Freitas e Jonathan Fachini comentam essa variação dos atores sociais:

A partir de uma análise preliminar dos róis de confessados da Madre de Deus, podemos alegar que a categoria de *agregado* é bastante fluida e diversificada na configuração dos *fogos*. Ocupam essa posição desde livres e libertos pobres até escravos. Vale salientar que a disposição dos parentes dificilmente é arrolada dentro dessa categoria, que parece ter um caráter muito mais direcionado aos vínculos de trabalho. Em vários momentos houve registros de *Donas* agregadas aos domicílios na Madre de Deus. Essas *Donas* agregadas normalmente aparecem casadas com outros capitães ou negociantes e apresentam-se relacionadas depois dos familiares ou após os escravos e agregados do eixo familiar principal. Além disso, em alguns casos, aparecem escravos e/ou agregados destas, tornando ainda mais complexa sua posição hierárquica naquele *fogo*²³⁹.

Dora Isabel Paiva da Costa, quando analisa as chefes de domicílio de Campinas, no século XIX, afirma que a presença de agregados quando verificada a partir do status matrimonial da chefe “não foi homogênea [...] denunciando uma diferença significativa nesta forma de coorte populacional.” Mais adiante, afirma que

Nos lares de mulheres brancas, entretanto, a cifra indicativa da presença de agregados quase duplicou em relação aos lares das pardas. A tendência destas ao isolamento evidencia um maior grau de pobreza, pois não só o tamanho como também a composição das unidades domésticas que apresentassem maior complexidade, nesta sociedade, constituíam, em geral (mas nem sempre), traços característicos de riqueza. Do ponto de vista do ciclo de vida da família, os domicílios de famílias biparentais (casadas) e

²³⁸ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1781, 1ª Companhia, página 09.

²³⁹ FREITAS, Denize Terezinha L.; SILVA, Jonathan Fachini da. Sobre as Donas, viúvas e pobres: uma contribuição para o estudo das mulheres coloniais no Extremo Sul (Freguesia de Madre de Deus de Poro Alegre, 1772-1822) In COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha D.; MARQUES, Rachel dos S. Tecendo as suas vidas: as mulheres na América portuguesa. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017. Disponível em: <http://www.guaritasigital.com.br/casaleiria/acervo/historia/tecendosuasvidas.html> IBBN 978-85-9509-009-5 p. 103-104.

monoparentais (solteiras) não apresentaram diferenças. Este fenômeno traduz a importância que tinham os agregados na composição dos fogos quando a chefia estava nas mãos de mulheres ainda na fase inicial do ciclo de constituição da família. Na fase monoparental em que as viúvas eram as titulares do lar, a proporção cai para quase dois terços em relação às famílias cuja chefia estava nas mãos das casadas ou solteiras²⁴⁰.

Nesse caso, da ausência de agregados nas casas das chefes casadas e solteiras era compensado pela maior presença de filhos em co-habitação²⁴¹.

Carlos de Almeida Prado Bacellar ao se voltar para os agregados residentes dos domicílios das chefes de Itu e Sorocaba, ao início do século XIX, nota a existência de padrões semelhantes entre as duas localidades: o que diz respeito à média de agregados, há um aumento conforme a idade da chefe: “Isto significaria que, enquanto tendência, o agregado era incorporado ao domicílio à medida em que a chefe envelhecia e mais necessitava de auxílio nas fainas cotidianas²⁴²”. A cor da chefe também parecia influenciar na presença de agregados, em ambas localidades, uma vez que verificou-se que “as brancas possuem 0,5 agregados, em média, contra 0,4 das pardas, estabelecendo diferenças pequenas para serem melhor apreciadas²⁴³. As solteiras, por sua vez, tendem a abrigar mais agregados em relação às chefes viúvas e às chefes casadas²⁴⁴.

Por último, podemos discutir a presença de agregados de acordo com a ocupação da chefe. Entre as ocupações passíveis de análise em Itu, há predominância de agregados entre as senhoras de engenho (0,7 indivíduos, em média), as mulheres que vivem dos jornais de seus escravos (0,5), as lavradoras (0,5) e as costureiras (0,5). Em Sorocaba, ressaltam-se as rendeiras (0,9), as lavradoras (0,6) e as costureiras (0,5), com a curiosa ausência de agregados entre as senhoras de engenho sorocabanas. Estes resultados também restam difíceis de analisar, devido à precariedade das informações a respeito da qualidade desses agregados²⁴⁵.

²⁴⁰ COSTA, Dora Isabel P. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 17, n. 1-2, jan/dez 2000. P. 59.

²⁴¹ COSTA, Dora Isabel P. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 17, n. 1-2, jan/dez 2000. P. 59.

²⁴² BACELLAR, Carlos de Almeida P. A mulher em São Paulo colonial In *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, *História Moderna*, t.3, 1990, p. 367-386. p. 376.

²⁴³ Idem, p. 377.

²⁴⁴ Ibidem.

²⁴⁵ BACELLAR, Carlos de Almeida P. A mulher em São Paulo colonial In *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, *História Moderna*, t.3, 1990, p. 367-386, p. 378.

A fluidez da origem do agregado na Vila de Curitiba também era verificada na figura do exposto: a criança que foi abandonada pelos pais. Essas pessoas poderiam ser filhas ilegítimas de vizinhos, conhecidos, parentes, escravos, ou mesmo da chefe da casa, dependendo da situação. Menos presentes do que agregados e escravos, os expostos também apareciam de várias idades nas Listas, apontando que essa categoria seguia os indivíduos ao longo de sua vida, mesmo após o matrimônio. Por exemplo, Izabel de Chaves (viúva; 48; 1791) vivia com Luciano José, identificado como exposto de 18 anos, casado com Maria Benedita, de 19²⁴⁶.

Não foi identificado nenhum padrão específico de domicílios que tendiam a abrigar mais expostos entre as chefes analisadas na pesquisa, porém, a historiografia entende que a exposição de crianças, principalmente em lugares de urbanidade incipiente, não era feita de maneira aleatória, provavelmente essas crianças eram frutos de relacionamentos proibidos sabidos entre a comunidade ao entorno, e deixadas próximas de casas nas quais moravam conhecidos ou pessoas que eram de confiança ou inspiravam respeito²⁴⁷. A existência dos expostos, mesmo que em menor medida em comparação ao número de agregados, demonstra a relevância dessas chefes dentro da dinâmica cotidiana da localidade, pois elas pareciam estar dentro do esperado com relação às expectativas locais de comportamento – mesmo sendo identificadas como a autoridade em seus domicílios.

Por outro lado, pode-se inferir na importância que expostos podem ter tido no funcionamento e na manutenção familiar, como apontado por Vanda Lucia Praxedes:

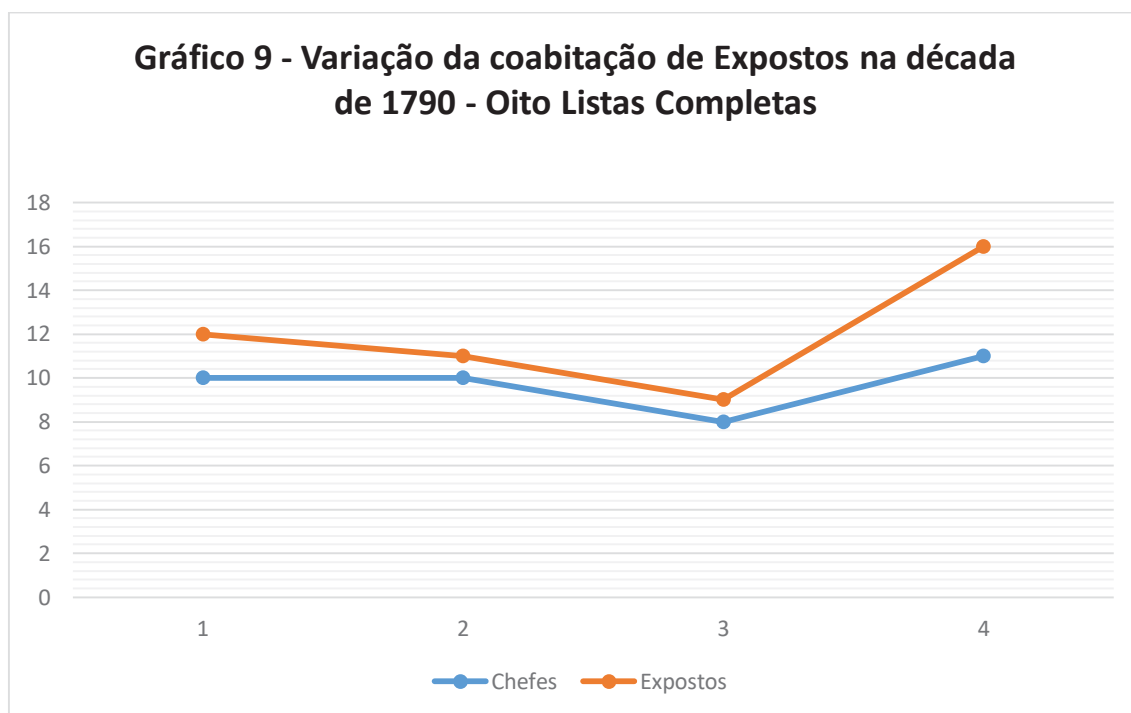
Um caso exemplar é o de Maria Fernandes Chaves, filha de Tereza, mina, já falecida, que foi escrava de Florência Chaves. Moradora na rua do Carmo em Sabará, Maria Fernandes sempre viveu no estado de solteira e nunca teve filhos. Sem herdeiros diretos instituiu como herdeira Ana Fernandes Chaves, criada em sua casa como exposta.

²⁴⁶Segundo André Luiz M. Cavazzani, na América portuguesa essas crianças eram tratadas como órfãos, ou seja, seu destino era decidido pelo Juiz de Órfãos, assim como “a responsabilidade direta de administrar o futuro dos enjeitados, e, também, angariar os fundos necessários para o custeio da criação dos mesmos.” CAVAZZANI, André Luiz M. UM ESTUDO SOBRE A EXPOSIÇÃO E OS EXPOSTOS NA VILA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS DE CURITIBA (Segunda metade do século XVIII) – Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2005, p. 61. A criação de expostos resultava, teoricamente, em uma ajuda financeira, mas não foi comprovado que as chefes que acolhiam expostos, na Vila de Curitiba do período estudado, recebessem tal auxílio.

²⁴⁷ Ver mais em HAMEISTER, Martha Daisson. Para dar Calor à Nova Povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763) – Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

Além das mulheres analisadas nesta seção, foram encontradas muitas outras em condição similar à de Ana Fernandes²⁴⁸.

Abaixo, a variação da presença de expostos durante a década de 1790, em Curitiba:



Dados: Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1776-1777-1782-1786-1791-1792-1793-1795. Gráfico: a autora.

4.7 Escravos.²⁴⁹

A utilização de escravos em larga escala na região de Curitiba só acontece a partir de 1740, segundo Stuart Schwartz, quando o número de escravizados afro-descendentes passou o de escravizados indígenas²⁵⁰. A presença desses escravos aparece associada a chefes mulheres durante todo o período, porém, apesar das Listas sempre

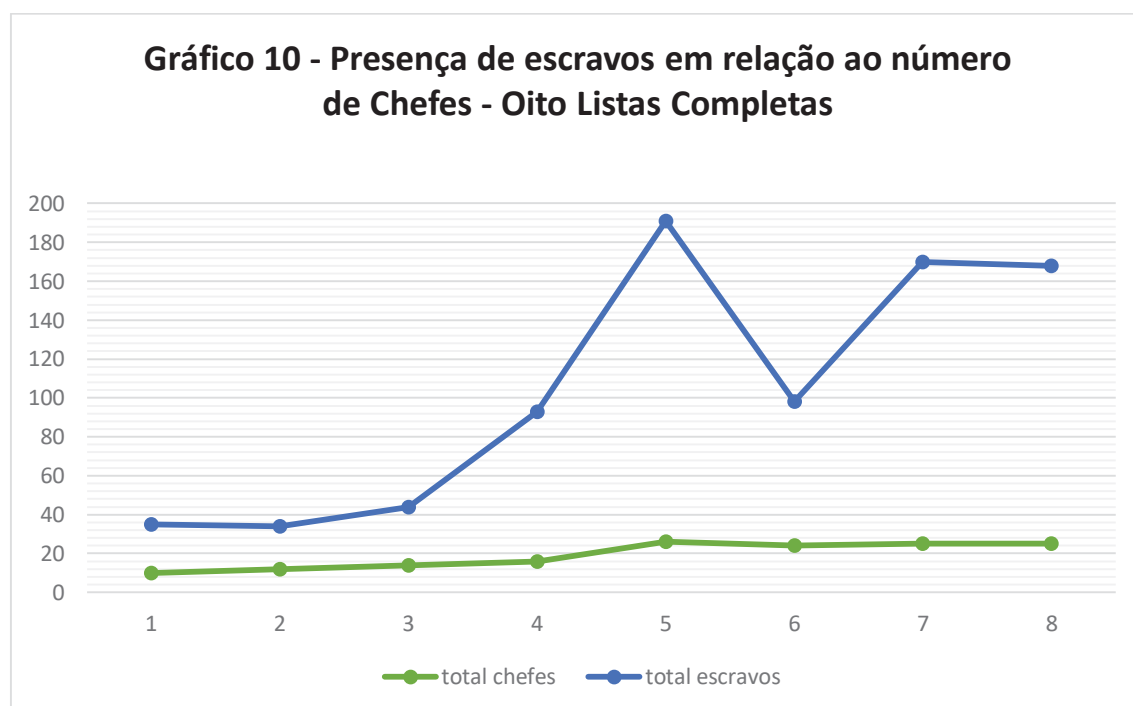
²⁴⁸ PRAXEDES, Vanda Lucia. MULHERES FORRAS, CHEFES DE DOMICÍLIO EM MINAS GERAIS, BRASIL (1770–1880) in *The Latin Americanist*, dez/2012. P. 19.

²⁴⁹ É apenas na Lista de 1797 que os escravos arrolados à população livre ganham nomes e idades: infelizmente, durante todas as outras Listas eles apenas aparecem numerados.

²⁵⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru (SP): Edusc, 2001, p. 218, citado em MACHADO, Cacilda. *Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social*. (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX). Universidade Federal do Paraná, 2006 – Tese de Doutorado, p. 284.

relacionarem todos os co-habitantes ao chefe, ou seja, referem-se à relação que o co-habitante possuiria com o chefe, não foi analisado qualquer documento que prove a posse de fato dos escravos mencionados e por isso não se pode afirmar com toda certeza que eles pertenciam de fato às chefes. De qualquer forma, entendo que se por acaso a posse não era da chefe, é seguro dizer os escravos ali listados trabalhavam para a família, portanto, viviam próximos à casa o suficiente para que não fosse necessário distinguir o local em que dormiam da casa em que a chefe e sua família consanguínea viviam. Dessa maneira, entendo que conviviam e recebiam ordens das chefes e demais familiares, assim como estabeleciam diversas outras relações entre eles, participando da dinâmica habitacional. Por esse motivo, e por serem arrolados nas Listas Nominativas como convivendo embaixo do mesmo teto, os considero como co-habitantes.

Abaixo, gráfico acerca da variação da presença de escravos nos domicílios chefiados por mulheres:



Dados: Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1776-1777-1782-1786-1791-1792-1793-1795. Gráfico: a autora.

A quantidade da população escravizada a partir da década de 1770 presente na região do Paraná gira em torno de 1.712 pessoas (22.4% de 7.627) em 1772, e 4.276 (20.3% de 20.999) em 1798²⁵¹. No que diz respeito à presença de escravizados afro-descendentes nos domicílios das chefes entre esse período, têm-se a seguinte tabela:

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DE ESCRAVOS SEGUNDO ANOS DE LISTAS COMPLETAS								
QUANT/ANO	1776	1777	1782	1786	1791	1792	1793	1795
1 a 5	10	10	12	11	15	12	14	15
5 a 10	0	2	1	2	3	7	6	4
10 a 15	0	0	1	1	4	2	2	2
15 a 20	0	0	0	1	4	2	2	3
20 a 25	0	0	0	1	0	1	1	0
25 a 30	0	0	0	0	0	0	0	1
Total Chefes	10	12	14	16	26	24	25	25
Total Escravos	35	34	44	93	191	98	170	168

Dados: Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1791, 1ª Companhia, página, 1776-1777-1782-1786-1791-1792-1793-1795. Tabela: a autora.

A presença de escravos nas mãos das chefes não é exclusividade da Vila de Curitiba. Ana Cecília Farias de Alencar, ao analisar 44 chefes de domicílio em Quixeramobim, de 1727 a 1822, afirma que

64% [delas] tinham entre 1 a 3 escravos. Tal fato demonstra que a maioria das famílias trazia um reduzido número de escravos, enquanto havia mulheres que não receberam nenhum escravo e as suas meações não ultrapassaram 300\$000. Isso mostra a importância do valor dos escravos para aumentar a composição dos bens²⁵².

Interessada em como se dava a posse de escravos pelas viúvas da elite local, a autora complementa:

²⁵¹ MACHADO, Cacilda. Casamentos de escravos e negros livres e a produção da hierarquia social em uma área distante do tráfico atlântico (São José dos Pinhais -PR, passagem do XVIII para o XIX). In: João Fragoso; Manolo Florentino; Antonio Carlos Jucá; Adriana Campos. (Org.). Nas rotas do Império. 1ed. Vitória/ Lisboa: Edufes/IICT, 2006, p. 288.

²⁵² ALENCAR, Ana Cecília Farias de. DECLARO QUE SOU “DONA”, VIÚVA E CABEÇA DE CASAL: MULHERES ADMINISTRADORAS DE BENS NOS SERTÕES DE QUIXERAMOBIM (1727-1822) – Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará, 2014, p. 70.

[...] à medida que as meações iam crescendo, a quantidade de escravo por viúva crescia de forma proporcional, como se percebe através da média acima. Embora a quantidade de escravos não estivesse diretamente relacionada ao montante da meação, havia uma tendência para isso, com não raras exceções. Tal fato pode ser comprovado nos casos de Dona Gertrudes Ferreira Melo que recebera de meação cerca de 370\$000, nos quais estavam inseridos 3 escravos; e a Dona Ana Thereza Maria de Jesus, cuja meação foi de cerca de 360\$000, ou seja, muito próxima à Dona Gertrudes, porém sem qualquer escravo. Tais exceções ocorriam, pois os escravos eram um patrimônio valioso, não sendo acessível a todos²⁵³.

Dora Isabel Paiva da Costa aponta o maior número de indivíduos escravizados estava em lares de chefes viúvas (95%), e,

entre estas, apenas sete senhoras de engenho detinham 73% do total da população cativa. Conseguir entrar no estágio de casada do ciclo familiar significava maiores chances de ser senhora de escravos. Este resultado reflete a possibilidade de adquirir dotes em ocasiões anteriores ou durante os casamentos, ou ainda quando do falecimento de um dos pais do casal, possibilitando, assim, o recebimento de heranças. As solteiras foram as que menos declararam escravos depois das pardas. Este dado traduz, efetivamente, a importância dos casamentos para a economia doméstica numa sociedade em que se praticava a transmissão de bens via dote²⁵⁴.

Bacellar também discorre sobre a posse de escravos entre as chefes de Itu e Sorocaba do século XIX, apresentando as médias e ressaltando os prestígios que vinham com a mão de obra escrava:

Na vila de Itu descobrimos 35 mulheres chefes-de domicílio que eram tratadas como “Donas”. Possuíam, em média, 15 escravos, índice muito acima dos 7,2 escravos possuídos em média, pelas mulheres proprietárias de escravos, ou dos 2,0, em média, para todos os domicílios chefiados, ou dos 2,0 em média, para todos os domicílios chefiados por mulheres. Dessas 25 mulheres, havia 19 senhoras de engenho, 9 que viviam dos jornais de seus escravos, 6 lavradoras e, curiosamente, uma fiandeira. Todas possuíam, em média, mais escravos do que o total de mulheres a exercerem a mesma atividade. Assim, as lavradoras com título possuíam, em média, 8 escravos, contra uma média de um escravo para o conjunto de todas as lavradoras. Em Sorocoba havia somente 11 “Donas” sendo 5 senhoras de engenho, duas negociantes com loja e 4 agricultoras. A média de escravos que possuíam é de 18, superior à de Itu, e também superior à média apresentada pelas proprietárias em geral da mesma vila (5,1) e por todos

²⁵³ Idem, p. 71.

²⁵⁴ COSTA, Dora Isabel P. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 17, n. 1-2, jan/dez 2000, p.60.

os domicílios chefiados por mulheres (1,0). Sorocaba diferencia-se, portanto, de Itu, por uma maior concentração de escravos nas mãos de poucas mulheres. As “Donas” de Sorocaba possuíam mais escravos do que suas congêneres de Itu, enquanto o restante das proprietárias de escravos os possuíam em índices menores que as ituanas²⁵⁵.

E ainda:

Internamente ao grupo de mulheres portadoras de título [Dona], percebemos uma hierarquia de riqueza, indicada pela posse de escravos. Em Itu, a maior média de cativos diz respeito às senhoras de engenho, com 21 escravos; vêm, a seguir, as lavradoras (média de 8 escravos), e as que vivem dos jornais de seus escravos (média de 6 escravos). A maior riqueza das senhoras de engenho vem reafirmar que a produção de açúcar era, por excelência, o melhor meio de se enriquecer em São Paulo colonial. Estas “Donas”, todas viúvas, compunham um segmento enriquecido da sociedade, mas restrito em dimensão. Em Itu, eram 9,5 % mulheres chefes-de-domicílio, mas possuíam 527 dos 726 escravos do grupo, ou seja, 72,6 % do total. Em Sorocaba, eram apenas 2,5 % das mulheres chefes, mas possuíam 197 dos 452 escravos do grupo, isto é, 43,6 % do total. O menor índice relativo a Sorocaba é consequência do menor número de “Donas” dessa vila. A concentração de escravos, contudo, se reafirma, caso se analise a representatividade dos domicílios chefiados por mulheres e possuidores de escravos no contexto de cada vila. Assim, os domicílios com escravos representam 27,9 % dos domicílios chefiados por mulheres em Itu, e 20,5 % em Sorocaba. Comprova-se, pois, a maior difusão de mão-de-obra escrava nos fogos ituanos²⁵⁶.

Sobre a presença dessa e de outras riquezas entre as chefes de domicílio forras de Minas Gerais, Vanda Lucia Praxedes defende que

No que se refere a essa presença feminina, pode-se destacar que um número significativo de mulheres forras bem sucedidas, especialmente, na região de Diamantina e Sabará, no final do século XVIII e ao longo do XIX, desmente, inclusive, uma série de estereótipos sobre as mulheres negras forras. Como, por exemplo, a visão de que essas mulheres, ao utilizarem o seu pecúlio, ou seja, suas economias acumuladas por longos anos de trabalho, para comprar alforria, teriam engrossado a fileira das mulheres despossuídas. Isso não significa descartar a existência de mulheres pobres em Minas Gerais, mas sim que a pobreza não deve ser generalizada. Como afirma Sheila Faria, do ponto de vista material é muito difícil crer que

²⁵⁵ BACELLAR, Carlos de Almeida P. A mulher em São Paulo colonial In *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, História Moderna, t.3, 1990, p.370.

²⁵⁶ BACELLAR, Carlos de Almeida P. A mulher em São Paulo colonial In *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, História Moderna, t.3, 1990, p. 371.

mulheres que possuíam escravos, cujos bens foram inventariados, pudessem ser consideradas pobres²⁵⁷.

Pelos números totais de chefes e escravos da Vila de Curitiba, percebe-se que a escravidão se tornou prática cada vez mais comum entre as chefes, apesar de, no mesmo período, a porcentagem de escravos na região do Paraná tenha diminuído. Segundo Cacilda Machado,

No final do XVIII essa participação [relativa dos escravos na população do Paraná] se encontrava na faixa de 20%, caindo sensivelmente até meados do século XIX, e de forma mais acentuada nas últimas décadas da escravidão. Note-se, portanto, que o percentual de escravos na população de toda essa região era relativamente baixo, quando comparado ao das áreas de plantation do Brasil colonial. Na capitania do Rio de Janeiro, por exemplo, metade da população era formada por cativos em 1789. No início da década de 1820 esse contingente baixou sua representação para um terço, embora na área rural os escravos continuassem compondo a metade da população²⁵⁸.

Esse dado aponta que as chefes provavelmente continuaram a viver da agricultura e da lida com animais bovinos, aumentando seus negócios através das décadas e por isso requerendo mais mão de obra escrava – hipótese até agora fora de discussão, pois após 1776, as Listas Nominativas param de indicar as atividades de subsistência das famílias, impedindo a verificação. Nessa Lista temos mulheres que sobreviviam de minerar, da agricultura, que possuíam animais de carga, etc.

Dessa maneira, podemos encontrar residências como a da já citada Dona Maria Paes dos Santos, viúva que aparece nas Listas de 1776 a 1796 sempre morando com alguns filhos e de seis a dez escravos, sendo que a Lista de 1776 indica que a chefe “vivía de suas lavouras”²⁵⁹. Rita da Conceição (viúva; 46; 1786), anteriormente citada, co-habitava com seus onze filhos e vinte e dois escravos – número que chega a vinte e três em 1787 e decai para nove, em 1794²⁶⁰. Izabel Martins Valença (viúva; 69; 1795)

²⁵⁷ PRAXEDES, Vanda Lucia. MULHERES FORRAS, CHEFES DE DOMICÍLIO EM MINAS GERAIS, BRASIL (1770–1880) in *The Latin Americanist*, dez/2012, p. 15.

²⁵⁸ MACHADO, Cacilda. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social. (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX). Universidade Federal do Paraná, 2006 – Tese de Doutorado, p. 288-289.

²⁵⁹ Esta dissertação, p. 21.

²⁶⁰ Esta dissertação, p. 88.

possui um domicílio ainda mais cheio, com cinco filhos, três mulheres expostas, uma administrada e vinte e seis escravos²⁶¹.

Pensar sobre a posse de uma mão de obra escassa por si só na região do Paraná, e que vai diminuindo durante e após a segunda metade do século, abre o questionamento acerca das condições financeiras das chefes. Rachel dos Santos Marques define em sua tese o que entende por elite nas primeiras décadas do século XIX, na freguesia de São Francisco de Paula de Pelotas: “grupos ou famílias que concentravam riqueza, posse de escravos, títulos ou patentes e a ocupação de cargos da República.²⁶²”. Todos aqueles que não possuíam essas características eram considerados “fora” da elite, ou seja, a maior parte da população daquela localidade e da Vila de Curitiba, na temporalidade aqui explorada. Ao explicar sua metodologia, a autora afirma

Como minha preocupação seguiu sendo as maneiras com que as relações entre os atores sociais podem manter ou modificar não só o lugar de cada um na hierarquia social, mas também a própria existência da hierarquia, optei por estudar aqueles que, não pertencendo à pequena parcela populacional a que se pode chamar de elite, ainda assim se destacavam com relação às demais pessoas de seu meio social.

Esse destaque foi medido primordialmente em termos materiais: o acesso à propriedade da terra, de homens e do grau de riqueza. Se nesses quesitos as pessoas aqui estudadas nem de perto se igualavam com aqueles que mais conseguiram acumular na Vila de Rio Grande de São Pedro nas últimas décadas do século XVIII – contexto que serve de pano de fundo ao meu estudo – configuravam-se numa camada intermediária entre a elite e a população livre que não chegou a obter o *status* de proprietário²⁶³.

É perigoso afirmar que, uma vez que haviam chefes às quais a posse de escravos é inferida pelas Listas Nominativas, elas participassem de uma camada intermediária entre a elite e a população não proprietária – seria necessário investigar acerca da posse da escravaria indicada, além da posse da terra e de riquezas outras, algo que as Listas somente não possibilitam o conhecimento. Porém, pode-se afirmar que a parcela de chefes que possuíam escravos significa uma certa elite dentro do grupo maior

²⁶¹ Arquivo do CEDOPE-UFPR. Lista Nominativa de Habitantes, 1795, 2ª Companhia, página 46.

²⁶² MARQUES, Rachel dos Santos. Para a além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776 c. 1800). Universidade Federal do Paraná, 2016 – Tese de Doutorado, p. 3.

²⁶³ MARQUES, Rachel dos Santos. Para a além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776 c. 1800). Universidade Federal do Paraná, 2016 – Tese de Doutorado, p. 17.

de chefes: cerca de 16.6% das chefes são proprietárias, o que significa 152 proprietárias de 915 chefes.

Outra mão de obra importante para a história da Capitania de São Paulo aparece raramente nas casas das chefes: os administrados, ou seja, os indígenas capturados em guerras ou expedições para trabalhar em áreas habitadas por colonos estrangeiros. Foram detectados cerca de dez administrados durante todo o período, sendo que nove deles aparecem até o ano de 1782 – o que faz sentido uma vez que a mão de obra indígena foi paulatinamente sendo substituída pela escrava desde o século anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Durante a análise do material coletado e transformado em tabelas e gráficos, percebeu-se a presença de mulheres chefiando domicílios durante todo o período de 1776 a 1797, de maneira crescente, porém apresentando algumas variações, principalmente nos anos em que não foram encontradas as Listas Nominativas completas, com as duas Companhias. A maioria das chefes eram viúvas e moravam com seus filhos e familiares, seguidas por chefes solteiras e em terceiro lugar, as casadas com marido ausente. Existem também uma crescente posse de escravos, mais expressiva durante a década de 1790, que pôde ser vista durante todo o período, assim como nos anos das Oito Listas Completas. Observando os dados de 1776, 1777, 1782, 1786, 1791, 1792, 1793 e 1795, viu-se que as décadas de 1780 e 1790 apresentam uma crescente concentração de filhos, familiares, expostos, agregados e escravos nas casas das chefes. Isso pode indicar que, mesmo que essas mulheres não tivessem muitas terras e muitas lavouras, ou fizessem parte de acordos comerciais de peso na região – o que, apenas com a atual fonte não se pode afirmar com certeza - elas detinham o poder de formar e manter laços com pessoas de diversas origens e papéis sociais. Em uma sociedade de Antigo Regime, na qual as relações familiares e de camaradagem são valorizadas perante o Rei e a Igreja, pessoas que possam auxiliar com sua presença, suas próprias relações e mesmo com seu trabalho (escravo ou livre) me parece um tesouro muito valioso de se ter. Algo é certo: essas mulheres não estavam sozinhas.

A grande presença de filhos (causada pela ausência do patriarca, ou não) e familiares nessas casas pode denotar a valorização da família e sua relação com o sujeito feminino: percebe-se que as chefes de Curitiba, em sua maioria, não estavam tentando se desvencilhar do papel feminino definido pela Igreja Católica e sumarizado pelas Ordenações Filipinas e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – entre outros documentos e manuais de comportamento circulantes à época. Porém, percebe-se dentro dessa manutenção da imagem a construção de um ambiente que pode abrigar aqueles em momentos de pobreza ou crime. É de se considerar que o domicílio gerenciado por mulheres era considerado um bom lugar, acolhedor em tempos difíceis.

As relações que se estabeleciam no âmbito espiritual, como batismos e casamentos, possuíam grande impacto entre os grupos familiares, por conta do peso religioso e de normalmente reforçarem relações já existentes de favores e reciprocidade.

Nas famílias das chefes observadas pela pesquisa, essa relação pode ser notada a partir do abrigo de famílias outras, ou mesmo famílias de seus filhos, em suas casas. Assim como o auxílio de outras famílias quando do falecimento de uma chefe e a vulnerabilidade do restante de seu domicílio.

Não se trata de afirmar que todos esses aspectos atribuídos aos domicílios das chefes são deles exclusivos – não foram analisados o restante dos domicílios da mesma maneira -, mas sim de entender esses domicílios e a chefia feminina como uma parte legítima e frequente da sociedade colonial brasileira. A partir desse estudo, e com todas as suas limitações, posso afirmar que a chefia feminina era normal na Vila de Curitiba, na segunda metade do Setecentos: independentemente da condição social da mulher, a maioria delas tinha acesso a pessoas aptas a prover o sustento da casa, quando elas não o faziam por si mesmas – infelizmente, a escassez de informações sobre as ocupações das pessoas nas Listas acabam nos impedindo de refletir com evidências mais a fundo nesse sentido. Essa rede de relacionamento de aspecto familiar constrói um ambiente que permite com que essa chefia, em alguns casos, seja levada por anos a fio, e mesmo novas viúvas ou novas mães solteiras sobrevivam, de maneira a serem identificadas enquanto chefes.

Essa rede de relações só é fortalecida e funciona a favor dos envolvidos, se todos reconhecem a dignidade dos presentes, a ponto de surgir confiança verdadeira e admiração. Esses sentimentos, por sua vez, precisam ser reiterados de tempos em tempos, através do compartilhamento de rituais religiosos ou cotidianos, a presença na hora do aperto, o conselho quando não se sabe como prosseguir. A meu entender, essa prática cotidiana está relacionada diretamente com a permanência de algumas mulheres como chefes de domicílio por vários anos – ela teria auxiliado no desenvolvimento e na manutenção de características bem vistas pela comunidade ao redor, possibilitando a sobrevivência da chefe e de sua família, sem precisar recorrer a outras famílias enquanto agregados. Como já exposto, nesses casos a chefia de domicílio poderia ser a *persona* vestida pela chefe mulher, enquanto posição social que a munia de legitimidade para falar em nome da família.

Para além de um fenômeno social da época, a chefia feminina é processo histórico, parte da configuração social que permanece e se reproduz nos dias de hoje, no Brasil, vide o crescimento da chefia por mulheres durante o século XX.

REFERÊNCIAS:

ALENCAR, Ana Cecília Farias de. DECLARO QUE SOU “DONA”, VIÚVA E CABEÇA DE CASAL: MULHERES ADMINISTRADORAS DE BENS NOS SERTÕES DE QUIXERAMOBIM (1727-1822) – Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará, 2014, 151p.

ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e Devotas: Mulheres da colônia (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste – 1750-1822) – Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992, 369p.

ANDREAZZA, Maria Luiza. El papel de los censos en laproduccion de las categorias sociales y espaciales de las colônias americanas. In CELTON, Dora; GHIRARDI, Monica; CARBONETTI, Andrian. (Org) Poblaciones históricas: fuentes, métodos e líneas de investigación. 1º ed. Cordoba/Rio de Janeiro: ALAP, 2010, v.1, 117-135.

ANDREAZZA, Maria Luiza; TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Cultura e Educação n Paraná. Curitiba: SAMP, 2017, p. 11.

ANDREAZZA, Maria Luiza. Olhares para a ordem social na freguesia de Santo Antonio da Lapa: 1763-1798. Anais do XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, 2002.

ARAÚJO, E. a arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. in: DEL PRIORE, M. (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. p. 45-77.

ARAÚJO, Daniele Regina W. de. Um “cartório de feiticeiras”: Direito e Feitiçaria na Vila de Curitiba (1750-1777) – Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, 2016, 297p.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Rede de negócios no registro de Curitiba na passagem do século XVIII para o XIX in Anais da ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007.

BACELLAR, Carlos de Almeida P. A mulher em São Paulo colonial In Espacio, Tiempo y Forma, Serie IV, História Moderna, t.3, 1990, p. 367-386.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. v. 1.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R. Apresentação in BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R (org) Linhas e Entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2009.

BURMESTER, Ana Maria de O. A nupcialidade em Curitiba no século XVIII. In História: Questões e Debates. ISSN 0100-6932. Curitiba: a.2, nº 2, p. 63-68. 1981.

BURMESTER, A. M. La population de Curitiba au XVIII^e siècle. Montreal, 1981, p. 263. Dissertation. Ph. D Université de Montréal.

BURMESTER, Ana Maria de O. Disciplinarização e trabalho: Curitiba, fins do século XVIII, inícios do século XIX. In História: Questões e Debates. Associação Paranaense de História – APAH. Ano 8; nº 14. Curitiba, jun-dez. 1987. ISSN 0100-6932.

CARVALHO, Luiza M. S. Santos. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da Chefia Domiciliar. In Revista Estudos Feministas, v. 6, nº1, ISSN 1806-9584, Florianópolis: 1998.

CAVAZZANI, André Luiz M. UM ESTUDO SOBRE A EXPOSIÇÃO E OS EXPOSTOS NA VILA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS DE CURITIBA (Segunda metade do século XVIII) – Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2005, 161p.

CAVAZZANI, André Luiz M. Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Bahia de Paranaguá (c. 1750-1830). 2013, 357 f. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.

CLAVERO, Bartolomé. Happy constitution: cultura y lengua constitucionales. Colección Estructuras y procesos. Madrid: Editorial Trotta, 1997.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. Cad. Pagu n. 6/7: Campinas (SP): ISSN 1809-4449.1996.

COSTA, Dora Isabel P. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 17, n. 1-2, jan/dez 2000.

COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha D.; MARQUES, Rachel dos S. (org) Tecendo as suas vidas: as mulheres na América portuguesa. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017. Disponível em: <http://www.guaritasigital.com.br/casaleiria/acervo/historia/tecendosuasvidas.html> IBBN 978-85-9509-009-5.

DALARUN, Jacques. Olhares de Clérigos in DUBY, G.; PERROT, M. História das mulheres no Ocidente. Vol 2: a Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 29-63.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In HIRATA, Helena; LOBORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.) Dicionário Crítico do Feinismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 173.

DIAS, M. O. L. da S. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrárias e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREITAS, Denize Terezinha L.; SILVA, Jonathan Fachini da. Sobre as Donas, viúvas e pobres: uma contribuição para o estudo das mulheres coloniais no Extremo Sul (Freguesia de Madre de Deus de Poro Alegre, 1772-1822) In COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha D.; MARQUES, Rachel dos S. Tecendo as suas vidas: as mulheres na América portuguesa. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017. Disponível em: <http://www.guaritasigital.com.br/casaleiria/acervo/historia/tecendosuasvidas.html> IBBN 978-85-9509-009-5.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. 34ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1988, p. 391.

GALVÃO, Rafael Ribas. Relações amorosas de ilegitimidade: formas de concubinato na sociedade curitibana (segunda metade do século XVIII). Universidade Federal do Paraná, 2006 – Dissertação de Mestrado.

GINZBURG, Carlo. *O Nome e o Como*: troca desigual e mercado historiográfico. In GINZBURG, Carlo. A Micro-história e outros ensaios. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

GOMÁRIZ, E. *Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas*: periodización y perspectivas. *Fin de Siglo*, Ediciones de las Mujeres, n.17, 1992.

GUTIÉRRES, Horacio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX in HISTÓRIA, SÃO PAULO, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006.

HAMEISTER, Martha Daisson. Para dar Calor à Nova Povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763) – Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

HAMEISTER, Martha D. Fazer História em Tempos estranhos. In COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha D.; MARQUES, Rachel dos S. Tecendo as suas vidas: as mulheres na América portuguesa. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017. Disponível em: <http://www.guaritasigital.com.br/casaleiria/acervo/historia/tecendosuasvidas.html> IBBN 978-85-9509-009-5.

HAMEISTER, Martha D. Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao Extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII in SCOTT, Ana Silvia V; CARDOSO, José Carlos da S.; FREITAS, Denize Terezinha L.; SILVA, Jonathan Fachini da. (org) História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014, p. 75-109.

HOLANDA, Sergio B. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

KRINSKI, Maria Luzia. “*Com doces palavras e felizes promessas*”: vivências de jovens na região do Paraná tradicional. Segunda metade do século XVIII. Universidade Federal do Paraná, 2003 – Dissertação de Mestrado.

LEVI, Giovanni. Un problema de escala. Relaciones: Revista de El Colegio de Michoacán, v. 24, n. 95, 2003. p. 283. Tradução minha.

LIMA, Carlos A. M., MELO, Kátia A. V. de. *A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835)*. Afro-Ásia [em linha] 2004. Disponível em: <<http://248.redalyc.org/articulo.oa?id=77003104>> ISSN 0002-0591

MACHADO, Cacilda. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social. (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX). Universidade Federal do Paraná, 2006 – Tese de Doutorado.

MACHADO, Cacilda. A inserção social de negros, índios e bastardos a partir de registros de óbitos (planalto paranaense na primeira metade do século XVIII) in Revista de História Regional 15(2): 160-183, Inverno, 2010.

MACHADO, Cacilda. Casamentos de escravos e negros livres e a produção da hierarquia social em uma área distante do tráfico atlântico (São José dos Pinhais -PR, passagem do XVIII para o XIX). In: João Fragoço; Manolo Florentino; Antonio Carlos Jucá; Adriana Campos. (Org.). Nas rotas do Império. 1ed. Vitória/ Lisboa: Edufes/IICT, 2006, p. 489-516.

MACEDO, Marcia dos Santos. Mulheres Chefes de Família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. In CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, 2008.

MARQUES, Rachel dos Santos. Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776 c. 1800). Universidade Federal do Paraná, 2016 – Tese de Doutorado.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. 2ª Ed. Curitiba: Editora Rumo limitada, 1939.

MELLO E SOUZA, L. de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

NADALIN, Sergio Odilon. *A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade* In TOPOI, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 222-275.

NADALIN, Sergio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP, 2004, 248p.

NADALIN, Sergio Odilon. *A propósito de um balanço da demografia histórica: notas para um debate*. Revista Brasileira de Estudos da População, Brasília/Rio de Janeiro, v. 14, n.2, p. 145-149, 1997.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do Dote*. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

NIZZA Da SILVA, M. B. Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero In Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, 2007, p. 284.

PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

PRIORI, Mary D. Ao sul do corpo – Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. 358p.

PRAXEDES, Vanda Lucia. MULHERES FORRAS, CHEFES DE DOMICÍLIO EM MINAS GERAIS, BRASIL (1770–1880) in The Latin Americanist, dez/2012.

PRAXEDES, Vanda Lucia. Donas da casa e dos seus: Mulheres Chefes de Domicílio em Minas Gerais (1770-1870) – Algumas considerações In: Anais do XIII Seminário sobre economia mineira. Disponível em: <https://ideas.repec.org/h/cdp/diam08/036.html>.

POTTHAST, Barbara. Mujeres cabeza de hogar y relaciones de género em Paraguay, siglo XIX y XX. In GHIRARDI, Mónica; SCOTT, Ana Silvia Volpi (org). Familias Históricas: Interpelaciones desde perspectivas Iberoamericanas a través de los casos de Argentina, Brasil, Costa Rica, España, Paraguay y Uruguay. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2015.

QUEIROZ, Bernardo Lanza; ANDRADE, Cristiana Viegas de; RIANI, Juliana de Lucena Ruas; CORRÊA, Carolina Perpetuo. As mulheres chefes de domicílio nas Minas Gerais do século XIX: uma análise exploratória. In IX Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG, CEDEPLAR, 2000.

RAGO, Margareth. As mulheres da Historiografia Brasileira In SILVA, Zélia Lopes (org) cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1995.

SAMARA, Eni de M. As mulheres, o poder e a Família: São Paulo, século XIX. Editora Marco Zero, 1989.

SALVADOR (diocese). Arcebispos, 1702-1722. Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, propostas e aceitas em o sínodo diocesano que se celebrou em 12 de junho de 1707. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

SCARPELLINI, Marister; CARLOS, Viviani Yoshinaga. Monoparentalidade Feminina e Vulnerabilidade Social: a realidade de mulheres chefes de família no município de Apucarana. Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas ISSN2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 2011.

SCOTT, Ana Silvia V. *Colocando a mulher no seu devido lugar*: uma reflexão sobre a agência feminina – a Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre nos finais do período colonial. In

SCOTT, Ana Silvia V; CARDOSO, José Carlos da S.; FREITAS, Denize Terezinha L.; SILVA, Jonathan Fachini da. História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.

SCOTT, Ana Silvia V. *Descobrimos as Famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente* In SCOTT, Ana Silvia V; CARDOSO, José Carlos da S.; FREITAS, Denize Terezinha L.; SILVA, Jonathan Fachini da. História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014, p. 17.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e sociedade, V.15, n.2, jul/dez. 1990.

SILVA, Tânia Maria Gomes. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. In POLITEIA: História e Sociedade. nº 8, v. 1. Vitória da Conquista, 2008.